

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

RIO GRANDE DO SUL, ENTRE A CRISE E A GRANDEZA

A luta pelo governo do estado em 1994

ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA

Porto Alegre

Abril de 2003

RIO GRANDE DO SUL, ENTRE A CRISE E A GRANDEZA

A luta pelo governo do estado em 1994

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Céli Regina Jardim Pinto.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Marengo
PPG em Ciência Política –
IFCH/UFRGS

Prof. Dr. Cezar Guazzelli
PPG em História – IFCH/UFRGS

Prof^ª. Dr^ª. Mercedes Canepa
PPG em Ciência Política –
IFCH/UFRGS

ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA

Porto Alegre, abril de 2003

AGRADECIMENTOS

A todos os colegas da turma do mestrado e aos professores que ministraram as disciplinas do curso, agradeço o convívio, o aprendizado e as orientações de leituras.

Muitas foram as pessoas que me apoiaram e incentivaram, mas gostaria de fazer um agradecimento especial à professora Maria Isabel Noll, com quem tive o privilégio de trabalhar no NUPERGS – Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense - , com quem muito aprendi e que me incentivou a realizar a prova de seleção ao mestrado. Pelo carinho e incentivo o meu sincero agradecimento, respeito e admiração. Ainda do NUPERGS, quero agradecer a Leci Costa, pela amizade e disponibilidade em ajudar na localização de livros, revistas e qualquer outro material que precisasse.

Também quero registrar meu agradecimento à coordenadora do Pós-Graduação, professora Mercedes Canepa, pelo “salvamento”, realmente seu estímulo veio na hora certa e colaborou muito na conclusão do trabalho. Pelo interesse e apoio, obrigada.

À profª. Drª. Céli Pinto, minha orientadora, a quem muito admiro pelo trabalho, registro um profundo agradecimento por ter acreditado na finalização desta dissertação, quando eu própria já duvidava disso. Certamente, seu apoio foi fundamental. Agradeço o incentivo e, por que não dizer, a paciência que teve comigo. Caso haja algum mérito nesse trabalho, credito totalmente às orientações que dela recebi.

Ao CNPQ agradeço o apoio financeiro através de bolsa de pesquisa recebida.

Por fim, digo muito obrigada aos apoios afetivos das amigas que fiz na faculdade de História, parceiras de muitos trabalhos e com quem tenho compartilhado bons momentos, Denise e Márcia. Às amigas-irmãs Ângela, Ceição, Malu e Marta, pela presença em todos os momentos, vocês são insubstituíveis na minha vida. Aos meus pais e meus dois irmãos que sempre acreditaram em mim, e ao Alexandre, pelo companheirismo e pela compreensão das minhas carências e dificuldades surgidas no período de elaboração desta dissertação.

***“Se o homem é formado pelas circunstâncias,
é necessário formar as circunstâncias humanamente”.***

(A Sagrada Família, K. Marx e F. Engels)

RESUMO

Este trabalho constitui-se na análise do discurso dos candidatos ao governo do Rio Grande do Sul nas eleições de 1994, Olívio Dutra e Antônio Britto, buscando identificar como ambos apresentam-se aos eleitores, através do horário de propaganda eleitoral gratuita.

O enfoque está centrado na definição da crise gaúcha e na necessidade de recuperação do estado, o que leva de um lado ao discurso da competência administrativa, e de outro a uma forma de governar oposta à tradicional, definida como o *jeito petista*. A recuperação do Rio Grande do Sul é também vinculada ao tipo de relacionamento político com o governo federal, de alinhamento ou de oposição, conforme a postura política do candidato. Essas posições são justificadas por um discurso regionalista de defesa dos interesses do Rio Grande do Sul e combate a uma histórica discriminação pelo centro político nacional.

O estudo também busca apresentar a identidade regional estabelecida a partir das duas propostas de relacionamento com o poder federal. O discurso da oposição ao centro reforça a identidade do Rio Grande do Sul de estado dissidente e o discurso de alinhamento com o governo federal atua em sentido contrário, estabelecendo uma nova forma de singularidade do regional que seria a grandiosidade alcançada através da unidade com o poder central.

ABSTRACT

This paper consists of the analysis of the discourse of the candidates to the government of Rio Grande do Sul state at the elections of 1994, Olívio Dutra e Antônio Britto. It aims at identifying the way both candidates address to the electorate during the free electoral propaganda broadcast on television.

The approach is focused on the definition of the crisis of the state and the need for its recovery. Such approach leads to a discourse that, on the one hand, covers administrative competence issues and, on the other hand, covers a way of governing opposite to the traditional one, defined as the "labour party way of governing". The recovery of Rio Grande do Sul is also attached to the kind of political relationship settled with the Federal Government, seen as aligning or opposing, according to each candidate's political positioning. These positions are supported by a regionalist discourse in defense of the interests of Rio Grande do Sul and a fight against the historical discrimination coming from the national political center.

This paper also seeks to present the regional identity brought up by the two proposals of relationship links with the Federal Government. The discourse held by the opposition to the center reinforces the identity of Rio Grande do Sul as a discident state whereas the discourse supporting the aligning with the Federal Government proposes, on its counterpart, a new singular regional status which would be established by the grandiosity of the state achieved through the unity with the central government.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
 PARTE I	
I- RIO GRANDE DO SUL: UM ESTADO EM CRISE	
1.1. <i>Origem e permanência do discurso da crise do Rio Grande do Sul</i>	31
1.2. <i>O discurso da crise gaúcha no final dos anos 1950</i>	35
1.3. <i>O discurso da crise gaúcha nos anos 1980</i>	45
1.4. <i>Conjuntura nacional: 1990-94</i>	55
1.5. <i>A crise nos estados (o caso do Rio Grande do Sul)</i>	80
 PARTE II	
II- O DISCURSO DE ANTÔNIO BRITTO NAS ELEIÇÕES DE 1994	
2.1. <i>1º Turno: a crise do Rio Grande do Sul e o Discurso da Competência</i>	88
2.2. <i>2º Turno: a recuperação e o Discurso da Unidade com o Governo Federal</i>	104
 III- O DISCURSO DE OLÍVIO DUTRA NAS ELEIÇÕES DE 1994	
3.1. <i>1º Turno: A crise do Rio Grande do Sul e o Jeito Petista de Governar</i>	120
3.2. <i>2º Turno: o Discurso do Rio Grande do Sul Opositorista</i>	136
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 159
FONTES DOCUMENTAIS	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação trataremos das eleições de 1994 ao governo do estado do Rio Grande do Sul, através da análise de discurso dos candidatos Antônio Britto e Olívio Dutra, no primeiro e segundo turnos veiculados nos programas eleitorais gratuitos na televisão.

Em 1994, nos meses de outubro e novembro, realizaram-se no Brasil eleições gerais, as maiores da história brasileira até aquele momento, onde simultaneamente foram escolhidos pelo voto livre e direto o Presidente da República, dois terços dos Senadores¹, os deputados federais e estaduais e os Governadores de Estado.

Essa eleição ocorreria numa conjuntura econômica e política marcada principalmente pelo Plano de Estabilização Econômica – Plano Real – e os escândalos de corrupção envolvendo o ex-presidente Collor de Melo em 1992 e parlamentares federais em 1993.

O Plano de Estabilização Econômica do governo Itamar Franco que em 1º de julho de 1994 lançou uma nova moeda, o Real, fazendo com que a campanha eleitoral ocorresse num momento de queda da inflação. Isso é significativo se considerarmos que a inflação alta era um problema antigo na economia brasileira. Mas, embora a inflação estivesse sendo vencida pelo plano Real, o desenvolvimento econômico brasileiro nessa primeira metade dos anos 90 era muito baixo, sofrendo o país com uma grave crise social, marcada pelo aumento do desemprego e do subemprego. Além da necessidade de elevar os níveis de desenvolvimento econômico e de emprego, também fazia parte da agenda política dos anos 90 a

reforma do Estado. O modelo de Estado promotor do desenvolvimento econômico – o Estado Desenvolvimentista – entrara em crise a partir do colapso financeiro dos anos 80, era preciso redefinir o papel do Estado. O primeiro governo democraticamente eleito após o regime militar, o governo Collor, procurou aplicar uma reforma seguindo os preceitos neoliberais de diminuição do Estado, através de privatizações de empresas estatais e demissões de funcionários públicos. Essas medidas, aliadas a uma política econômica recessiva, acabaram por agravar ainda mais a crise social do país.

Na conjuntura política imediatamente anterior às eleições de 1994, o fato mais importante foi o “*impeachment*” do presidente Fernando Collor de Mello em 1992. O primeiro presidente eleito de forma direta no Brasil desde 1960 foi afastado da presidência por envolvimento em esquema de corrupção. As denúncias que indicavam aproveitamento ilegal de sobras de caixa da campanha eleitoral de 1989 e tráfico de influências no governo, o denominado “esquema PC” – a sigla é referência ao tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias -, levaram à formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional e também a uma onda de manifestações populares pelo Brasil inteiro que exigia o afastamento do presidente – o movimento “Fora Collor” em defesa da “ética na política” -. Assim, o Congresso Nacional ao votar em ampla maioria pelo afastamento do presidente corrupto, tornava-se verdadeira expressão do clamor popular. Isso, de certa forma, teria colaborado na mudança da imagem que, em geral, a população tem do Congresso de ser inoperante (com parlamentares recebendo altos salários sem nada fazer pelo povo) e de nicho do nepotismo. Mas, em 1993, denúncias de corrupção

¹ Um terço do senadores terminariam seus mandatos somente em 1998.

envolvendo vários parlamentares (entre os quais o peemedebista gaúcho Ibsen Pinheiro) que negociavam, principalmente com empreiteiras, emendas ao orçamento da União – “os anões do orçamento” – fortaleceu a desconfiança popular em relação aos políticos em geral, que o processo do “*impeachment*” de Collor poderia ter ajudado a diminuir².

Dessa forma, o “*impeachment*” do presidente Collor em 1992 e o escândalo de corrupção na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional em 1993, geravam e/ou fortaleciam o sentimento de crise moral e ética na política brasileira. As eleições gerais de 1994 ocorreriam em meio a esse descrédito junto à classe política.³

No Rio Grande do Sul a temática da corrupção política esteve bastante presente na campanha eleitoral de 1994, fustigada, além dos mencionados escândalos nacionais, por suspeitas de irregularidades no governo Alceu Collares, que foram investigadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Assembléia Legislativa em 1993 – “a CPI da Propina”. Esses acontecimentos reforçavam a imagem que o senso comum atribui aos políticos de serem corruptos, desonestos e descomprometidos com o povo, preocupados unicamente em utilizar seus mandatos

² Argumento apresentado por Luis Felipe Miguel em *Mito e discurso político – uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 113-114.

³ Maria D’Alva Kinzo demonstra esse descrédito nos políticos através da taxa de abstenção verificada nas eleições de 1994, que foram altas comparadas às de 1989. Em 1994 a taxa de abstenção do eleitorado brasileiro foi de 17,7% e os votos nulos e brancos chegaram a 18,8% dos votantes. Em 1989, a abstenção foi de 11,9% e os votos nulos e brancos totalizaram 6,4%. A autora acrescenta que outro componente a alimentar o descrédito geral em relação aos políticos ou às eleições como possibilidade de mudanças na vida do cidadão comum, além dos escândalos de corrupção, foi a persistência da crise econômica e social, mesmo após oito planos de estabilização em nove anos de governo democrático. Isso, conforme a autora, sugere que: “*uma parcela significativa do eleitorado optou por manifestar sua insatisfação através da recusa a apoiar qualquer um dos candidatos. Sem mencionar o fenômeno Enéas, candidato que, com seu discurso autoritário e raivoso contra os políticos e a política, conseguiu bater nas urnas três conhecidas e destacadas figuras políticas – Leonel Brizola, Orestes Quércia e Esperidião Amin.*” KINZO, Maria D’Alva. *A eleição presidencial de 1994 no Brasil: Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real*. In: PINTO e GUERRERO (org.). A

para benefício próprio. Os candidatos Antônio Britto e Olívio Dutra tiveram uma preocupação bastante acentuada durante a campanha eleitoral em afastar-se dessa imagem, buscando apresentarem-se ao eleitor como políticos “não-tradicionais”. Assim, uma das preocupações desse trabalho é verificar o que Olívio Dutra e Antônio Britto identificam como político não tradicional, ou seja, quais as equivalências por eles estabelecidas para significar o “não tradicional” na formação de sua imagem pública.

Na campanha de 1994 também foi bastante abordada a situação econômico-social do Rio Grande do Sul e a necessidade de retomada do crescimento econômico do estado. Realmente, conforme os indicadores econômicos da Fundação de Economia e Estatística – FEE - o desenvolvimento da economia gaúcha entre 1990-94 não foi alto, sendo que em alguns anos do período (1990-91), o crescimento do Produto Interno Bruto global do estado foi negativo, abaixo do índice nacional. O estado também sofria, nesse período, uma crise financeira, com recursos insuficientes para investimento em infra-estrutura. A maior parte da receita do tesouro, que digase de passagem era menor do que as despesas a serem custeadas, era destinada ao pagamento dos proventos do funcionalismo. Além disso, a exemplo da maioria dos estados brasileiros, o Rio Grande do Sul tinha uma enorme dívida com a União.

Os candidatos Antônio Britto e Olívio Dutra associam essas dificuldades na área econômico-financeira à maneira de governar o Estado, relacionando-a à questão da corrupção. Para ambos o Rio Grande do Sul vivia uma crise que deveria ser superada através de um governo probo e competente administrativamente, diferente da corrupção e ineficácia características dos governos tradicionais. Dessa forma,

cada candidato define a crise do Rio Grande do Sul, identifica seus responsáveis e, suscitados pela discussão da corrupção da classe política e dos novos padrões de gestão pública que valorizam a eficiência e a racionalização (principalmente a partir das privatizações feitas no governo Collor), apontam a forma de governar que levará o Rio Grande do Sul ao desenvolvimento. Isso é feito simultaneamente à construção da imagem que o discurso de cada candidato estabelece de homens públicos antagônicos aos políticos tradicionais.

Na indicação das causas e propostas de superação da crise do Rio Grande do Sul, além da forma de governar, emerge na campanha eleitoral a questão do relacionamento entre o governo estadual e o governo federal. Isto é, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul passava pela discussão do tipo de relação política com o governo federal, de alinhamento ou de oposição.

Consideramos que a questão do tipo de relacionamento com o poder federal aparece na campanha eleitoral no Rio Grande do Sul, sendo central no segundo turno, devido a dois aspectos singulares da eleição presidencial de 1994 em relação a de 1989. O primeiro deles é a simultaneidade das eleições e o segundo é a vitória em 1º turno de Fernando Henrique Cardoso para presidente.

Diferentemente do que ocorrera em 1989 a eleição para Presidente da República em 1994 não era “solteira”, mas “casada”, onde o presidente seria escolhido na mesma eleição que os outros cargos eletivos ao executivo e legislativo federal e estadual. Isso é um aspecto importante se considerarmos que, de certa forma, o voto para os cargos executivos exerce o papel de “carro-chefe” das eleições orientando a preferência do eleitorado na escolha dos demais cargos de níveis

diferentes⁴. Não estamos afirmando com isso que o eleitor necessariamente vota em todos os candidatos ligados ao candidato à presidente da república por ele escolhido, mesmo porque no Rio Grande do Sul o candidato com maior votação para presidente foi Lula⁵, e para o governo do estado, no primeiro turno, Antônio Britto, mas que essa relação é possível de ocorrer numa eleição “casada” como foi a de 1994. A ênfase que queremos dar é que a simultaneidade das eleições presidenciais e estaduais, suscitou o posicionamento de cada candidato ao governo estadual em relação à disputa presidencial, mais ainda no segundo turno, quando o presidente da república já estava eleito. Caso as eleições fossem solteiras não haveria a necessidade deste posicionamento. Isso foi reforçado por outra peculiaridade da eleição presidencial de 1994 em relação a de 1989, que foi a definição do presidente da República em 1º turno. Entretanto, não existir 2º turno não impediu que houvesse uma polarização da corrida presidencial. Verifica-se em 1994, uma “*bipolarização precoce*”⁶ da disputa, já que desde abril as pesquisas apontavam apenas dois nomes com reais chances de vencer as eleições: Luiz Inácio Lula da Silva, da *Frente Brasil*

⁴ Meneguello aponta a influência da escolha do cargo executivo na preferência do voto aos cargos do legislativo, comentando a dinâmica da composição das bancadas parlamentares de nível federal e estadual: “(...) é importante a simultaneidade da eleição presidencial aos pleitos parlamentares. Em eleições simultâneas, presidenciais e legislativas, o pleito presidencial tende a tornar-se o “carro-chefe” tanto do processo de decisão do voto, quanto das articulações partidárias e das coligações, e pode produzir, neste sentido, um apoio político-parlamentar substancial ao governo”. MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 41. Abruccio comenta a ligação do cargo para presidente da república com a escolha dos governadores de estado, lembrando que vários aliados de Fernando Henrique foram eleitos nas disputas aos governos estaduais, entre eles, os três principais estados da Federação – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que elegeram governadores “tucanos”, ou seja, pertencentes ao PSDB, partido de Fernando Henrique Cardoso e que tiveram suas campanhas associadas à campanha presidencial, embasada no sucesso do plano de estabilização da economia. No Rio Grande do Sul o candidato eleito não foi um “tucano”, mas Antônio Britto, do PMDB, não apoiou o candidato do seu partido à presidência, Orestes Quércia, declarando seu apoio a Fernando Henrique já no primeiro turno. Ver ABRUCCIO, Fernando. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, USP, 1998, p. 227.

⁵ Em 1994 Lula do PT fez 33,5% dos votos no Rio Grande do Sul, contra 29,6% de Fernando Henrique. KINZO, op.cit., p. 100-101.

⁶ Termo utilizado por Luis Felipe Miguel ao comentar a polarização das eleições presidenciais de 1994. Op. cit., p. 103.

Popular pela Cidadania, e Fernando Henrique Cardoso da coligação *União, Trabalho e Progresso*. As pesquisas indicavam sempre o segundo colocado, Lula ou Fernando Henrique, com mais do dobro das intenções de voto do terceiro colocado. A partir de junho, o segundo colocado passou a ter mais intenções de votos do que a soma dos demais candidatos.

Nesse estudo, o que mais interessa na polarização entre Lula e Fernando Henrique é que ela refletia a polarização que acontecia no Rio Grande do Sul, entre Olívio Dutra, pertencente ao Partido dos Trabalhadores, como Lula, e Antônio Britto, que embora fosse do PMDB, apoiava Fernando Henrique. Isto é, a bipolarização regional estava fortemente identificada com a polarização à presidência ocorrida no 1º turno. Esses elementos fizeram emergir a questão do relacionamento do Rio Grande do Sul com o governo federal, que foi a centralidade do discurso dos candidatos no segundo turno das eleições estaduais, quando Fernando Henrique já estava eleito e declarava seu apoio a Antônio Britto.

A postura tanto de maior integração como de autonomia com o centro político nacional, polarizadas respectivamente nas coligações de Antônio Britto e de Olívio Dutra, são justificadas por um discurso regionalista, ou seja, de defesa dos interesses do Rio Grande do Sul e de combate à suposta discriminação de que o estado seria vítima. Dessa forma, Antônio Britto, baseado no apoio eleitoral de Fernando Henrique, defende a ligação com o governo federal como forma de obtenção dos recursos federais que o estado necessitaria: “*com Fernando Henrique de presidente e eu como governador, as portas estarão sempre abertas para os interesses do Rio*

*Grande do Sul*⁷. Isso indica implicitamente que a penalização ou o preço a pagar pela oposição política ao governo Fernando Henrique, representada na candidatura Olívio Dutra, seria o abandono, o isolamento do estado, ou seja, a continuidade da crise, da discriminação⁸: “*Nas mãos de Fernando Henrique, o país vai encontrar a retomada do crescimento e será muito triste se o Rio Grande do Sul ficar assistindo, seja porque não tem um governo inovador ou porque não tem influência em Brasília*”⁹.

Olívio Dutra, por sua vez, apresenta uma postura de maior autonomia frente ao governo federal, exaltando a rebeldia dos rio-grandenses através da história, reafirmando uma cultura política de oposição ao centro político nacional.

Portanto, o discurso de unidade ou de oposição com o governo federal que os candidatos enunciam em 1994, traz embutido a questão da identidade do Rio Grande do Sul. Partindo dessa consideração, procuramos perceber pela análise de discurso, qual representação do regional é construída por Antônio Britto e Olívio Dutra, ou seja, como os candidatos significaram o Rio Grande do Sul perante o eleitorado, ao indicarem o tipo de relacionamento político com o governo federal na superação da crise.

Trabalhamos com a hipótese de que a construção de sentidos sobre o Rio Grande do Sul varia de acordo com a posição política do candidato gerando assim, dois discursos distintos, o da oposição e o da situação em relação ao governo central.

⁷ Correio da Eleição, p. 1, Zero Hora de 11/10/1994.

⁸ Celso Bernardi, que em 1994 concorreu ao governo do Rio Grande do Sul pelo PPR, ex-PDS, e PPB, atual PP, justifica seu apoio a Britto no segundo turno, justamente reforçando esse argumento, de que é preciso não ser oposição ao governo federal, como faria parte de nossa cultura política, para obtermos recursos: “*O Rio Grande precisa acertar seu relacionamento com o governo federal, porque ficar na contramão não tem trazido vantagens.*” Correio da Eleição, p. 1, Zero Hora, 11/10/1994.

⁹ Declaração de Antônio Britto publicada no Jornal da Eleição, 07/10/94, p. 3, Zero Hora. A esta declaração segue o comentário de que neste mesmo dia Britto teria recebido uma ligação no seu celular de Fernando Henrique, ilustrando a intimidade entre os dois, ou o apoio do presidente eleito ao candidato da Coligação Rio Grande Unido e Forte.

A busca da identidade regional apresentada pelos candidatos, bem como da construção de sua própria imagem através dos discursos enunciados durante a propaganda eleitoral gratuita de 1994, leva à abordagem da questão do regionalismo, bem como das noções teóricas a cerca do discurso político.

Conforme a chamada Geografia Crítica, a concepção de região¹⁰ está associada ao aspecto social em contraposição à abordagem da geografia tradicional centrada nas determinações da natureza que associam região unicamente ao espaço físico. Em outras palavras, o que diferencia (e define) as regiões não são os seus aspectos naturais característicos (clima, paisagem, relevo, hidrografia, etc.), mas o conjunto das suas características culturais e sócio-políticas. Dessa forma, o território passa a ser considerado não somente uma unidade geográfica/espacial, mas também uma unidade social e política, sendo por isso a região um produto social e histórico¹¹. Sendo assim, a singularidade de cada região dentro do todo nacional¹² decorre, principalmente, de seus aspectos sociais, de sua formação histórica.

¹⁰ A geografia crítica define região como “a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade dentro de uma totalidade”. Ou seja, cada região representa um tipo de organização social diferente dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula. AMADO, Janaina. *História e região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA (org). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero/ANPHU, 1990, p.8.

¹¹ Sobre a questão do espaço territorial como um sistema de estruturas tanto sociais como espaciais estabelecido através da ação do homem sobre a natureza ver CASTRO, Iná Elias de. *Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil*. In: *Dados – RJ*, vol. 32, nº 3, 1989, pp. 389-404.

¹² Lembra-se que embora as regiões apresentem uma identidade única em relação ao todo da nação, internamente elas não constituem uma homogeneidade. Deve-se levar em conta que existem clivagens econômicas, políticas, culturais e sociais. Assim, a identidade regional é uma disputa entre os diferentes grupos, sendo esta, conforme Bourdieu, um caso particular de luta de classificação, luta pelo monopólio de impor a definição legítima da divisão do mundo social. Ver OLIVEN, *A atualidade da questão regional*. In: *Revista de Ciências Sociais*, v.2, nº 1. Porto Alegre: UFRGS, 1988, p. 90-91 e BOURDIEU, *A Identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região*. In: BOURDIEU. *O Poder Simbólico*. Difel, Bertrand Brasil, 1989.

Este também é o entendimento do historiador Luiz Roberto Targa¹³, que considera as regiões como sendo meios sociais diferentes. Para esse autor as regiões se configuram através de uma formação histórica específica, implicando neste processo uma diferenciação econômica e cultural quando comparada com outras regiões ou com o conjunto da Nação. Conforme Targa¹⁴ as questões específicas que definiriam a singularidade histórica do Rio Grande do Sul em relação às demais regiões do Brasil seriam: a presença da fronteira platina, as guerras¹⁵ travadas no território rio-grandense, a sua produção econômica voltada para o mercado interno (o que aproximava a província muito mais das repúblicas do prata, que também produziam charque, do que do restante do Brasil) e o autonomismo político da elite local no século XIX (bem expresso na Revolução Farroupilha).

Entre os elementos citados, destacamos a luta da elite rio-grandense no século XIX pela autonomia política-administrativa do Rio Grande do Sul, em contraposição à centralização excessiva do governo imperial na formação de um discurso político regionalista que acabaria por identificar o Rio Grande do Sul como um estado dissidente do poder central¹⁶. Assim, rebeldia e insatisfação para com o governo

¹³ Ver *Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional*. In: Ensaio FEE, Porto Alegre, ano 12, nº 1, 1991, pp.165-268.

¹⁴ Relativo às especificidades e diferenciações da formação histórico/social do Rio Grande do Sul ver *Entre duas formações históricas*. In: Ensaio FEE, ano 11, nº 2, 1991.

¹⁵ Durante o período imperial, o Rio Grande do Sul esteve envolvido em quatro grandes guerras: a Guerra da Cisplatina (1817-28), a Revolução Farroupilha (1835-45), as Guerras Platina de 1849-52 e a Guerra do Paraguai (1864-70). Ver. Joseph LOVE. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: editora Perspectiva, 1975, p. 14. No período republicano ocorreram no Rio Grande do Sul duas guerras civis: a Revolução Federalista (1893-95) e a Revolução de 1923.

¹⁶ A Revolução Farroupilha seria o acontecimento histórico que marcaria a insatisfação com o centro político nacional, colocando um projeto de construção de Estado alternativo à centralização que o império impunha. Também a atuação do partido Liberal rio-grandense (1860-1889) buscando maior autonomia política e administrativa para a província rio-grandense conformaria a identidade de oposição atribuída ao Rio Grande do Sul. Sobre a identidade do Rio Grande do Sul como própria, regional, construída em oposição à identidade nacional tentada pelo Império ver FIGUEIREDO, Joana Bosak de. *O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o estado nacional (1851-1865)*. UFRGS, PPG História, dissertação de mestrado, 2000. Ver também CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade Inacabada: o regionalismo político no Rio Grande*

central seriam os traços da cultura política do Rio Grande do Sul que o distinguiria no cenário político nacional. Outro elemento de distinção do estado seria a existência de um alinhamento político definido por fronteiras ideológicas mais claras do que em outros estados, ou uma maior ideologização do debate político polarizado desde a época imperial até os dias atuais: liberais e conservadores no Império, republicanos e federalistas na república velha, petebistas e anti-petebistas nos anos 50 e 60; arenistas e oposicionistas (dentro do MDB) no regime autoritário e, finalmente, o conflito atual entre “petismo” e “anti-petismo”¹⁷.

Pode-se afirmar, portanto, a partir do exemplo do Rio Grande do Sul, que é em torno das suas diferenças, das suas peculiaridades que as regiões formam sua identidade. A identidade é entendida como algo relacional, pois que construída em relação a algo que lhe é externo cultural, histórico, econômico, geográfico e politicamente. É a partir dessa alteridade, no confronto com outras regiões brasileiras que a tomada de posição regionalista se define mais claramente.

As diferenças regionais são ressaltadas pelo discurso regionalista que as utiliza na construção de uma identidade própria. Em outras palavras, o discurso regionalista atua na conformação da identidade de uma região na medida em que aponta para suas diferenças reais, ou as inventa, marcando uma distinção regional em relação ao todo nacional:

“À semelhança do nacional, o regional é um recorte da realidade, uma categoria para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte uma forma de demarcar fronteiras e

do Sul”. Porto alegre: EDIPUCRS, 2000. A obra busca a compreensão do regionalismo político sul-rio-grandense através da análise dos discursos dos deputados do Partido Liberal rio grandense (1860-1889) na Assembléia Provincial, mostrando a resistência política feita à forma centralizadora que tomou a construção do Estado Nacional.

¹⁷ Sobre essa particularidade da política gaúcha ver artigo de André Marengo no Jornal Gazeta Mercantil, Eleições 2002, 30/08/2001, p. 3

estabelecer limites. O regional funciona como um ponto de referência básico em torno do qual se aglutinam identidades e ideologias. Identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que funcionam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção."¹⁸

Dessa forma, o regionalismo favorece a manutenção das diversidades regionais, das diferenças culturais, sociais, políticas das diversas regiões que compõem o todo nacional. Entretanto, isso não significa que as manifestações regionalistas sejam antagônicas à unidade nacional, conforme coloca Anne-Marie Thiesse tratando do regionalismo francês.

*(...) a valorização da diversidade do território não é exercida em contraposição, mas complementarmente à representação da França como "una e indivisível". O regionalismo não se desenvolve em oposição ao sentimento de identidade nacional, mas como forma consensual da reunião nacional"*¹⁹

A construção da identidade regional configura-se numa disputa pela fixação de sentidos, a partir das especificidades locais, lembrando que os sentidos são sempre construídos socialmente através da prática discursiva.

O discurso é definido, de forma geral, como uma prática articulatória e significativa²⁰. Muitas vezes essa noção nos escapa, tendo em vista que os sentidos se impõem de maneira tal na sociedade que são assimilados como naturais. Mas não existe um sentido denotativo (um sentido primeiro), só conotativo, isto é, um sentido

¹⁸ OLIVEN, op.cit.p. 90.

¹⁹ THIESSE, Anne-Marie. "La petite patrie enclose dans la Grande": regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). In: Estudos Históricos, vol. 8, n° 15. Rio de Janeiro: FGV, 1995, p. 3. A autora analisa o regionalismo na França durante a Terceira República, não como um fator de fragmentação, mas de diversidade em um todo muito bem integrado. A França é uma nação fortemente centralizada, mas que por isso não deixa de possuir uma grande diversidade regional.

²⁰ LACLAU, Ernesto. *Hegemony & Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985, p. 109.

que alguém dá, que é construído²¹. Daí, buscar perceber qual a identidade regional construída e apresentada pelo discurso eleitoral em 1994, é válido se considerarmos que a identidade não é algo fixo, imutável, mas um deslocamento de significações.

O discurso busca adeptos na sua construção de significados, ou seja, o discurso interpela, transformando indivíduos em sujeitos. A sociedade é composta por uma multiplicidade de discursos que lhe confere sentido, o que faz com que os indivíduos sejam interpelados por vários discursos. Assim, um sujeito pode se identificar como sul-rio-grandense, como gaúcho no discurso regionalista e como trabalhador num discurso classista, por exemplo.

Entre os discursos que significam a sociedade contemporânea, o discurso político é aquele em que a construção do sujeito é central. Para obter êxito, o discurso político não deve buscar apenas sujeitos já presentes no social, mas construir novos significados em seu interior, para interpelar novos sujeitos. É definido, portanto, como:

“um dos discursos mais complexos da sociedade, sua prática envolve não apenas a construção de uma visão de mundo a partir da luta com outras visões, como a necessidade sempre urgente de construir novos sujeitos que os suporte”²²

O discurso político é uma prática significativa que constrói sentido através da presença de um corte antagônico, que esvazia o discurso do outro, do seu inimigo, com quem disputa a interpelação de novos sujeitos. É assim, um discurso caracterizado pela polêmica, onde o confronto se estabelece.

²¹ Ver PINTO, Céli. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989, p. 20-21.

²² PINTO, 1989, op.cit.p. 56

O caráter polêmico do discurso político está presente no discurso dos candidatos Britto e Olívio na campanha eleitoral de 1994, onde cada um constrói a sua imagem desconstruindo a do outro, onde se estabeleceu uma disputa de significação sobre o Rio Grande do Sul a partir da posição política de cada candidato em relação ao governo central.

O corpo discursivo dessa análise é constituído pelos programas dos candidatos Antônio Britto e Olívio Dutra do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita na televisão em 1994, durante o primeiro e o segundo turno. Esses programas gravados pela professora Céli Pinto, foram transcritos para a efetivação desta dissertação.

Nos regimes democráticos representativos os períodos eleitorais – embora não sejam os únicos – são politicamente importantes. Isso porque nesse momento a disputa pelo poder, característico das relações políticas, é “publicizada”, ganhando maior visibilidade na sociedade através das campanhas dos candidatos. Rubim²³ caracteriza as eleições como um “*foro comunicativo*”, ou seja, como um momento de comunicar idéias e propostas, de convencer, emocionar, mobilizar os eleitores em torno de uma disputa pública. Assim, a singularidade do momento eleitoral seria essa, de ser um momento especial para a difusão e disputa de conceitos, de imagens²⁴. Nessa disputa comunicacional todos os cidadãos são chamados a

²³ RUBIM, Antonio. *Novas configurações das eleições no Brasil contemporâneo*. In: RUBIM (org.). *Mídia e eleições de 1998*. Salvador: Ed. Universitária/UFPB, Facom/UFBA, 2000, p.9-29.

²⁴ O conceito de imagem aqui utilizado é o de imagem pública, desenvolvido por Wilson Gomes, que ultrapassa o sentido visual ou plástico do termo, adquirindo um sentido figurado, analógico de representação. Assim, imagem pública seria um conceito construído sobre mecanismos enunciativos lingüísticos, já que para o autor a imagem é feita principalmente com discursos. Claro que juntamente com o discurso, a imagem pública também é construída através de ações e configurações expressivas, que incluem elementos visuais, plástica. Mas os elementos visuais contribuem para a formação de uma imagem desde que convertam-se em indícios, pistas, sintomas de inferências lógicas. Na verdade

envolverem-se no processo de escolha de seus representantes através do voto – mesmo porque o voto é obrigatório no Brasil -. Assim, as eleições são também o momento de ampliação da participação política, onde todos os cidadãos são solicitados a tomarem posição, a fazer uma escolha.

Não desconsiderando as críticas feitas quanto à obrigatoriedade das transmissões dos programas eleitorais na televisão, que representariam uma imposição arbitrária à liberdade de escolha do telespectador, e também uma certa antipatia devido ao horário da propaganda eleitoral interromper a programação normal da televisão, quase que o único veículo de entretenimento para a grande maioria da população brasileira, é notório que a propaganda eleitoral no rádio e televisão é cada vez mais o centro das campanhas eleitorais, sendo o principal canal de contato entre candidatos e eleitores²⁵.

o elemento visual agrega, coopera, reforça um conceito. Esse aspecto, da imagem pública se apoiando na imagem visual, é bastante trabalhado nas campanhas eleitorais pelos profissionais do marketing. A imagem pública não é fixa, nas palavras do autor ela conserva uma “*constante inquietude provisória*”, podendo sofrer sucessivas codificações que lhes atribuam novos sentidos. As disputas eleitorais seriam um dos momentos mais decisivos da política de imagem, nesses momentos o ator político busca impor a imagem de si que aparece de algum modo responder à demanda do público no contexto de uma conjuntura específica. Assim, a batalha eleitoral ocorreria na forma de uma competição pela construção, controle e determinação da imagem de indivíduos, grupos e instituições participantes do jogo político. Ver Gomes, Wilson. *A política de imagem*. (texto avulso).

²⁵ Mesmo em 1994, quando a legislação eleitoral (Lei nº 8.713, de 30 de setembro de 1993) impunha uma série de restrições na elaboração dos programas eleitorais que os tornavam menos atrativos dos que os de 1989. Diferentemente de 1989, em 1994 era proibido trucagens (montagens), imagens externas ou animações (art.76, parágrafo 1º), sendo que os programas só poderiam ser gravados em estúdio fechado. A lei também não permitia a participação de convidados (no caso das eleições ao executivo federal e estadual, apenas o candidato a presidente e a governador, e seus respectivos vices, podiam aparecer e falar), isso reforçava uma visão personalística do processo eleitoral, beneficiando os candidatos com grande capacidade de expressão verbal. Essas regras visavam uma equanimidade entre os candidatos, impedindo as candidaturas com mais recursos financeiros de utilizarem os caros recursos visuais na produção de programas atrativos, deixando em desvantagem os candidatos que não poderiam custear essa sofisticada produção. A lei, portanto, reforçava o formato tradicional da campanha política, com programas de um só ator falando aos seus eleitores, rodados em estúdio. Isso tornaria os programas menos dinâmicos, mais monótonos reforçando o senso comum de que a programação eleitoral obrigatória na televisão é “*chata*” o que supunha-se, descaracterizaria o horário eleitoral como principal canal de contato entre as candidaturas e o eleitorado. Esse prognóstico não foi confirmado. *Survey* realizado no Distrito Federal em setembro de 1994 apresentou a propaganda na TV como, de longe, a mais difundida fonte de informação entre os eleitores (excluídos os noticiários da televisão): era assistida por 82% dos entrevistados, contra 69% para os debates entre os candidatos na TV, que vinham em segundo lugar. Também em setembro de 1994, uma pesquisa do *Vox Populi*

Temos presente que uma campanha eleitoral não é feita somente na mídia eletrônica, também ocorrendo na rua, no contato direto entre candidato e eleitor (o *corpo a corpo*), nos comícios, passeatas, festividades. Mas consideramos o Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita na televisão um local privilegiado de enunciação do discurso político eleitoral. Ninguém nega que a televisão é um veículo poderoso de comunicação, que possibilita ampla cobertura territorial, podendo, de forma instantânea, causar grande impacto. Reúne imagem, cor, som e movimento, exigindo esmero e investimentos em produção. Mas esse dispêndio é compensado pelo grande potencial de persuasão nos diversos níveis de idade, cultura e classes sociais. No Brasil o rádio e, principalmente, a televisão, transformaram-se nos principais meios de construção daquilo que, de imediato, é tornado socialmente público, daquilo que é tornado comum aos brasileiros²⁶. É isso que tem feito a mídia televisiva ocupar um papel cada vez mais central nas campanhas eleitorais, pois como bem coloca Maria Helena Weber, “*a política busca visibilidade*”²⁷. Visibilidade que atualmente é fornecida pela mídia eletrônica, onde a televisão, por sua abrangência, é o veículo principal. Dessa forma, a propaganda eleitoral gratuita na televisão atinge um público bem maior do que um comício, por exemplo. Também torna possível o conhecimento de todos os candidatos pelos eleitores, desde os mais famosos dos

em base nacional apontou que 67% dos eleitores já tinham assistido ao programa eleitoral pelo menos uma vez. Portanto, os efeitos da legislação restritiva não se deram no sentido de diminuir drasticamente a audiência dos programas eleitorais na TV, atingindo mais a eficácia dos programas, quando comparados com a campanha de 1989, já que em 1994 a versão dos órgãos de notícias sobre a realidade nacional não pode ser contrabalançada nos programas do horário gratuito de propaganda eleitoral, como ocorreu com o caso da antena parabólica do ministro Ricupero, que não pode ser explorado suficientemente nos programas e acabou reduzido a um fato menor pela pouca importância que lhe foi atribuída pela Rede Globo de Televisão. Ver MIGUEL, op. cit, p. 119-127. Ver também RONDELLI e WEBER, *Ensaio das eliminatórias – os media e o campeonato eleitoral*. In: WEBER, Maria Helena (org.). *Comunicação e espetáculo da política*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 73-76.

²⁶ Argumento desenvolvido pelo professor Antonio Rubim no livro *Mídia e política no Brasil*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

²⁷ WEBER, op.cit. p. 11.

grandes partidos, que já possuem espaço na mídia através de notícias em telejornais ou de mandatos anteriores, até os iniciantes na carreira política ou os anônimos dos partidos “nanicos”, que mesmo possuindo tempo muito reduzido, conseguem uma visibilidade que sem a programação eleitoral gratuita na televisão jamais alcançariam. Claro que esses candidatos, em sua maioria, não conseguem fazer uma votação expressiva e sua rápida aparição na tela permite apenas a formação de uma imagem caricata, marcada através de algum bordão que os identifique junto ao eleitorado. Mas, do ponto de vista da visibilidade permitida pela mídia eletrônica, mesmo com todas as limitações, eles conseguem uma abrangência que de outra forma seria impossível, como bem prova o caso do candidato Enéas Carneiro²⁸ do insignificante Partido da Reconstrução Nacional – PRONA -, hoje conhecido do eleitor, mas que sem o horário eleitoral gratuito na televisão continuaria um anônimo para a maioria do eleitorado brasileiro.

Esse alcance do discurso político permitido pela televisão é que justifica nossa opção em estudar a campanha eleitoral de 1994 no Rio Grande do Sul através do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita.

A propaganda eleitoral na TV em 1994, no primeiro turno, foi de 2 de agosto a 1º de outubro²⁹. Nesse período, duas horas diárias da programação do rádio e televisão em rede nacional eram ocupadas pela propaganda eleitoral, divididas em programas de uma hora cada: das 7h às 8h e das 20h30min às 21h30min, na

²⁸ Lembramos que o programa do candidato Eneás na campanha de 1994 para presidente da república era o mais curto de todos (1min8) e que ele foi o terceiro mais votado com 7,4% dos votos, ultrapassando políticos conhecidos como Quéricia, Brizola e Esperidião Amin. Isso não significa que consideramos que todos os “nanicos” conseguem essa projeção alcançada por Eneás, a maioria não consegue fixar sua imagem no eleitorado. O fenômeno Enéas envolve elementos explicativos que fogem ao alcance desse trabalho discutir, apenas citamos a título de ilustrar a abrangência da visibilidade oferecida pela mídia eletrônica nas campanhas eleitorais e a possibilidade, quase única, que partidos pequenos tem de fazer uma campanha eleitoral nacional.

televisão, e, no rádio, de 7h às 8h e de 12h às 13h. Terças, quintas e sábados eram os dias reservados à propaganda das candidaturas proporcionais (assembléias legislativas e Câmara dos Deputados). Já nos domingos, segundas, quartas e sextas-feiras os programas eram divididos entre as candidaturas à presidência da república, aos governos estaduais e ao Senado. Os candidatos à presidência tinham metade do tempo do programa, sendo a outra uma hora reservada aos candidatos a governador (20 minutos) e candidatos a senadores (10 minutos). Nos estados em que ocorreu segundo turno para a escolha do governador, como foi o caso do Rio Grande do Sul, o horário de propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão reiniciou no dia 24 de outubro e finalizou no dia 12 de novembro, com duração de trinta minutos cada programa, dividido pela metade entre os dois candidatos, ou seja, cada concorrente teria direito a iguais quinze minutos de tempo de propaganda eleitoral na televisão.

Em 1994 concorreram ao governo do Rio Grande do Sul seis candidatos³⁰, mas nosso corpo discursivo constituiu-se apenas dos programas do horário eleitoral gratuito na televisão de Olívio Dutra e de Antônio Britto, tendo em vista que a disputa polarizou-se³¹ nesses dois nomes já no primeiro turno. Antônio Britto do PMDB, concorreu pela coligação *Movimento Rio Grande Unido e Forte*, formada pelos partidos PMDB, PSDB e PL. Olívio Dutra do PT, era o candidato da *Frente Popular*, coligação formada pelo PPS, PV, PSB, Pcdob, PT, PSTU. Esses partidos, apesar das diferenças entre si, eram considerados todos dentro do campo político da

²⁹ A eleição de 1994 aconteceu no dia 3 de outubro e o segundo turno foi no dia 15 de novembro.

³⁰ Além de Olívio Dutra e Antônio Britto, havia mais quatro candidatos a governar o RS: Celso Bernardi (PPR), Sereno Chaise (PDT), Irapuan Teixeira (PRONA) e José Luiz Gomes (PRN).

³¹ A diferença de votos que separou o candidato vencedor do derrotado evidencia o grau de polarização e acirramento da disputa ao Palácio Piratini em 1994, decidida em segundo turno. No primeiro turno Britto teve 2.211.270 votos (49,20% dos votos válidos) e Olívio teve 1.560.992 votos (34,73% dos votos válidos) num total de 5.549.281 votantes. No segundo turno Britto fez 2.679.701

“esquerda”, tendo em comum a oposição a ofensiva ideológica neoliberal vivida pelo país desde o início do governo Collor.

Olívio Dutra e Antônio Britto são políticos experientes e conhecidos no Rio Grande do Sul. Olívio Dutra, funcionário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, atuante no movimento sindical da categoria dos bancários, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Concorreu por este partido ao governo do Rio Grande do Sul em 1982³². Foi deputado federal constituinte em 1986 e em 1988³³ foi eleito prefeito de Porto Alegre, inaugurando a série de administrações petistas na capital gaúcha.

O jornalista Antônio Britto, que teve sua trajetória política iniciada no movimento estudantil na época do regime militar, ganhou notoriedade como porta-voz de Tancredo Neves em 1985, transmitindo à população notícias sobre o estado de saúde do presidente. Britto foi eleito deputado federal constituinte em 1986 pelo PMDB e concorreu à prefeitura de Porto Alegre em 1988. Em 1990 novamente elegeu-se deputado federal, tornando-se, em outubro de 1992, a convite do presidente Itamar Franco, Ministro da Previdência e Assistência Social. Desvinculou-se desse

votos (52,21% dos votos válidos) e Olívio 2.453.174 (47,79% dos votos válidos) entre 5.405.386 votantes. Total de eleitores no RS em 1994: 6.296.021. Dados do Tribunal Superior Eleitoral.

³² Em 1982 ocorreram as primeiras eleições para a escolha de governadores após a implantação do regime autoritário em 1964. Nesta eleição no Rio Grande do Sul, o candidato eleito foi Jair Soares do PDS, com 34,09% dos votos válidos (1.294.962 votos), em segundo lugar ficou Pedro Simon do PMDB, com 1.272.319 votos (33,49% dos votos válidos), Alceu Collares fez 775.546 votos (20,41% dos votos válidos) e por último, Olívio Dutra, com insignificantes 50.713 votos (1,33% dos votos válidos), numa eleição em que os votos brancos e nulos, representaram, respectivamente 8,80% e 1,88% do total. Conforme AYDOS, Eduardo. *As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Texto para discussão, PPG em Ciência Política, UFRGS, n° 03, outubro 1988, p. 29.

³³ Em 1988 sete candidatos disputaram a prefeitura de Porto Alegre e Olívio Dutra foi o vencedor perfazendo 41,05% dos votos. Antônio Britto que também participou dessas eleições ficou em quarto lugar, com 11,96% dos votos. NOLL e PASSOS. *Eleições municipais em Porto Alegre (1947-1992)*. Cadernos de Ciência Política, série Relatos de Pesquisa, PPG em Ciência Política, UFRGS, n° 4, 1996, p. 43-44.

Ministério em dezembro de 1993 para poder concorrer ao governo do Rio Grande do Sul nas eleições de 1994.

O trabalho está dividido em duas partes. A primeira é formada pelo capítulo I, *Rio Grande do Sul, um estado em crise*, onde procuramos identificar o surgimento do discurso da crise no Rio Grande do Sul, entendido como antagonismo de interesses entre o estado e o governo central, na Revolução Farroupilha. É neste momento que teria surgido o sentimento de discriminação, onde o Rio Grande do Sul percebe-se preterido pelo governo central em relação a outras unidades da federação. Reclamação essa que é mencionada nas eleições de 1994.

Evocamos também nesse primeiro capítulo dois momentos recentes da história do Rio Grande do Sul em que o discurso da crise nascido na Revolução Farroupilha é ressuscitado: os anos 1950 e 1980. Nessas duas conjunturas política e economicamente distintas, o sentimento de que o Rio Grande do Sul oferece muito mais ao Brasil do que recebe em troca, o sentimento de marginalização é utilizado na explicação das dificuldades que o estado vivia naqueles períodos. Lideranças políticas, baseadas no que seria uma perda da importância econômica e política do Rio Grande do Sul dentro da federação, reeditam as queixas farroupilhas e exaltam o espírito de lutas que esse discurso atribuí ao povo gaúcho.

Também neste primeiro capítulo, procuramos descrever a conjuntura econômica do Brasil e do Rio Grande do Sul entre 1990-94 para entender o momento em que as eleições ocorreram. Consideramos principalmente a influência do Plano Real naquele momento eleitoral e as dificuldades financeiras dos estados num momento em que o governo federal dava o primeiro passo na centralização de recursos com a aprovação do Fundo Social de Emergência no início de 1994.

Na segunda parte do trabalho é onde se realiza propriamente a análise do discurso dos candidatos Antônio Britto e Olívio Dutra, e onde procura-se responder as perguntas desta pesquisa. Dessa forma, nos capítulos II e III, procuramos verificar como cada um dos candidatos desenhou a crise que o Rio Grande do Sul vivenciava, quais as principais causas apontadas e as propostas para contorná-la. No sentido de mudar a situação de crise, levando o Rio Grande do Sul ao desenvolvimento, veremos cada um dos dois candidatos colocar-se como o mais capaz, como o possuidor das condições necessárias para bem governar o Rio Grande do Sul. Encontraremos nessa construção discursiva da imagem do candidato a desconstrução simultânea da imagem de seu opositor, já que a identidade é sempre relacional, ou seja, erigida em relação a um outro. Ao nos determos no segundo turno, tanto na campanha de Britto como na de Olívio, tratamos da questão do relacionamento com o governo federal, que é distinta conforme a posição política dos candidatos em relação ao presidente eleito. A partir dessa posição procuramos identificar as representações que cada candidato constrói sobre o regional.

No capítulo 2 tratamos do discurso de Antônio Britto e no capítulo 3 do discurso de Olívio Dutra. Em ambos os capítulos a análise está dividida em duas partes, seguindo a divisão em primeiro e segundo turno da campanha. Esse procedimento justifica-se, principalmente, devido a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente da República ainda no primeiro turno e seu apoio no segundo turno à candidatura Britto. Esses fatos influenciaram na construção dos discursos dos candidatos.

Nas considerações finais procuramos sintetizar as respostas que ao longo da análise são oferecidas às perguntas iniciais do trabalho, tanto relativo à imagem dos

candidatos, formada a partir da negação do que seria o “político tradicional”, onde cada um estabelece uma nova forma de governar - ressaltando seja a competência administrativa somada à honestidade, seja a participação popular -, quanto a questão da identidade regional ligada à postura política de cada candidato em relação ao centro político nacional.

CAPÍTULO I

RIO GRANDE DO SUL: UM ESTADO EM CRISE

Neste capítulo pretendemos abordar as condições de emergência do discurso da crise e discriminação do Rio Grande do Sul nas eleições estaduais de 1994. Nesse sentido faremos um resgate histórico do surgimento desse sentimento de abandono do Estado pelo centro político nacional, procurando mostrar a constância desse discurso no Rio Grande do Sul. Também procuramos mostrar um pouco da conjuntura econômico-social nacional e regional do período compreendido entre 1990-94, até o momento em que acontece a campanha eleitoral, para melhor entender o alcance da crise e seus desdobramentos políticos.

1.1- Origem e permanência do discurso da crise do Rio Grande do Sul

A problemática da crise no Rio Grande do Sul tem sua origem na Revolução Farroupilha onde manifestaram-se as contradições entre os interesses político-econômicos da classe dominante local e o poder imperial, defensor da cafeicultura e da oligarquia agrária em formação no centro do país. Os estancieiros gaúchos estavam descontentes com a excessiva centralização política imposta pelo Império e com as medidas que os prejudicavam economicamente¹. A Revolução colocava, conforme a historiadora Helga Piccolo², um projeto alternativo de construção do

¹ A elite gaúcha estava insatisfeita com a importação do charque platino, que lhe roubava mercado. A economia gaúcha era voltada para o mercado interno, pois o charque, seu principal produto, era o alimento da força de trabalho escrava do Sudeste.

² PICCOLO, Helga. *O discurso político na Revolução Farroupilha*. In: Revista de História, Porto Alegre, 1: 39-53, 1986/87.

Estado Nacional, que ainda não estava definitivamente organizado. Os farrapos defendiam o princípio político federativo, ou seja, desejavam uma maior autonomia político administrativa para as províncias, questionando, portanto, a centralização.

Assim, o movimento farroupilha manifesta o sentimento de insatisfação do Rio Grande do Sul em relação ao governo central. Esse antagonismo entre os interesses da elite rio-grandense e do governo imperial, conforme Céli Pinto³, é que inaugura o discurso da crise no estado gaúcho. Isso considerando que as guerras anteriores à Farroupilha não terem sido vividas como uma situação de opressão, como “crise”, mas como uma luta unitária em defesa de interesses comuns da Coroa Portuguesa e da elite provinciana, ou seja, dos donos de terra no Rio Grande do Sul. Assim, o diferencial da Revolução Farroupilha, além de sua longa duração, é que ela representou um conflito de interesses entre o Estado Nacional e os grupos dominantes gaúchos. A autora ressalta que além de ser o primeiro, o discurso da crise dos Farrapos foi “*a matriz que norteou todos os demais*” através da construção de uma imagem do Rio Grande do Sul altivo e ultrajado: “*Apareceu pela primeira vez a linha mestra de um discurso que tem tido uma formidável persistência histórica: O Rio Grande contra o Brasil*”⁴

Isso significa que o discurso da discriminação do Rio Grande do Sul pelo centro político nacional, inaugurado na Revolução Farroupilha, é reatualizado no nível político e econômico em outros momentos da história do Rio Grande do Sul.

O sentimento de descaso para com o Rio Grande do Sul e uma postura política de combate ao centralismo excessivo, já são vislumbrados, por exemplo, na

³ PINTO, Céli Regina. *O discurso da crise: uma presença constante na história gaúcha*. In: SCHÜLER, D. e GOETTEMES, M (org). *Mito ontem e hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1990, p. 258-265.

⁴ PINTO, op.cit, p. 261.

atuação dos deputados do Partido Liberal na Assembléia Provincial Rio-Grandense durante o período imperial no século XIX. Os liberais, de forma geral, defendiam uma maior autonomia político-administrativa e econômica das províncias, que não podiam sequer escolher seus presidentes e queixavam-se freqüentemente, como transparece em seus discursos na Assembléia Provincial, do tratamento marginal que a província rio-grandense recebia do governo central. O preconceito contra a província, no discurso dos deputados liberais, estaria retratado, por exemplo, na política de recrutamento para a Guerra do Paraguai (1864-70), onde o governo imperial teria exigido dos rio-grandenses sacrifícios desproporcionais, na medida que o Rio Grande do Sul foi a província que mais contribuiu com homens para aquela guerra. O contingente de homens fornecidos pelo Rio Grande do Sul era três vezes maior que o de Minas Gerais, naquele período a mais populosa província brasileira. Além dessa questão do recrutamento, que é bastante citada pelos deputados na sua queixa de tratamento desigual ao Rio Grande do Sul, a injustiça e abandono do governo central também estariam contidos na falta de recursos para o Rio Grande do Sul. Na opinião dos liberais o governo central disporia de recursos, mas os distribuía de maneira irregular entre as províncias, favorecendo umas em detrimento de outras. A queixa sobre o centralismo econômico do governo também era manifesta no descontentamento com a carga fiscal exigida das províncias pelo Império e na alegação de não atendimento das reivindicações favoráveis à indústria rio-grandense:

“A elite liberal levantou-se inúmeras vezes contra as “pressões” econômicas dirigidas à indústria gaúcha [entendida aqui pelas atividades que envolviam a cultura charqueadora-pastoril], tais como impostos lançados sobre essa, ou acordos bilaterais entre o Império e o Estado

Oriental, favorecendo a indústria de similares daquele país.”⁵

O discurso dos liberais, portanto, é de abandono da província rio-grandense pelo governo central, discurso inaugurado na Revolução Farroupilha, conforme já expressamos, e que os liberais davam continuidade em suas reivindicações por maior autonomia político-administrativa e por medidas que favorecessem a economia da província, assim Carneiro conclui da sua análise que: “*As invocações do passado revolucionário da província, assim como a perseguição contra os rio-grandenses após o encerramento daquela, estão sempre presentes no discurso liberal*”, sendo que os liberais rio-grandenses “*assumiam-se abertamente como continuadores da saga farrapa*”⁶.

Essa rearticulação do discurso farrapo ocorrido na segunda metade do século XIX também é percebida em outros contextos históricos cronologicamente mais próximos aos dias atuais. Abordaremos aqui, a partir desse ponto, dois momentos mais recentes da história do Rio Grande do Sul em que elementos do discurso farrapo aparecem, que são as décadas de 1950 e 1980. Momentos significativos no sentido de que nos anos 1950 a discussão da temática regional ganhava espaço no Brasil em função das desigualdades geradas pelo processo de industrialização do período e por ser 1985 o ano da comemoração do sesquicentário da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul. Nessas duas conjunturas política e economicamente diversificadas ressurgiu o discurso da crise gaúcha atribuída ao abandono do governo federal.

⁵ CARNEIRO, op.cit., p.215.

⁶ CARNEIRO, op.cit., p. 196-197.

1.2- O discurso da crise gaúcha no final dos anos 1950

Nos anos 1950, com o processo de industrialização intensiva no centro-sul do Brasil, o modelo de desenvolvimento gaúcho centrado na agropecuária não foi mais suficiente para garantir o crescimento econômico do Rio Grande do Sul, que passou a enfrentar uma crise econômica e social. Essa situação acarretou uma mudança da imagem que se fazia do estado, que deixou de ser o “*celeiro do Brasil*” para constituir-se num “*novo Nordeste*”.

A economia gaúcha caracterizava-se por ser essencialmente agrícola e dependente do mercado externo, principalmente nacional⁷. O setor industrial tinha sua produção voltada fundamentalmente à elaboração de matérias-primas originárias do setor primário local e ao fornecimento de algum insumo a essa mesma agropecuária. Esse modelo de desenvolvimento baseado no setor primário, onde as atividades agropecuárias estavam conectadas às atividades fabris e exportadoras, chamado *modelo gaúcho de desenvolvimento*, funcionou bem, sendo visto com otimismo, até metade dos anos 40. Entretanto, após o final da Segunda Guerra Mundial, esse modelo começa a enfrentar dificuldades e o Rio Grande do Sul começa a perder posição no conjunto da economia nacional com a concorrência dos produtos de consumo de outras regiões do centro do país. A visão otimista que prevalecia na fase anterior não se sustenta diante da nova conjuntura, sendo substituída por uma visão apreensiva:

“(...) entre o final da Segunda grande guerra e meados dos anos 50, a expansão da economia gaúcha, por estar exigindo significativas mudanças tanto ao nível da produção – agricultura e indústria – quanto ao nível da intermediação

⁷ 75% das exportações do Rio Grande do Sul em 1950 dirigiam-se para os mercados urbanos do Rio, São Paulo, Recife e outros. Ver MÜLLER, Geraldo. *A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60*. In: DACANAL (org.).RS: Economia & Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 364.

– comercialização, armazenagem e financiamento – fez com que o otimismo começasse a ceder, dando lugar a atitudes de apreensão (...) os estudiosos contemporâneos dessa última fase deixaram de lado as adjetivações otimistas de seus colegas de períodos anteriores, tais como “O Rio Grande é o celeiro do Brasil”, “o RS é um exemplo de democracia agrária”, um Estado com “um notável progresso industrial e paralelo progresso agrícola”, e passam a encarar o Estado Gaúcho como um “Novo Nordeste”, Estado “insuficientemente desenvolvido”, em “crise”.⁸

A explicação para a crise econômica do Rio Grande do Sul a partir dos anos 50, que aprofundou-se sobretudo no período 1957-59⁹, recai em fatores externos. Ou seja, seria decorrência da opção feita em nível nacional de incentivar uma industrialização concentrada no centro-sul do país, para onde fluíam todos os recursos. Neste processo de industrialização intensiva o Rio Grande do Sul não estava incluído, permanecendo como um estado preponderantemente agrícola¹⁰. O quadro abaixo ilustra o processo de concentração industrial, principalmente em São Paulo e a posição secundária do Rio Grande do Sul em termos de industrialização, cada vez mais distante do estado paulista.

TABELA 1
Produção Industrial: 1907-1958 (em %)

Estado/Ano	1907	1920	1938	1958
<i>Rio/DF</i>	33,1	20,8	14,2	11,2
<i>São Paulo</i>	16,5	31,5	43,2	53,2
<i>Rio Grande do Sul</i>	14,9	11,0	10,7	8,1
<i>Minas Gerais</i>	4,8	5,5	11,3	5,7
<i>Outros Estados</i>	30,7	31,2	20,6	21,8
<i>Brasil</i>	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana, 1977¹¹

⁸ MÜLLER, op.cit., p. 359.

⁹ As taxas médias de crescimento dos setores econômicos primário, secundário e terciário, foram respectivamente, no período de 1956/60: 3,0; 1,7 e 2,8; enquanto que no período anterior de 1949/53 haviam sido de 9,8; 9,5 e 7,2. MÜLLER afirma que o ponto nevrálgico da crise era o setor agropecuário, que “ao se deprimir, carregou consigo os demais setores. O que vem a sublinhar a dependência estrutural da economia do RS ao setor primário”. MÜLLER, op. cit., p. 387. O baixo crescimento da economia gaúcha, com taxas negativas, estende-se até 1964, apresentando uma recuperação em 1962. Reflexos sociais da crise foram, principalmente, o aumento do desemprego e o aumento da população favelada. Ver CANEPA, Mercedes. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. UFRGS, PPG Ciência Política, tese de doutorado, 1999, p. 77.

¹⁰ No conjunto da economia brasileira, em 1959 a participação do setor industrial já superava a da agricultura, no Rio Grande do Sul isso viria a ocorrer apenas no início da década de 70. Ver CANEPA, op.cit., p. 79.

¹¹ Apud BAQUERO, Marcelo e PRÁ, Jussara. *Matriz histórico-estrutural da cultura política no Rio Grande do Sul e padrões de participação política*. In: Cadernos de Ciência Política, UFRGS, PPG Ciência Política, Série pré-edições, nº 3, 1995, p. 43.

Em que pese a explicação exógena da crise do Rio Grande do Sul ser a mais aceita, também há uma explicação de caráter endógeno. Müller esclarece que os defensores dessa explicação afirmam não ter ocorrido uma diminuição da procura dos produtos primários e que seus preços de exportação não ficaram abaixo dos preços dos produtos industrializados, também não teria ocorrido redução dos financiamentos à produção e tampouco transferência de recursos através do mecanismo fiscal da União, como propaga a explicação exógena, tendo sido favorável ao Rio Grande do Sul o saldo da balança comercial no período. Dessa forma, a crise gaúcha se colocava do lado da oferta, resultando de problemas internos, estando intimamente ligada à estrutura da economia gaúcha¹². Müller subscreve a análise das causas endógenas para o setor primário, mas não para o setor secundário gaúcho. Ele lembra que a situação do Rio Grande do Sul não poderia ser vista separada do processo de industrialização que ocorria em nível nacional, que a questão não restringia-se ao campo econômico, mas abrangia também as escolhas políticas nacionais. Isso significa que a economia gaúcha seguia as diretrizes políticas traçadas a nível nacional, que centralizava os recursos para o desenvolvimento industrial no Centro-Sul. Alterar o papel secundário que o Rio Grande do Sul ocupava nesse processo, implicava, portanto, alterar a política nacional:

“O processo não se reduz, como o fazem os autores do referido estudo [Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do RS], a uma questão econômica pura e

¹² As causas seriam: 1) esgotamento da base física, sem modificações na produtividade do setor primário; 2) inflexibilidade do quadro institucional agrário (má distribuição da propriedade); 3) investimentos sem critérios produtivos, tendo em vista, fundamentalmente, a aplicação imobiliária. Assim, o insuficiente desenvolvimento gaúcho estava ligado ao caráter oligárquico da elite pecuária: *“usufruir dos ganhos da intermediação, supondo que a natureza dos campos responsabilizar-se-ia pela produção”*. Finalmente, a crise deveria ser creditada à rigidez da indústria gaúcha, à sua incapacidade em acompanhar os índices nacionais de crescimento e de diversificação possível. MÜLLER, op. cit., p. 388.

simples. Certo estão estes autores ao indicarem a rigidez institucional como uma das causas do insuficiente desenvolvimento, ou seja, trata-se da herança do modelo de crescimento do RS. O processo industrial, no entanto, estava inteiramente embebido no processo político estadual. E este, por sua vez, inseria-se na industrialização intensiva do centro-sul. Esta industrialização exigiu todas as forças do país, todos os seus recursos, atraindo, até mesmo, inversionistas gaúchos. O processo econômico tinha caráter nacional, assim como o processo político. Mexer na estrutura agrária gaúcha era mexer na mesma estrutura ao nível nacional. Tentar uma industrialização intensiva como fez Brizola era disputar o poder econômico e político nacional. Não se tratava mais do RS, de SP, do Rio, de Minas, etc, mas do papel do RS no Brasil industrial, que se localizava no centro-sul. A esfera política antepunha-se à esfera econômica, e para que o RS pudesse realizar uma espécie de industrialização semelhante à que estava ocorrendo em SP, deveria penetrar e desafiar as forças que compunham a esfera política.”¹³.

O objetivo não é estabelecer aqui uma análise econômica pormenorizada das causas externas e internas da crise do Rio Grande do Sul no período indicado, mas consideramos oportuna a ressalva feita por Müller, acima citada, por destacar a vinculação entre a situação do Rio Grande do Sul com a política econômica do governo federal e a partir daí, como o estado se vê nessa relação. No processo de industrialização coube ao Rio Grande do Sul um papel secundário, que foi interpretado como um ato de discriminação por parte do governo central que teria preterido o desenvolvimento do estado gaúcho frente a outras unidades federativas. Em outras palavras, a opção do governo federal de desenvolver uma industrialização intensiva no eixo Rio/São Paulo, resultou na centralização de recursos nestas regiões e no sentimento de exclusão e discriminação do Rio Grande do Sul. Percebe-se este sentimento nas mensagens do executivo estadual enviadas à Assembléia Legislativa¹⁴ onde os governadores gaúchos queixam-se do esvaziamento da autodeterminação das

¹³ MÜLLER, op.cit., p. 389.

¹⁴ Mensagens transcritas nos trabalhos de CANEPA e MÜLLER, op. cit.

unidades federadas¹⁵, da centralização excessiva, da falta de investimentos necessários ao estado para sua industrialização e da desproporção entre o montante dos recursos destinados a região centro-sul, principalmente aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e aos destinados ao Rio Grande do Sul, que comparativamente recebia quantias insignificantes¹⁶.

Também fica exposto nas mensagens, principalmente a partir de 1958 conforme indica Canepa através da terceira mensagem do governador Ildo Meneghetti¹⁷ à Assembléia em janeiro de 1958, que a recuperação do Rio Grande do Sul não passaria mais pela via do modelo gaúcho de desenvolvimento, baseado na agropecuária, mas sim pela intensificação da industrialização¹⁸, daí a reclamação de investimentos federais na infra-estrutura do estado, principalmente na questão energética, fundamental à indústria, e na rede de transporte para escoamento da produção.

¹⁵ O governador Ildo Meneghetti em sua Mensagem à Assembléia Legislativa no ano de 1958 critica as restrições impostas às unidades regionais pela União, que é quem conduzia, quase que exclusivamente a vida econômica nacional, deixando as economias regionais estritamente dependentes da política determinada e executada pelo governo federal. Nesse sentido o governador menciona que só o governo federal pode determinar a política monetária e de crédito, intervindo na economia, controlando o comércio e o câmbio, além de regular os direitos trabalhistas.

¹⁶ Ver segunda mensagem do governador Ildo Meneghetti à Assembléia Legislativa em 1957, referente ao exercício de 1956, citado em MÜLLER, p. 391 onde o governador queixa-se que os empréstimos estrangeiros ao Brasil são investidos muito pouco no Rio Grande do Sul.

¹⁷ Ildo Meneghetti foi eleito pelo PSD e governou o Rio Grande do Sul nos anos 1955-1959. Após o governo de Leonel Brizola, do PTB (1959-1963), foi eleito novamente como governador para o período de 1963-1967.

¹⁸ CANEPA e MÜLLER afirmam que era consensual a necessidade de industrialização do Rio Grande do Sul para a retomada de seu desenvolvimento, para a dinamização do mercado interno, mas ambos ressaltam que havia uma disputa entre o tipo de industrialização a ser implantada. Basicamente eram dois os projetos de industrialização propostos: um defendia, essencialmente, a criação de um parque fabril de aproveitamento das matérias-primas rio-grandenses para depois ir, progressivamente, internalizando outras unidades produtoras de bens de capital e de insumos. Essa proposta estava ligada ao Partido Social Democrata – PSD. O outro projeto era de “pólo industrial”, com a criação de uma grande infra-estrutura junto com grandes empresas de ponta, ou seja, um parque industrial que produzisse bens de capital e insumos industriais, sem deixar de aproveitar as matérias-primas agropecuárias. Essa proposta era defendida pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e em termos cronológicos, ganha força a partir de 60, na gestão do governador Leonel Brizola.

A forma como ocorreu o processo de industrialização brasileira nos anos 50, concentrada na região sudeste, acabou por ampliar o debate da questão regional brasileira. Celso Furtado¹⁹, na época, alertava que a política de industrialização de Juscelino Kubitschek²⁰ era ótima para o Brasil, mas vista da dimensão espacial era ampliadora das desigualdades regionais. Ou seja, o conjunto da política federal buscava a consolidação do Brasil como país industrial, só que a indústria concentrava-se no Sudeste, o que a médio prazo ampliaria a questão regional brasileira. Furtado alertava que os que os desequilíbrios regionais já existentes²¹ tendiam a se acentuar diante dos maciços investimentos em infra-estrutura e em indústria pesada decorrentes do Programa de Metas, que se concentrava principalmente em São Paulo. Isso desencadeava reclamações das demais regiões, que desejavam mais investimentos para seu desenvolvimento, como percebe-se nas mensagens dos governadores do Rio Grande do Sul da época. Na literatura, essa discussão da questão regional, no caso do Rio Grande do Sul, torna-se bem evidente na obra *“Rio Grande do Sul, um novo Nordeste”*, de Franklin de Oliveira.

A interpretação de que a crise econômica vivida pelo estado era decorrente da política econômica do governo central que privilegiou o centro sul e abandonou/marginalizou o Rio Grande do Sul aparece com veemência nesse livro de Oliveira publicado em 1961. Dito de outra maneira, a obra é expoente da explicação exógena da crise e do discurso da marginalização do Rio Grande do Sul ao considerar a política de desenvolvimento econômico do governo Juscelino

¹⁹ Ver BACELAR, Tânia. A *“questão regional” e a “questão nordestina”*. In: TAVARES, Maria Conceição (org.). Celso Furtado e o Brasil. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000, p.75-76.

²⁰ Juscelino Kubitschek de Oliveira foi presidente do Brasil de 31/01/1956 a 31/01/1961.

²¹ As taxas médias anuais de crescimento industrial, conforme os censos de 1919 e 1949, foram de 7,9% em São Paulo e de 5,4% para o resto do país, sendo que São Paulo concentrava entre 50% e 70% do valor adicionado pelas indústrias produtoras de bens de produção. Em 1949 São Paulo detinha 48%

Kubitscheck (JK), voltada para a industrialização do centro-sudeste brasileiro, a principal causa do processo de empobrecimento generalizado²² do estado gaúcho e do agravamento dos desequilíbrios regionais.

“(...) quanto às causas da crise econômica gaúcha elas são fundamentalmente, da responsabilidade do Sr. Juscelino Kubitschek e de seu programa de metas. As atuais dificuldades do RGS são uma consequência da maneira pela qual o governo federal atirou o país na inflação. Elas são expressão de uma economia agrária sem defesa – economia que o governo federal espoliou. Elas são expressão da obstinada constância com que o Sr. Juscelino impediu a industrialização do Rio Grande do Sul.”²³

Oliveira defende a posição de que a perda da vitalidade econômica do estado e suas consequências sociais (desemprego, aumento de favelados, fechamento de fábricas, greves) não se deve à falta de “*espírito de iniciativa*” dos gaúchos, nem das condições intrínsecas da economia gaúcha, sendo suas principais causas a inflação e o desenvolvimentismo unilateral do governo federal.

Ao lado do recrudescimento do processo inflacionário, o autor aponta como medida contrária ao Rio Grande do Sul o tabelamento dos produtos rurais e a liberação de preços para os produtos industrializados. Sendo o Rio Grande do Sul um

da indústria nacional e no período de 1951/59, 55,6%. Ver CANO, Wilson. *Celso Furtado e questão regional do Brasil*. In: TAVARES, op. cit., p.104 e 111.

²² O empobrecimento do Rio Grande do Sul é denominado por F. Oliveira de “*nordestização*”. O autor equiva o Nordeste à pobreza, já que esse estado, além do sofrimento da população gerado pelas secas (ocorreram grandes secas na região nordestina em 1951, 1953 e 1958, que levaram ao aumento de retirantes nordestinos em direção ao sul do Brasil em busca de sobrevivência), também foi penalizado pela política cambial do governo JK que prejudicava as exportações nordestinas, principalmente de açúcar e algodão. Portanto, Oliveira não utiliza o termo Nordeste no sentido estrito de localização geográfica, mas no sentido econômico, que significaria desenvolvimento, descapitalização. Aponta como as principais características do empobrecimento, do subdesenvolvimento do Rio Grande do Sul no período, a curta duração de vida; o alto índice de mortalidade; o baixo nível de saúde; renda per capita baixa e alto teor de despesas com alimentação. O autor através de dados procura mostrar que a estabilização do crescimento da economia gaúcha ocorre desde 1953 com queda acentuada a partir de 1956, no governo JK, através de seu Plano de Metas. Ver principalmente dados apresentados no livro de Franklin Oliveira nas páginas 84 e 85, relativos à indústria, e nas páginas 110 e 111, da agricultura. OLIVEIRA, Franklin. *Rio Grande do Sul, um novo Nordeste*. Porto Alegre: Globo, 1962.

²³ OLIVEIRA, op.cit., p. 184.

estado cuja base econômica era a agropecuária, conseqüentemente foi muito prejudicado por aquela medida, ou “*espoliado*” nas palavras do autor: “*Tudo ou quase tudo que o RGS produz e vende é tabelado; tudo o que o RGS compra é livre. É uma espoliação tremenda*”²⁴. Essas medidas prejudicavam o Rio Grande do Sul em suas trocas com o Sudeste, já que teria que vender maior quantidade de produtos primários para poder comprar os produtos industrializados. Assim, a crise gaúcha existia porque o governo federal fez com que a agricultura e a pecuária financiassem a industrialização do centro-sul²⁵.

Oliveira considera o Rio Grande do Sul duplamente prejudicado pela política econômica federal, que além de ter priorizado o desenvolvimento industrial apenas na região sudeste, implantou um tipo de indústria que não beneficiava de forma alguma os estados agrícolas, pois a produção era de automóveis e não de máquinas para a lavoura. Assim, o estado gaúcho era impossibilitado de aumentar o nível de mecanização da lavoura, ou simplesmente reequipar o parque mecânico já existente no campo, o que dificultava o aumento da produção agrícola. Se a produção da indústria nacional não fornecia máquinas agrícolas, a compra de bens de produção para a lavoura também era dificultada pela política de controle de importações vigente, que elevava muito os preços de máquinas produzidas em outros países.

Também aponta Oliveira que não houve nos planos federais a menor preocupação com a infra-estrutura sul-rio-grandense, que apresentava problemas de energia, necessitando instalação de centrais elétricas e construção de estradas para

²⁴ OLIVEIRA, op.cit., p. 185.

²⁵ Oliveira informa à página 157, que houve a transferência de cerca de 620 bilhões de cruzeiros do setor rural para o industrial.

escoamento da produção, medidas que proporcionariam ao estado as condições para a implantação de um parque fabril de base.

Dentro dessa interpretação exógena da crise gaúcha, o autor faz uma ressalva, apontando um fator interno, constituído no aumento da carga tributária durante o governo Brizola. Isso seria, conforme Oliveira, um erro, pois ao elevar os impostos para custear suas despesas, o Estado contribuiria para o êxodo industrial²⁶. Entretanto, considera este fator interno de menor peso no empobrecimento do Rio Grande do Sul frente aos de ordem externa anteriormente citados.

A tônica, como se percebe, é a discriminação²⁷ do Rio Grande do Sul, expressa, como exposto acima, no reduzido montante de investimentos federais no Estado, na exclusão do Rio Grande do Sul do Plano de Metas do governo JK e nas relação de trocas desfavoráveis aos produtores gaúchos.

A superação da crise seria a industrialização do Rio Grande do Sul, mas para isso era necessário a ajuda do governo federal, sozinho o governo estadual não tinha condições de suplantar as dificuldades, não por falta de vontade ou iniciativa, mas

²⁶ São Paulo isentava os produtos industrializados do Imposto de Vendas e Consignação (que no RS era alto, 6%), segundo Oliveira *“porque pode fazer isso, já que tem o amparo da renda produzida pela indústria automobilística, a mesma que foi vedada pelo governo federal ao RS implantar”*, p. 97. Obs.: A partir de 01/01/67, o ICV é substituído nos Estados pelo ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias).

²⁷ Para provar o argumento da discriminação do Rio Grande do Sul, Oliveira cita a diminuição dos investimentos federais no RS, que até 1954 eram em progressão contínua: de 1950 a 1954 passaram de 313 para 751 milhões. Em 1955 caíram para 316 milhões, tendo uma ligeira reação entre 1957/58, mas sem ultrapassar 53% sobre o montante de 1954. Em 1959 observa-se uma queda acentuada, 293 milhões. Também a firma que enquanto o RS colaborava com 10% na renda da União, recebendo em troca apenas 0,2% do programa de metas, Minas Gerais recebia 20%, embora com menor participação na renda nacional (ver p. 86). Também sustenta a afirmação de que o RS foi banido do Plano do Metas, foi discriminado na distribuição dos recursos, com dados sobre investimentos empregados na energia, item essencial para o desenvolvimento industrial, onde nos informa que: *“dos 54,9 bilhões empregados na meta energia, tocou ao RGS menos de 3%, isto é 1,5 bilhões; e dos 46,4 bilhões investidos nas indústrias de base, coube ao RGS menos de 0,3%. Do programa total de metas, inclusive Brasília, estimado em 500 bilhões, a participação do Rio Grande do Sul não foi senão de 2%.”*. OLIVEIRA, op.cit., p 102-103.

pela própria lei constitucional que determinava como competência da União legislar sobre a política econômica, cabendo as unidades federadas um espaço restrito de ação nessa matéria.

Assim, o governo federal deveria promover no Rio Grande do Sul o que havia feito em determinadas áreas do sudeste brasileiro, investindo na modernização, na infra-estrutura do estado. Na concepção do autor, o governo que empobreceu o Rio Grande do Sul com suas medidas discriminatórias, tinha o dever de ajudá-lo em sua recuperação.

Porém, se o Rio Grande do Sul não tinha condições de se refazer sozinho da “*sangria que lhe foi imposta pelo governo federal*”, conforme Oliveira, estava em condições de comandar no Brasil a reação das regiões espoliadas, porque já havia reagido no passado, quando sentira-se igualmente prejudicado pelo governo central. O Rio Grande do Sul ultrajado pelo excessivo centralismo do governo JK, mostraria sua altivez, sua bravura herdadas de seu passado glorioso na luta por seus interesses econômicos e na defesa do federalismo. Oliveira cita²⁸ parcialmente o manifesto de Bento Gonçalves de 29 de agosto de 1835 sobre as causas econômicas da Revolução Farroupilha, afirmando que este era tornado atual pela descapitalização do Rio Grande do Sul nos anos 50. Assim, o autor traça uma analogia entre a situação econômica do estado com a etapa que antecederia a Revolução de 1835. O sofrimento imposto aos gaúchos, através da discriminação exercida pelo governo de Juscelino Kubitscheck, obrigaria o Rio Grande do Sul, a mais uma vez, reagir contra os “abusos” do governo central. Oliveira exalta a cultura política gaúcha de defesa do federalismo, contra o centralismo, conforme expressaria a Revolução Farroupilha.

²⁸ Páginas 68-69.

“Se este governo altamente centralizador fosse mais prudente, haveria de, pelo menos, lembrar-se da repulsa histórica do Rio Grande do Sul pelo excesso do poder central, sobretudo quando se manifesta em termos econômicos.

A Revolução Farroupilha, de nítidas causas econômicas, tendo sido um ato de rebelião contra a “excessiva centralização do poder central que tirava ao RGS a iniciativa de medidas indispensáveis ao seu desenvolvimento” deixou lastreado na alma do gaúcho o apego ao federalismo.

Federalistas foram a República de Piratini e a Revolução dos Maragatos. Portanto, um governo mais cioso da tranqüilidade nacional e do respeito à Federação, não praticaria contra o Rio Grande do Sul a política de discriminação econômica praticada pelo Sr. Juscelino Kubitschek.

Deveria ter em mente, senão a necessidade de corrigir desequilíbrios regionais, pelo menos, a de evitar reações de que serão fatais, inspiradas na própria formação política do Rio Grande do Sul, tão contrária à ditadura econômica do poder central que contra ela já se levantou na época dos Farrapos.”²⁹

Oliveira lembra que diante do ultraje, da humilhação, o gaúcho reage com a bravura que lhe seria peculiar, já demonstrada no passado:

“Por certos valores e singularidades psicológicas, certa configuração de personalidade histórica, cujo traço dominante é a sobranceira, o gaúcho não sabe pedir. Mas quando o empobrecimento a que não foi habituado chegar a um certo ponto, sai para brigar. Vai amarrar o cavalo direto em Brasília”³⁰.

1.3- O discurso da crise gaúcha nos anos 1980

A analogia entre a situação econômica do estado com a etapa que antecedeu a Revolução de 1835, feita no final dos anos 50, início dos 60, também foi traçada na década de 1980. Neste momento, diante de uma crise financeira, novamente enuncia-

²⁹ OLIVEIRA, op.cit., p. 113-114.

³⁰ OLIVEIRA, op.cit., p. 186.

se o discurso da crise e da discriminação, articulado com a tradição de luta do Rio Grande do Sul contra o centro opressor. Nesse sentido, encontramos lideranças políticas gaúchas, como o Secretário da Justiça do Rio Grande do Sul, em 1984, responsabilizando a política tributária do governo federal pelo endividamento do estado, lembrando os motivos da guerra de 1835:

*“A Federação é uma farsa! O centralismo financeiro está levando os Estados à insolvência. Nosso Rio Grande sofre, abalado na sua vocação de crescer pelo trabalho e ferido no seu orgulho de povo de lutas, reduzido à condição de pedinte. Jamais acalentamos o espírito divisionista, mas as razões de hoje são mais fortes que as de “35”.*³¹

O Rio Grande do Sul nos anos 80 vivia realmente uma situação de endividamento, uma situação de desequilíbrio das finanças públicas gerando acúmulo de déficit³². A centralização no nível federal dos tributos arrecadados resultava na falta de receita suficiente para que os Estados cumprissem seus compromissos administrativos. Para isso tinham de contrair empréstimos o que, conseqüentemente, aumentava a sua dívida com a União. A publicação “*Análise das Finanças Públicas do Estado*”, referente ao exercício de 1984 afirma que o Rio Grande do Sul apresentava dificuldades financeiras e que havia necessidade de uma reforma tributária para minorar os graves quadros estaduais:

“A questão central acha-se, indiscutivelmente, no centralismo tributário que não permite às unidades da federação desenvolverem os seus planos de governo sem lançar mão do endividamento. O conjunto de informações aqui apresentadas demonstra, como em anos anteriores, a necessidade, cada vez mais premente, de reverter o quadro

³¹ LIMA, Jarbas. “*Carta aos Libertadores*”. Zero Hora, 20/06/1984, apud OLIVEN Ruben. *O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, nº 9, vol. 3, fev. 1989, p. 13.

³² Na consulta à publicação *Análise das Finanças do Estado*, da Secretaria de Estado da Fazenda, nos volumes que abrangem o período entre 1982-1987 verifica-se que no cotejo Receita/Despesa, o resultado é negativo, sendo os maiores itens da despesa a folha de pagamento e os encargos da dívida pública.

atual através da obtenção de uma fatia na repartição do bolo tributário por parte dos Estados e municípios, o que dependerá, em grande parte, da política fiscal adotada pelas autoridades governamentais da área federal bem como de deliberações legais emanadas do Poder Legislativo”³³

Na mensagem do governador do Estado enviada ao presidente da Assembléia Legislativa, em 1985, mesmo aludindo à conjuntura inflacionária³⁴ como motivadora da crise financeira do Rio Grande do Sul, este também não deixa de mencionar a centralização de recursos na esfera federal como fator agravador da economia gaúcha:

*“O Estado do Rio Grande do Sul, apesar de possuir inúmeras potencialidades econômicas, tem sido, ao longo dos últimos anos, alvo de um processo crescente de deterioração e esgotamento em sua competência financeira. Esse processo decorre, basicamente, da conjugação não só dos atuais efeitos recessivos e inflacionários, mas ainda é agravado pela permanência em vigor, das normas de caráter centralizador impostas pela União às finanças públicas estaduais”.*³⁵

Nas apreciações finais dessa mensagem Jair Soares rememora a luta dos farrapos, mencionando que seu ideário de menor centralização e maior autonomia estadual fazem-se atuais diante da realidade financeira vivida pela Rio Grande do Sul:

*“Senhor Presidente [da Assembléia Legislativa], neste ano em que o Povo Gaúcho comemora o sesquicentenário da epopéia farroupilha, quando o ideário farrapo é recordado vemos que este não simboliza apenas as lembranças de nosso passado, mas muito da realidade do presente e de um projeto para o futuro.
Estamos convictos de que a mesma fé, o mesmo destemor e a mesma inabalável obstinação do gaúcho de outrora farão*

³³ Análise das Finanças do Estado. Série Finanças do Estado – Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Fazenda – Gabinete de Orçamento e Finanças, 1985 – vol. XXXIV. Governo Jair Soares, p. 21.

³⁴ A década de 80 foi caracterizada por inflação alta. No ano de 1985 a inflação foi de 235%, medido pelo IGP coluna dois da Fundação Getúlio Vargas, conforme citado à pagina 22 no vol. XXXV da publicação Análise das Finanças do Estado, ano de 1986.

³⁵ Mensagem do Governador do estado Jair Soares ao presidente da Assembléia Legislativa em 30/08/1985. In: Análise das Finanças do Estado, 1986, vol. XXXV, p. 39-40.

com que o gaúcho de hoje seja igualmente o orgulho do gaúcho de amanhã.”³⁶

Vimos que a mesma queixa da centralização de recursos pela União como responsável pela crise do Rio Grande do Sul fora feita pelo Secretário de Justiça do governo Jair Soares, em 1984, lembrando também a autonomia federativa mencionado a Revolução Farroupilha.

Em que pese o desequilíbrio financeiro realmente existir, deve-se esclarecer que este não era um problema só do Rio Grande do Sul na medida em que a maioria dos estados brasileiros também encontravam-se endividados³⁷, com problemas orçamentários. Isso fazia com que a insatisfação em relação a centralização fiscal do governo federal não fosse somente do governo gaúcho. A reclamação quanto à centralização financeira da União realmente se constituía num reclamo comum a todos os governadores³⁸, como bem evidencia Abruccio, ao dissertar sobre a formação de um modelo de federalismo descentralizador de recursos na década de 80, citando a reclamação do então governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, que *“não se sentia, desgraçadamente, um governador de estado, mas um mero administrador de província.”*³⁹

Devemos considerar que essa reclamação dos governadores pela descentralização fiscal coincide com o processo de abertura política que o país vivia no início dos anos 80, assim:

³⁶ Mensagem do Governador do Estado Jair Soares ao presidente da Assembléia Legislativa, apud *Análise das Finanças do Estado*, op.cit, p. 61-62.

³⁷ Abruccio informa que a partir de 1975, com a flexibilização dos controles sobre o endividamento externo estadual e municipal, facilitou-se a tomada de empréstimos estrangeiros sobretudo para os estados mais ricos e para as capitais. Assim, até 1981 a dívida externa dos estados era de 22,8 bilhões de dólares, sendo que 18,3 bilhões foram contraídos pela Região Sudeste e 8,1 bilhões somente por São Paulo. Ver ABRUCCIO, op.cit., p. 87.

³⁸ Inclusive daqueles pertencentes ao partido de sustentação do governo federal, o PDS, como era o caso do governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, eleito em 1982.

“(...) o processo de redemocratização deu-se (.), a partir dos estados e municípios, pelas bordas do sistema, para somente mais tarde alcançar o Governo Central. Dessa forma, a luta pela redemocratização confunde-se, em parte, com a luta pela descentralização fiscal e administrativa.”⁴⁰

Ao longo da década de 80 observa-se um processo de inversão da centralização fiscal⁴¹, que o regime autoritário havia imposto nos anos 60 e 70. A explicação para isso, segundo Abrucchio, é que o Poder Central precisando constantemente negociar apoios com os líderes regionais no Congresso para aprovar determinados projetos, concedia em troca o aumento da participação das unidades subnacionais no bolo tributário nacional. A descentralização de recursos teria iniciado ainda no governo Figueiredo, com a aprovação em dezembro de 1983 da Emenda Constitucional número 23 de autoria do Senador Passos Porto (PDS), que aumentava a quota dos estados e municípios nos respectivos Fundos de Participação e teria seu ápice na Assembléia Nacional que elaboraria a nova Constituição Federal, onde o discurso pela descentralização dos recursos tornou-se um dos principais pontos do trabalho constituinte.

A reclamação por maiores recursos federais, portanto, não era feita só pelo Rio Grande do Sul, mas aqui, como percebemos pelas transcrições anteriores, foi vinculada a um sentimento de discriminação do estado pelo centro, assim como a luta pela descentralização fiscal foi vinculada ao tema da autonomia federativa através da alusão à Revolução Farroupilha.

³⁹ ABRUCCIO, op.cit., 97.

⁴⁰ AFFONSO, Ruy. *A crise da federação no Brasil*. In: Ensaio FEE. Porto Alegre, 1994, p. 321.

⁴¹ Entre 1980 e 1986, a alíquota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) saltou de 9% para 17%, e o Fundo de Participação dos Estados (FPE), passou de 9 para 14%. Esse processo de fortalecimento financeiro dos estados e municípios culminou na Constituição de 1988. A nova repartição dos recursos tributários nacionais definida pela Constituição, implantada de forma gradual, sendo concluída em 1992, apresenta a seguinte distribuição: a união ficou com disponibilidade efetiva de 54,9%, os estados com 28,5% e os municípios com 16,6%. Comparativamente, em 1988, antes da

No discurso de algumas lideranças políticas, o Rio Grande do Sul vivia uma crise devido à centralização fiscal promovida pelo governo federal, mas observamos que essa situação também atingia negativamente outros estados da federação, podendo ser assim relativizado o que se percebia como uma crise gaúcha, ou uma discriminação do centro em relação ao Rio Grande do Sul.

A observação do desempenho econômico do Rio Grande do Sul nos anos 80, especificamente em 1984 e 1985, é outra forma de relativizar a percepção da situação de crise do estado gaúcho da época. Isso porque os indicadores não revelam, apesar das dificuldades, uma estagnação na estrutura produtiva gaúcha⁴². Na verdade as quedas em produtividade e as dificuldades da economia gaúcha, quando ocorreram, acompanharam o desempenho da economia nacional. Isso evidencia que, na verdade, a crise gaúcha dos anos 80 não está descolada da conjuntura brasileira, estando o Rio Grande do Sul inserido num contexto de crise nacional. Essa interpretação da crise é colocada por Bandeira:

“a forma mais correta de se caracterizar a atual situação da economia gaúcha consiste em afirmar que seus problemas não são manifestações de uma “crise regional”, mas sim

mudança constitucional, cabia ao Governo Federal 62% dos recursos, sendo que os estados ficavam com 27% e os municípios com 11%. Ver ABRUCCIO, op.cit, p. 97 e 104-105.

⁴² Conforme a “Análise das Finanças do Estado” do ano de 1984, em alguns segmentos a economia gaúcha acusou grande capacidade de recuperação, notadamente nas atividades coureiro-calçadistas e de produção básica, como a soja. Nos ramos da indústria alimentícia e de madeira/mobiliário, entretanto, algumas unidades produtivas se encontravam ainda operando com alto nível de ociosidade. O setor primário, no contexto produtivo do estado, teve sua participação reduzida de 41% para 20%, sendo que a indústria evoluiu, de 1983 para 1984, de 14% para 25% e o setor de serviços de 45% para 55%. O conjunto da economia estadual respondeu, em 1984, por aproximadamente 7% da renda do país (agricultura: 8,7%; indústria: 5,89% e serviços: 8,31%). Em 1985, Oliven informa que a indústria gaúcha representou 7,20% da produção industrial do País e o Rio Grande do Sul foi responsável por 12% das exportações brasileiras, detendo 10% do produto nacional bruto. Em 1985 o RS detinha os melhores índices nacionais de saúde (a mais baixa taxa de mortalidade e a mais alta expectativa de vida) e os mais baixos índices de analfabetismo (13,5%). Sua taxa de crescimento econômico seguia a do Brasil, refletindo as flutuações nacionais. OLIVEN, op. cit, p. 12.

conseqüências regionais de uma severa crise de abrangência nacional.”⁴³

Assim, ao procurar entender a crise gaúcha de meados de 80, não pode-se esquecer a recessão que o Brasil vinha enfrentando desde 1982 condicionada pelo corte de empréstimos ao país. A conseqüência dessa escassez de divisas agravou a situação interna forçando o governo a empreender um programa de estabilização da economia com desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar, sendo um período marcado pela alta inflacionária e aumento do desemprego.

Bacelar ao tratar da questão do regionalismo e da integração nacional, de certa forma, apresenta um argumento semelhante ao de Bandeira, da dinâmica nacional da economia ser de integração. Bacelar fala do processo de “*soldagem*” da economia nacional exemplificando com a questão nordestina, que é seu objeto de estudo, que “*quando o Brasil explode no Plano Cruzado I, o Nordeste explode, quando o Brasil afunda logo depois do Cruzado I, o Nordeste afunda*”⁴⁴, querendo afirmar que toda conjuntura regional deve ser analisada dentro do contexto nacional.

O discurso da crise gaúcha em meado dos anos 80, além de basear-se na centralização financeira e conseqüente endividamento do estado, ou seja, no nível econômico, foi também construído, conforme lembra Oliven, no nível político, onde a pequena participação de gaúchos na política nacional, já que o Rio Grande de Sul naquele momento, ocupava apenas um ministério, o da Agricultura, chefiado por Pedro Simon⁴⁵, era percebida como perda de importância política do estado.

⁴³ BANDEIRA, Pedro Silveira (1987), “*Os problemas do Rio Grande*”. Diário do Sul, 31 de outubro e 1º de novembro, p.2, apud OLIVEN, op cit., p. 12.

⁴⁴ BACELAR, op.cit., p. 80.

⁴⁵ Pedro Simon do PMDB gaúcho foi Ministro da Agricultura do governo Sarney entre março de 1985 a fevereiro de 1986, quando se desligou do Ministério para concorrer às eleições de governador do

“O discurso da crise e da marginalização, que é constantemente reatualizado na história do Rio Grande do Sul, aparece hoje em dia, por exemplo, no nível político, com a queixa de que na Nova República o Rio Grande do Sul foi aquinhoado com apenas um ministério no governo federal, quando nos governos anteriores costumava ter vários.”⁴⁶

A presença de um único gaúcho no governo do presidente Sarney era decifrada como a exclusão do Rio Grande do Sul do cenário político nacional, entretanto a diminuição da presença de políticos gaúchos no governo federal, em relação ao período ditatorial, percebida como crise, precisa ser relativizada, como segue Oliven em seu texto;

“Esta é uma afirmação que obviamente precisa ser matizada, já que a presença de vários ministros no governo federal de 1964 a 1984 não significa que eles adotaram políticas que favoreceram seu estado.”⁴⁷

O próprio Pedro Simon, então ministro da agricultura, falando sobre a marginalização política do Rio Grande do Sul no cenário nacional, por ocasião da comemoração dos 150 anos da Revolução Farroupilha, de certa forma faz essa relativização, lembrando que a presença de lideranças gaúchas⁴⁸ em Brasília durante o regime militar no governo não significou automaticamente o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

“Nossa marginalização na vida política nacional tem causas próximas e remotas. As próximas são bem conhecidas: muitas de nossas lideranças estiveram, nos últimos vinte e poucos anos, intimamente associadas ao regime que se foi. O descrédito que cobriu o regime passado se estendeu naturalmente a parcelas de lideranças rio-grandenses. Mais grave que isso foi, contudo, o fato de tais lideranças terem participado da alta administração federal sem disporem de um projeto articulado de defesa e estímulo ao

Rio Grande do Sul naquele ano. Em 14/02/1986, o Ministério da Justiça é assumido por um gaúcho, Paulo Brossard de Souza Pinto, em substituição a Fernando Soares Lyra do PMDB de Pernambuco.

⁴⁶ OLIVEN, 1989, op.cit., p. 12.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Além de ministros gaúchos, durante o período da ditadura militar, dos 5 generais que governaram o Brasil, três eram gaúchos

desenvolvimento do Rio Grande. Recebemos o descrédito e não ampliamos nossa faixa de participação no processo nacional de decisões...⁴⁹

Ao afirmar isso Simon esvazia o sentido do discurso que interpretava como perda de prestígio político do Rio Grande do Sul após a redemocratização, o fato dos gaúchos só ocuparem um ministério federal. Ao mesmo tempo coloca que nossa marginalização política pelo centro político nacional seria mais antiga, já que, segundo ele, estaria evidente a partir da maneira como foi implantado o projeto de modernização da nação depois de 1930, onde o Rio Grande do Sul estava inserido, mas não de forma destacada. É como se quisesse dizer que recebemos menos do que merecemos, ficando a idéia de que o Rio Grande do Sul teria feito muito pelo Brasil com a Revolução de 30, que iniciou o processo de modernização, e recebido muito pouco em troca, tendo em vista a posição secundária que lhe coube neste processo:

“A forma pela qual o Rio Grande participa da vida nacional está ancorada em dificuldades que vêm de longa data. Refiro-me à maneira tradicional de inserção do Rio Grande na política nacional. Nossa participação na vida política tem oscilado entre dois extremos. De um lado, a tendência a uma certa exclusão, ao isolamento, de outro, a participação periférica no sistema de poder central. Com a revolução de 30, nossos melhores quadros políticos emigraram para o centro do País e ocuparam posições de destaque na administração federal. O projeto de modernização que se implantou a partir daí, entretanto, não contemplava o Rio Grande com uma posição destacada, equivalente à nossa contribuição para a direção da máquina estatal.”⁵⁰

Outro episódio que na época desencadeou um sentimento de revolta contra a política federal, constituindo-se em mais um elemento para reforçar o argumento de que o Rio Grande do Sul estava mal por culpa do governo federal, foi a intervenção do Banco Central no Banco Sulbrasileiro. Embora a intervenção tenha sido justificada, pois o banco gaúcho estava falido, a ação do governo foi interpretada

⁴⁹ SIMON, Pedro, 1985. Apud OLIVEN, op. cit., p. 11.

como mais uma interferência do governo federal nos assuntos do estado, o que feriu os brios de todos os gaúchos, deixando-os de mal com o governo central. Formou-se um movimento que mobilizou boa parcela da sociedade gaúcha⁵¹, não somente os bancários, que tinham interesse direto nesta mobilização, pois era a luta pela manutenção de seus empregos. A mobilização que acabou resultando na criação do Banco Meridional, foi marcada por um discurso de cunho regionalista carregado de simbolismo e folclore⁵². A evocação à Revolução Farroupilha foi constante, mostrando que o Rio Grande do Sul diante de nova ameaça nacional, iria à luta por seus interesses, que eram diferentes do governo federal. Assim, a criação do Banco Meridional pode ser encarada como a vitória do povo gaúcho frente ao governo central.

Os ingredientes formadores do discurso da crise gaúcha nos anos 80, como o endividamento do estado, a perda de sua importância política no plano nacional, a intervenção federal no Banco Sulbrasileiro, parecia fazer renascer o sentimento de injustiça vivido pelos farrapos no século XIX, quando os sul-riograndenses lutaram contra o Império por maior autonomia econômica e administrativa.

Nos dois momentos aqui recuperados – 1950 e 1980 - o discurso de que o Rio Grande do Sul é ameaçado diante dos interesses nacionais, devendo unir-se para recuperar seu prestígio, seu crescimento, mostrando ao país sua altivez, seu potencial, sua vocação para ser grande, ganha força e mobiliza a sociedade gaúcha. Assisti-se, dessa forma, o ressurgimento do discurso da crise gaúcha, significada

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ A marca do Banco Meridional era a frase: “*Um banco com a força da União*”, aludindo a participação de verba federal na criação do Banco, mas também pode ser interpretada como a união dos gaúchos na luta pela sua criação.

⁵² Ver Oliven, 1989, op. cit., p. 12-13 e PINTO, 1990, op.cit., p. 264-265.

como discriminação, abandono, antagonismo com o centro nascido na Revolução Farroupilha, tão distante no tempo, mas muito presente no imaginário da sociedade sul-rio-grandense⁵³.

Desse forma, a interpretação da perda da vitalidade econômica do Rio Grande do Sul abordada na campanha eleitoral de 1994, vinculada, de certa forma, à noção de discriminação do estado gaúcho pelo governo central não é, baseado no que foi exposto, algo inédito em nossa trajetória histórica. As condições de emergência deste discurso em 1994, além da conjuntura econômico social do período, estão ligadas à própria história do Rio Grande do Sul, marcada em outras conjunturas, como expomos, pela problemática da crise nascida na Revolução Farroupilha.

1.4- Conjuntura nacional: 1990-94

Antes de apresentar a situação econômica e social do Brasil entre 1990-94, para um melhor entendimento do que se exigia em termos de políticas governamentais nesse período, faremos uma rápida retomada da conjuntura econômica dos anos 80, tendo em vista que nesse decênio se deu o recrudescimento dos problemas que chegariam irresolvidos na década de 90, como a hiperinflação e a crise fiscal do Estado.

A economia brasileira, após um período de extraordinária expansão durante o chamado “milagre” brasileiro, entre os anos 1968-74, começou a desacelerar seu

⁵³ É tal a força que possuem os sentidos da Revolução Farroupilha no imaginário de nossa sociedade que fica apagado o fato de que nem todos os gaúchos da época foram adeptos da causa farrapa. Este foi o caso, por exemplo, da capital da província, Porto Alegre, que ficou ao lado das forças do Império. Hoje, o 20 de setembro é celebrado como tendo sido todo o Rio Grande do Sul farroupilha. Na verdade, nem todos os sul-rio-grandeses foram farroupilhas, assim como nem todos os farroupilhas

ritmo de crescimento. Essa desaceleração da economia nacional em meados da década de 1970 está relacionada com o contexto internacional recessivo, devido ao primeiro “choque do petróleo”. Luciano Martins considera que essa situação econômica nacional foi ainda mais agravada devido à política econômica implementada pelo governo do presidente Geisel que iniciou um programa grandioso de desenvolvimento econômico, envolvendo indústria de bens de capital e indústrias químicas, grandes projetos hidrelétricos, usinas nucleares, com expansão das despesas públicas e do investimento das empresas estatais. Essa orientação foi seguida pela administração sucessora de Geisel, do presidente Figueiredo. Martins avalia a atitude desses governantes como irresponsável, pois num momento em que as políticas públicas deveriam dirigir-se para a adaptação da economia nacional às tendências mundiais recessivas - especialmente considerado que o Brasil naquele momento estava importando mais da metade de suas necessidades de petróleo – é feita a opção pela implantação de um projeto de desenvolvimento que exigia enorme drenagem de recursos públicos. Mas, se a intenção do governo era sustentar artificialmente a esperança de um novo milagre econômico capaz de legitimar o regime que se enfraquecia, o resultado foi oposto, já que os efeitos recessivos fizeram o regime autoritário perder muito de sua base de apoio⁵⁴. A crise econômica

foram republicanistas. Porém, hoje consideramos herdeiros dos valores farroupilhas todos os gaúchos, o feito farroupilha é evocado na formação de nossa identidade regional.

⁵⁴ Como Martins está tratando da liberalização do regime autoritário no Brasil, ele coloca a questão do agravamento da situação econômica como um dos elementos que contribuíram na perda de prestígio do regime, na perda de sua legitimidade. A situação social gerada pelas medidas impostas pelo FMI contribuíram na erosão do regime político, na medida em que fizeram o governo perder grande parte de sua base de apoio, isso porque o governo teve de reduzir as despesas públicas e reduzir os subsídios concedidos às empresas privadas e também, porque pela “*primeira vez o desemprego e o achatamento salarial alcançaram as classes médias afluentes, ameaçando a ascensão social que haviam conseguido durante os anos do “milagre” e transformando-os, de partidários ativos, em dissidentes passivos ou mesmo críticos severos do regime.*” MARTINS, Luciano. *A liberalização do regime autoritário no Brasil*. In: O’DONNELL, G. e SCHMITTER, F. e WHITEHEAD, L. (Orgs.). *Transições do Regime Autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 134.

atingiria seu ápice em 1982, levando o Brasil a buscar ajuda do Fundo Monetário Internacional, FMI:

*“Por volta da metade de 1982, os efeitos cumulativos de uma tal política haviam se tornado claros: as taxas domésticas de juros atingiram a estratosfera, a inflação logo se elevou a mais de 100 por cento, a dívida interna alcançou o dobro do nível do orçamento federal e a dívida externa se elevou de 12,6 bilhões de dólares, no final de 1973, para 80 bilhões na metade de 1982. Por outro lado, a produção industrial caiu em 10 por cento em comparação com o nível de 1980. Em setembro de 1982, após o pânico que se seguiu à moratória do México, o Brasil, virtualmente inadimplente, foi obrigado a buscar a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI). O remédio prescrito pelo FMI para lidar com a inflação e com o endividamento interno e externo aprofundou a recessão, agravou a já elevada taxa de desemprego e produziu um drástico arrocho salarial. Na verdade o Brasil entrou numa das mais graves situações financeiras e econômicas de sua história”.*⁵⁵

Portanto, como está dito no texto transcrito, as medidas dos dois últimos presidentes militares aceleraram o crescimento da dívida pública interna e externa, o processo inflacionário e a crise fiscal do Estado brasileiro. As medidas recessivas prescritas pelo FMI geraram também uma grave crise social com aumento do desemprego e da miséria. Nesse período cidades do interior do país foram invadidas por “nordestinos” famintos em busca de comida e roupas e tornaram-se freqüentes o saque de supermercados na periferia de cidades grandes, como Rio de Janeiro e São Paulo⁵⁶.

Assim, os anos 80 foram marcados no âmbito econômico por problemas na esfera do setor público⁵⁷ caracterizado pelas dificuldades na obtenção de recursos

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Ver MARTINS, op.cit., p.133.

⁵⁷ A grave crise dos anos 80 nos países da América Latina é tida como conseqüência de uma crise do capitalismo internacional, que teria afetado os Estados em sua capacidade de investimento públicos. Entretanto, de forma diferente, Bresser Pereira caracteriza a crise dos anos 80, como uma crise do próprio Estado, diferente da crise dos anos 30, que foi uma crise de mercado ou do capitalismo. A ênfase que o autor dá é a crise fiscal do Estado, levando à crise econômica. Assim, conforme esse autor, reformar o Estado, realizando ajustes fiscais e administrativos, implicaria na superação da crise

para financiamento, pela pouca expansão dos investimentos e um processo inflacionário persistente em taxas sempre mais elevadas.

Cabe mencionar que essa realidade recessiva da década de 80, não foi vivida solitariamente pelo Brasil, mas pela maioria dos países latino americanos, justificando o título de “*a década perdida*”, em termos de desenvolvimento econômico, nesse continente. A exemplo do Brasil, os demais países latino-americanos⁵⁸ também precisaram realizar ajustes recessivos frente a crise da dívida e enfrentaram, como conseqüência, um profundo impacto econômico-social negativo, representado principalmente na diminuição dos níveis de crescimento econômico e do emprego. Esses efeitos são observados, sobretudo, na primeira metade da década, com o crescimento econômico praticamente nulo até 1984. A partir desse ano, começa uma lenta recuperação econômica, sendo que esse processo continuou na década de 1990, com variações mais positivas ou negativas, conforme o país analisado. Entretanto, o crescimento do produto interno bruto, mesmo que tímido, a partir da segunda metade da década de 80, e que, diga-se de passagem, não alcança os altos índices verificados nos anos 60 e 70, não implicou no aumento do nível de emprego, que manteve-se alto por todo o período. O mercado de trabalho formal não foi capaz de absorver a mão-de-obra disponível e isto gerou uma expansão do setor informal⁵⁹ aliado ao achatamento dos salários dos trabalhadores regularizados. Portanto, os países latino americanos viveram no período em questão, uma brutal

econômica. Ver PEREIRA, Bresser. *A reforma dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Ver também o contraponto feito por ANDREWS & KOUZMIN, Christina e Alexander. *O Discurso da nova administração pública*. In: Lua Nova – Revista de Cultura e Política, nº 45, 1998.

⁵⁸ Sobre a crise econômica e seus efeitos sociais na década de 80 e 90 nos países da América Latina, ver CHONCHOL, Jacques. *Perspectivas del desarrollo en America Latina*. In: SANTOS e GUGLIANO (orgs.). *A sociologia para o século XXI*. Pelotas: EDUCAT, 1999, p. 33-58.

⁵⁹ O emprego informal, sem considerar a agricultura, passou de 40 a mais de 50 % entre 1980 e começo de 1990. Em 1990 o salário mínimo e a remuneração dos trabalhadores industriais estavam, respectivamente, 31 e 13% abaixo dos níveis dos anos 80, conforme CHONCHOL, op. cit., p.48.

crise social caracterizada pelo aumento do desemprego, das desigualdades sociais⁶⁰ e concentração de renda.

Dessa forma, a nova etapa da política brasileira iniciada em 1985 com a posse do presidente civil José Sarney, recebia como herança do regime autoritário anterior uma enorme crise econômico social, marcada por altos índices inflacionários e de desemprego. Além disso, a Nova República iniciava tendo um Estado sobredimensionado, com uma burocracia estatal inchada e com uma forte crise fiscal, que lhe tornava ineficaz em suas funções.

No sentido de derrubar a inflação alta e minimizar a crise que acometia a economia nacional, o novo governo aplicou alguns planos de estabilização econômica, onde procurou estancar o crescimento inflacionário via tabelamento de preços. O primeiro deles e de grande repercussão foi o Plano Cruzado, anunciado em 28 de fevereiro de 1986 e que contou com o engajamento da população no controle dos preços – *os ficiais do Sarney*. A inflação caiu de imediato para índices próximos de zero, ao mesmo tempo em que chegava a 80% a popularidade do presidente José Sarney. Na verdade o Plano Cruzado gerou ao governo muito mais dividendos políticos do que econômicos, tendo em vista que devido ao sucesso inicial com o controle dos preços gerando incremento na renda dos consumidores, ou seja, aumentando o poder de compra das pessoas, o PMDB conseguiu eleger nas eleições de 1986 a maioria dos deputados para a Assembléia Nacional Constituinte e a maior parte dos governadores de Estado⁶¹.

⁶⁰ Aumentou o número de pessoas pobres entre 1980 e 1990, concentrando-se esse aumento principalmente nas cidades, já que 88% dos 60 milhões de novos pobres, no período indicado, se encontravam nas cidades. Nota-se também o aumento do número de pobres entre as camadas médias – “*os novos pobres*”. Situação apontada como consequência do desemprego e da redução dos gastos sociais resultantes do ajuste recessivo imposto pelo FMI aos países endividados e às políticas de privatização de empresas estatais. CHONCHOL, op.cit., p. 48-49.

⁶¹ O PMDB conquistou 22 dos 23 governos estaduais. Um ficou nas mãos do PFL.

Porém, a exemplo do que também ocorreria com os planos seguintes do governo Sarney (Cruzado II, o Plano Bresser e o Plano Verão), o Plano Cruzado I, não gerou um resultado econômico positivo de longa duração, verificando-se após algum tempo o retorno da inflação em patamares elevados. Sem pretender analisar os motivos que levavam a esse efeito efêmero dos planos heterodoxos do Governo Sarney, com o controle da inflação apenas nos meses imediatamente posteriores ao anúncio dos Planos, mas apenas exemplificando esse fato, citamos ainda o Plano Verão. Nessa tentativa derradeira do Governo Sarney de conter a inflação, são reeditados os atos concebidos pelos Planos anteriores desse governo – Plano Cruzado I e II e Plano Bresser - de controle de preços, mas também incluindo medidas de política fiscal monetária com alterações na sistemática de cobrança do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e algumas tímidas iniciativas de controle sobre os gastos do setor público mas que não proporcionaram resultados palpáveis⁶². O Plano Verão apresentou redução nas taxas inflacionárias durante o primeiro trimestre de 1989, mas sendo observado já no terceiro trimestre uma considerável elevação tanto nos juros como nos preços dos produtos em geral, chegando ao último trimestre de 1989 com a tendência crescente da inflação, sendo que o Índice de Preços ao Consumidor acumulado nesse ano foi de 1.764,87%⁶³. Assim, excetuando o momentâneo sucesso dos planos de estabilização, principalmente do Plano Cruzado, o governo Sarney não conseguiu sustentar uma política econômica eficaz, capaz de resolver o problema da hiperinflação.

⁶² Conforme Análise Financeira do Estado, Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, 1990, vol. XXXIX, p. 17.

⁶³ Índice medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Análise das Finanças do Estado, 1990, vol. XXXIX, p. 15.

Relativo a questão da crise do estado e desestruturação do setor público, com o crescimento disforme de algumas atividades estatais, o governo Sarney, conforme informa Temístocles Cezar, chegou a propor para reverter esse quadro uma reforma administrativa incluindo “*a extinção ou reestruturação de órgãos inoperantes e/ou onerosos, transferência de pessoal e um projeto de privatizações*”. Porém, essas reformas não chegaram a ser realizadas:

“A pluralidade de lógicas, eventualmente contraditórias entre si, que fazem parte da estrutura estatal, criaram sérios obstáculos à implementação dessa reforma, sendo que somente o programa de privatizações começou a ser efetivado, ainda que timidamente e com critérios duvidosos de planejamento e execução. Evidentemente, faltava ao projeto agentes qualificados, vontade política e, principalmente, legitimidade para sua viabilização.”⁶⁴

A avaliação do autor é de que ao fim, não conseguindo realizar as reformas, o governo Sarney acabou maximizando a crise do Estado, que passaria a constituir-se como um dos temas da campanha eleitoral de 1989⁶⁵, que elegeria pelo voto livre e direto, após vinte e cinco anos de regime militar autoritário, o novo presidente da República, sucessor de Sarney.

O tema da reforma do Estado, portanto, passava a ocupar, no final dos anos 80, maior espaço na agenda política nacional, impondo-se, paralelo à necessidade de enfrentamento do crescente processo inflacionário, como um desafio a ser enfrentado pelo próximo governo.

O modelo de Estado que estava em crise e precisava ser reformulado era o do Estado interventor, promotor do desenvolvimento econômico. A crise financeira que

⁶⁴ CEZAR Temístocles. *As eleições presidenciais de 1989 e o discurso do estado em crise: condições históricas e enunciados gerais*. In: Cadernos de Ciência Política, UFRGS, PPG em Ciência Política, série: teses e dissertações, nº 1, 1995, p. 43.

⁶⁵ Ver CEZAR, Temístocles. *A crise do Estado no discurso dos candidatos à Presidência da República do Brasil em 1989*. IFCH/UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, dissertação de mestrado, 1994.

o governo federal vinha enfrentando desde 1982, relacionada como vimos à conjuntura internacional, levou ao esgotamento da capacidade de endividamento externo, ao descontrole das contas públicas do governo brasileiro e à diminuição de sua capacidade de investimento e de aplicação de recursos em políticas públicas. Isso significou o esgotamento de um modelo de desenvolvimento conduzido pelo Estado entre os anos 30 e 70, o chamado modelo nacional-desenvolvimentista. A exaustão desse modelo intervencionista exigia uma reformulação do Estado, uma solução para sua crise, que no final dos anos 80, apontava para um projeto baseado no ideário neoliberal, como explica Diniz:

“De agente promotor do desenvolvimento, o Estado passou a ser encarado como o principal entrave para o desencadeamento de um novo ciclo de crescimento. Dada a exaustão do modelo baseado no intervencionismo estatal inaugurado na década de 30, a recuperação da matriz liberal seria apontada como a solução para os impasses do presente e para a construção de uma nova sociedade nas próximas décadas”⁶⁶

A autora esclarece que nesse período passa a vigorar um consenso sobre a necessidade de abandono das velhas fórmulas dominantes nas décadas de 50 e 60 que combinavam industrialização, nacionalismo e estatismo e sobre a necessidade de uma profunda reforma do Estado, já que o antigo modelo levou ao crescimento exagerado da máquina estatal aprofundando demasiadamente sua capacidade de intervenção na economia e na vida social. Isto é, generaliza-se na sociedade a crítica ao “*gigantismo estatal*”, sendo apontado como solução, nesse momento, um modelo de Estado baseado nos pressupostos neoliberais.

“É nesse contexto que o neoliberalismo assume a primazia, sendo apontado como a matriz ideológica mais adequada

⁶⁶ DINIZ, Eli. *Crise, reforma do Estado e governabilidade – Brasil, 1985-95*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 15.

*para conduzir as forças modernizantes e impulsionar a dinâmica social na direção de uma nova ordem.*⁶⁷

Nesse sentido, a agenda política incluía no final dos anos 80 os temas da abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, a supressão das barreiras alfandegárias, a redução da intervenção estatal na economia (privatizações, desregulamentação), a anulação dos direitos trabalhistas (terceirização dos serviços), o desmonte da seguridade social, a diminuição das funções do Estado, conforme impunha a ordem neoliberal⁶⁸ em voga.

Certamente devemos entender esse processo relacionando-o com o contexto internacional, que nos apresentava em 1989 o fim da União Socialista Soviética e de seu modelo de planificação econômica estatal. Essa fato gerou um grande impacto político e econômico que marcaria o início da nova década. Em termos políticos significaria a hegemonia dos Estados Unidos e dos princípios e valores do sistema político democrático. Em termos econômicos, significaria a supremacia da economia de mercado sobre a intervenção estatal, também reforçada pela globalização da economia mundial, baseada numa verdadeira revolução dos sistemas de comunicação e a consolidação das empresas transnacionais.

A queda do bloco socialista soviético, portanto, dá fôlego à ideologia neoliberal, que passa a orientar a política econômica dos países da América Latina no final dos anos 1980, início dos 90. A propaganda neoliberal preconizava fundamentalmente a diminuição das funções do Estado, o chamado Estado Mínimo, que deveria garantir apenas a segurança, a propriedade privada e o cumprimento dos contratos, deixando as atividades produtivas e de serviço, inclusive os serviços públicos básicos, como saúde, educação, transporte a cargo do setor privado.

⁶⁷ DINIZ, op. cit., p. 27.

Consistente com essa tendência, na campanha para as eleições presidenciais brasileiras de 1989, o candidato vitorioso procurou definir-se como o adversário do antigo modelo estatal. Já no governo, Fernando Collor de Mello, insistiu no tema da ruptura com o modelo estatista interventor desenvolvimentista, redefinindo a agenda pública através de um programa que incluía privatizações⁶⁹ de empresas públicas e reforma administrativa expressa na redução da estrutura do poder executivo⁷⁰ e na política de demissão do funcionalismo público.

Logo no início do governo Collor, em março de 1990, foi implantado um Plano de Estabilização Econômica, o Plano Collor I, que é definido por Diniz como:

*“(...) um experimento paradigmático de “reforma pelo alto”, norteador para o combate à inflação e para a destruição dos pilares do modelo estatista de desenvolvimento. Seguiu o padrão anterior de intervenção tecnocrática, que privilegia a mudança induzida pela via administrativa, descartando a via política, esta percebida como portadora de vícios e perversões capazes de comprometer a perfeição, a virtude e a eficácia do enforque técnico”.*⁷¹

A autora refere-se à “reformas pelo alto”, porque o Plano do governo foi implantado através de medida provisória, sem uma negociação entre Executivo e o Congresso Nacional. Diniz ressalta que essa atitude não colaborava na consolidação das instituições democráticas e reforçava o poder do chefe do executivo e o

⁶⁸ Sobre as características principais da ideologia neoliberal ver CHONCHOL, op. cit., p. 40-41-42.

⁶⁹ As privatizações de empresas públicas no Brasil iniciaram em 1979 com a criação pelo governo federal da Secretaria Especial de Empresas Públicas que depois foi substituída em 1981 pela Comissão Especial de Privatizações. Mas foi durante o governo do presidente Collor que “o programa expandiu-se substancialmente e incluiu reformas de liberalização de mercados e desregulação de atividades econômicas.” Depois o governo Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994, expandiu o programa de privatizações ainda mais, eliminando a exigência de limitação da participação de capital estrangeiro a 40% do controle acionário das empresas privatizadas. Ver ANDREWS e KOUZMIN, op.cit, p.98-99.

⁷⁰ Collor reduziu o número de Ministérios, que de 15 existentes ao final do governo Sarney passaram a 9 no início de 1991. Depois em 1992, Collor realiza uma reforma onde a composição ministerial passa de 9 para 11 pastas. Sobre a composição ministerial do governo Collor ver MENEGUELLO, op. cit., p. 109 a 120.

⁷¹ DINIZ, op. cit., p. 189.

enclausuramento burocrático da equipe governamental, ocorrendo a separação entre os objetivos econômicos e políticos do governo, já que o combate à inflação e a reforma do Estado eram tratados de forma separada do reforço da construção da institucionalidade democrática ao não privilegiar o diálogo com a sociedade e com os partidos políticos.

Em termos econômicos, para combater a hiperinflação, o Plano Collor I previa arrocho fiscal e monetário, enxugando a liquidez existente na economia por meio do confisco de cerca de 70% do total dos ativos financeiros do setor privado. A moeda nacional voltou a ser o “cruzeiro”, em substituição ao “cruzado” criado no governo Sarney. O Plano era nitidamente recessivo⁷², resultando em alterações substanciais nos níveis de produção, renda⁷³ e emprego. Esse quadro, somado aos resultados econômicos⁷⁴ do país, configura o ano de 1990, do ponto de vista econômico, como um dos “*mais trágicos da história brasileira*”⁷⁵. Portanto, a julgar pelos dados apresentados, pode-se afirmar que a política econômica aplicada no primeiro ano do novo governo foi desastrosa, já que além de não resolver, agravou os problemas econômicos do país. Dessa forma, o segundo ano de governo Collor, inicia com a permanência da inflação alta, fazendo com que no final do mês de janeiro de 1991 as autoridades econômicas colocassem em ação mais um plano –

⁷² A política econômica do governo fez diminuir o nível de consumo, tendo como consequência o declínio do comércio varejista em 12,5% em termos de faturamento no ano de 1990. As instituições financeiras também obtiveram desempenho ruim, com diminuição de 2,6%, um dos piores da década. Análise das Finanças do Estado, 1991, vol. XL, p. 2.

⁷³ “A renda real “*per capita*” retraiu-se 6,5% no ano de 1990 em relação a 1989, percentual apenas comparável a 1981, outro ano sofrível economicamente, quando a variação foi –6,33% na comparação com 1980”. Análise das Finanças do Estado, volume XL, 1991, p. 1

⁷⁴ 1990 registrou uma queda real do PIB nacional de 4% relativamente a 1989. O exame setorial revelou diminuições do produto de 4,4% na agropecuária, 8,6% na indústria e de 0,7% nos serviços. Em termos das taxas de inflação, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna apurado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI) acumulou 1.476,6% nos 12 meses de 1990, sendo de 1.794,8% a variação acumulado do Índice de preços ao Consumidor (ICO) calculada pelo IBGE. Análise das Finanças do Estado, Vol. XL, 1991, p. 2.

⁷⁵ Avaliação expressa na Análise das Finanças do Estado, vol. XL, 1991, p. 1.

Plano Collor II⁷⁶. Mas essa tentativa foi ineficaz, voltando a inflação a crescer após leve queda em março⁷⁷.

Em termos de atividade econômica nacional, 1991, mesmo apresentando indicadores melhores do que 1990⁷⁸, obteve um baixo nível de crescimento. Os acréscimos, principalmente no setor agropecuário (2,5%) e serviços (2,1%) não foram suficientes para atingir o patamar de 1989 em relação ao qual o PIB de 1991 diminuiu 3,2%. A renda “per capita” acusou queda de 1,2% em 1991, estando situada bem abaixo da registrada em 1980⁷⁹.

O governo federal também enfrentava uma séria crise fiscal e no intuito de alcançar o equilíbrio orçamentário⁸⁰ da União, encaminha ao Congresso Nacional, no final de 1991, uma proposta de rolagem das dívidas estaduais. Os estados tinham grande interesse na rolagem de suas dívidas, porque a situação nos tesouros estaduais era péssima, principalmente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Diante dessa situação, e de que o projeto do Executivo propunha refinar a dívida dos estados por um período de vinte anos, os governadores, principalmente dos estados citados, empenharam todos seus esforços

⁷⁶ O plano prescrevia novo congelamento de preços e criava os Fundos de Aplicações Financeiras (FAFs) e a Taxa Referencial (TR).

⁷⁷ A inflação medida pelo IGP (DI) da fundação Getúlio Vargas acusou uma variação acumulada de 480,18% e média de 414,70% comparativamente com 1990. *Análise das Finanças do Estado*, vol. XLI, 1992, p.17.

⁷⁸ A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro situou-se entre 1% e 1,5% em 1991, enquanto que em 1990 foi de -4%, como já citado. *Op.cit*, vol. XLI, p. 17.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ Cabe mencionar aqui a crítica feita pelos opositores do programa de privatização, ao ressaltarem que no início dos anos 90 o programa de privatizações teve pouco impacto no orçamento do governo federal, afirmando que as privatizações tiveram mais um motivo ideológico do que de política fiscal: “*na prática, as privatizações foram usadas mais para destacar um compromisso com reformas liberalizantes do que para diminuir o déficit público ou aumentar a eficiência das estatais. De certo modo, as privatizações acabaram gerando a sua própria lógica, além de seus objetivos originais.*” Pinheiro e Giambiagi, apud ANDREWS e KOUZMIN, op. cit., p. 99.

na mobilização de suas bancadas para votarem no Congresso Nacional a favor da rolagem da dívida dos estados e municípios⁸¹.

Para a União, o acordo sobre a rolagem da dívida dos estados e municípios interessava, porque proporcionaria a entrada de recursos⁸² no caixa do Governo Federal, além disso, também tentaria utilizar o acordo de renegociação das dívidas dos estados e municípios em troca da aprovação de um ajuste fiscal. Ou seja, o governo federal esperava contar com o apoio dos governadores para que pressionassem suas bancadas no Congresso Nacional para a aprovação de uma Reforma Tributária de Emergência⁸³. Essa reforma deveria acertar as contas públicas nacional e assim viabilizar um acordo com o FMI.

Porém, o ajuste fiscal não foi aprovado pelo Congresso Nacional e ao fim, somente dois estados acabaram assinando o contrato de refinanciamento de suas dívidas, Santa Catarina e Ceará, que por sinal não eram os maiores devedores ao Governo Federal.

Um ajuste fiscal e tributário já havia sido tentada pelo Governo Federal alguns meses antes, por ocasião da troca da equipe econômica em maio de 1991, quando Marcílio Marques Moreira⁸⁴ substituiu Zélia Cardoso de Mello. O novo Ministro da Fazenda propôs o chamado “Emendão”, uma série de emendas

⁸¹ Abrucco exemplifica o empenho dos governadores na aprovação do projeto de rolagem da dívida citando o caso do Rio Grande do Sul, onde o governador Alceu Collares demitiu por um dia o secretário da agricultura Aldo Pinto (PDT) para que ele reassumisse como deputado federal e votasse no Congresso Nacional, já que seu suplente na Câmara, Jorge Uequet (PSDB), era contra o projeto. Alceu Collares teria dito a Aldo Pinto: “*Aldo, vai e retorna quando tu quiseres.*” ABRUCCIO, op. cit., p. 210.

⁸² Em torno de quatro bilhões de dólares anuais, o dobro do que o governo vinha recebendo.

⁸³ O ajuste fiscal proposto pelo Executivo Federal, em seu conjunto, consistia na criação de novos impostos, na alíquota de 35% para o Imposto de Renda para Pessoa Física (PL nº 2.159/91), no estabelecimento da faculdade de transação para dívidas referentes a impostos e contribuições (PL nº 2.157/91) e no aumento da alíquota do ITR (PL nº 2.155/91). A aprovação desse “pacote” de alterações fiscais garantiria ao governo federal em torno de doze bilhões de dólares. Ibidem.

constitucionais relacionadas, basicamente, às reformas fiscal e tributária. Mas esse projeto não foi aprovado no Congresso Nacional, tendo em vista, segundo Abruccio, que várias propostas continham mudanças na estrutura federativa, o que não agradava aos governadores.⁸⁵

No terceiro e último ano de Collor como presidente da República, o desempenho econômico nacional permanecia crítico, tendo o PIB da economia brasileira em 1992 registrado queda de 1,1% em relação a 1991⁸⁶. Face à recessão, as taxas de desemprego médias, em 1992, foram mais altas do que em 1991. A inflação continuava sendo um problema da nossa economia, já que a taxa mensal média, medida pela Fundação Getúlio Vargas, oscilou no patamar de dois dígitos (23,5% ao mês), acelerando-se para mais de 30% ao mês no decorrer do ano. No combate à inflação as medidas caracterizavam um *“tratamento gradualista ortodoxo, expresso pela política monetária de juros reais elevados, no controle dos gastos públicos e*

⁸⁴ Marcílio Marques Moreira foi Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento do governo Collor, assumindo o cargo em 10/05/1991 em substituição a Zélia Cardoso de Mello. Marques Moreira ficou no cargo até o final do governo Collor, em outubro de 1992. MENEGUELLO, op. cit., p. 193.

⁸⁵ O Emendão propunha aumento dos impostos e a rolagem da dívida dos Estados com recursos oriundos de 80% dos Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, de parte do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), na arrecadação do PIS/Pasep, e da redução de 5% da quota-parte do ICMS dos municípios. Essa proposta beneficiaria principalmente os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que eram justamente os mais endividados, mas desagradava aos governadores da região Norte e Nordeste, onde os recursos dos municípios e dos Fundos Constitucionais regionais eram fundamentais. Os governadores dessas regiões pertenciam, em sua maioria, ao PFL e ao PMDB, justamente os dois partidos de maior bancada no Congresso Nacional na época. Conforme Abruccio esse foi o erro estratégico da proposta, já que as medidas para rolar as dívidas estaduais, atingiriam oito dos nove governadores do PFL e cinco dos sete governadores do PMDB. Esses governadores, através do poder que possuíam sobre suas bancadas no Congresso Nacional, nos moldes do federalismo estadualista, que é a tese defendida pelo autor no livro, inviabilizaram a aprovação do Emendão. Ver ABRUCIO, op.cit, p.208.

⁸⁶ Em termos setoriais, a produção interna de bens de serviços caiu na indústria de transformação (-4,1%), na construção civil (-3,8%) e no comércio (-4,1%. A exceção mais expressiva foi o desempenho do setor agropecuário (6,5%). O melhor comportamento deste último, aliado ao dinamismo do setor exportador – o superávit comercial atingiu US\$ 15,6 bilhões, não foi suficiente para reverter a dinâmica de queda do produto global. Análise das Finanças do Estado, 1993, vol. XLII, p. 13.

*num sistema de indexação salarial muito restrito, principalmente na gestão do Ministro Marcílio Marques Moreira*⁸⁷

A par da crise econômica, em 1992 o Brasil enfrentou uma crise institucional onde, pela primeira vez na história do país, o presidente da República foi legalmente afastado de seu cargo. O presidente que elegeu-se prometendo acabar com os marajás, prometendo a moralização da política brasileira, sofreu um processo de impeachment pelo Congresso Nacional, desencadeado por denúncias de corrupção. Esse processo impediu que Collor conseguisse aprovar novamente o projeto de reforma tributária que havia enviado para o Congresso Nacional em 1992. O projeto de reforma de cunho estrutural seria elaborado por uma comissão- Comissão Ary Oswaldo. O projeto propunha alterações na estrutura federativa, sendo que um dos pontos mais polêmicos era a proposta de redistribuição dos encargos entre os ente federativos, com a respectiva diminuição das receitas dos estados e municípios. Apesar das controvérsias que essa proposta gerou entre prefeitos, governadores e deputados no Congresso, o projeto não foi adiante devido justamente ao processo envolvendo o pedido de impeachment do presidente Fernando Collor. Com a aprovação do impeachment em 29 de setembro de 1992, o mandato de Collor como presidente é encerrado, assumindo a presidência da República até dezembro de 1994, o então vice-presidente Itamar Franco.

Com a ascensão do Governo Itamar Franco, optou-se por amenizar as diretrizes da política econômica anterior, relativo à política monetária, bem como à formulação de uma nova política salarial. No entanto, os resultados iniciais foram

⁸⁷ Análise das Finanças, *ibidem*.

insuficientes para debelar a inflação⁸⁸. Entretanto, apesar de em 1993 as taxas inflacionárias manterem-se altas, verificou-se uma melhora no desempenho econômico nacional. Após três anos consecutivos de queda do PIB real, ocorreu em 1993 um crescimento à taxa de 4,96%⁸⁹ em relação a 1992. Mas esse crescimento apresentado pelos indicadores econômicos, não resultou numa queda significativa das taxas de desemprego⁹⁰, como era de esperar-se com o crescimento da economia. Assim, mantinha-se ainda no governo de Itamar Franco uma crise social grande, onde o principal elemento era o desemprego.

A política econômica do governo Itamar Franco sofre uma alteração importante, voltando-se para a estabilização monetária com o combate à inflação alta, após Fernando Henrique Cardoso assumir o Ministério da Fazenda em maio de 1993⁹¹. Fernando Henrique assume a pasta da Fazenda em meio à uma crise ministerial, já que substituiu Eliseu Resende, que foi obrigado a deixar o cargo por

⁸⁸ A taxa de inflação mudou do patamar de 25% passando a se situar em torno de 35% ao final do mês de dezembro de 1993. *Análise das Finanças do Estado*, 1994, vol. XLIII, p.15.

⁸⁹ Essa foi a maior taxa de expansão dos últimos sete anos. Resultado devido, principalmente, ao desempenho da indústria de transformação que cresceu 10,1% comparativamente a 1992. O setor de serviços também apresentou crescimento, de 3,53%. O setor agropecuário não registrou crescimento, apresentado uma queda de 1,94% em relação ao ano anterior, devido a quebra da safra agrícola, a fixação dos preços mínimos inferiores aos de 1992 e a redução da produção pecuária. *Análise das Finanças do Estado*, Vol. XLIII, 1994, p.13.

⁹⁰ Do ponto de vista setorial, segundo o IBGE, o nível de emprego cresceu 0,8% na indústria de transformação; 1,8% no comércio e 0,9% nos serviços. A taxa média de desemprego aberto registrou ligeira queda, passando de 5,8% em 1992 para 5,3% em 1993. *Idem*, p. 14. Sobre a não relação direta entre crescimento das taxas econômicas e a expansão do emprego, ver CHONCHOL, op. cit., p 33 a 58. Neste artigo o autor, através de dados econômicos de toda a década de 1990, constata que na América Latina a recuperação das taxas de crescimento do PIB e diminuição das taxas de inflação, comparativamente a década de 80, não significaram melhores condições de vida para as pessoas, já que acentuou-se o desemprego, o subemprego, a informalidade, a terceirização gerando novos processos de fragmentação social. No Brasil essa comparação pode ser feita mais nitidamente a partir de 1994, quando devido ao Plano Real a inflação diminuiu, mas com o aumento do desemprego e relações informais de trabalho.

⁹¹ Fernando Henrique Cardoso do PSDB/SP, assumiu o esse Ministério da Fazenda no dia 21/05/93. Antes, no governo de Itamar Franco já tinham sido Ministro da Fazenda, na ordem, Gustavo Krause (PFL-CE) que assumiu em 05/10/92, no início do governo do presidente Itamar Franco; João Paulo Haddad, que tomou posse em 19/01/93; Eliseu Rezende (PFL-MG) em 01/03/93, depois veio Fernando Henrique Cardoso que para concorrer à presidente da república nas eleições de 1994, se afasta do Ministério em abril de 1994, quem assume em 05/04/94 é Rubens Ricuperro e, por último, Ciro Gomes (PSDB-PE) em 07/09/94. MENEGUELLO, op.cit., p.194-196.

denúncias de envolvimento ilícito com uma empreiteira. Fernando Henrique torna-se um homem forte dentro do governo, recebendo do presidente amplos poderes para a condução da economia, tratando de questões polêmicas como por exemplo a negociação das dívidas dos estados⁹² e da centralização de recursos na União⁹³, através do Fundo Social de Emergência. Essas duas questões estavam contempladas no Plano de Ação Imediata - PAI, anunciado por Fernando Henrique em maio de 1993.

Esse Plano – PAI - estabelecia várias medidas voltadas à reorganização do setor público, destacando-se: a continuidade do processo de privatizações iniciado por Fernando Collor, o aumento da carga tributária, a redução dos gastos governamentais, a renegociação das dívidas dos estados para com os bancos federais, e a redução das transferências não constitucionais aos estados e municípios.

Em dezembro de 1993 a equipe econômica dirigida pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso, anunciou um Plano de Estabilização Monetária, o Plano Real, que pautava-se por tentar controlar a inflação através de instrumentos fiscais, monetários e cambiais, objetivando combater o déficit operacional da União. O Plano era

⁹²Com relação à rolagem da dívida dos estados, o governo Itamar teve certo êxito, no sentido de que o Ministro Fernando Henrique Cardoso conseguiu estabelecer um acordo com os principais estados da Federação, criando novas regras para a rolagem da dívida. Mas, Abrucio faz a ressalva de que esse acordo foi parcial, já que refinanciou somente as dívidas contratuais com os bancos federais, que representavam apenas 38% do montante total, segundo dados de janeiro de 1994. Os outros componentes das dívidas estaduais, como a dívida mobiliária e a dívida externa vencida e a vencer, não integravam o acordo, o que significava que 62% do total ainda não tinha sido refinanciado. Abrucio, op.cit, p. 212-213.

⁹³ A crise fiscal do Governo Federal e sua dificuldade de gestão macroeconômica era vista como consequência também da descentralização dos recursos que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu. Assim, colocava-se o discurso da necessidade de reverter a descentralização “excessiva” das receitas em favor dos estados e dos municípios. Ruy Affonso coloca que a reação do Governo Federal para recuperar as perdas de recursos da Constituição de 1988 foi variada: “*utilizou o quanto pôde o recurso aos floats nas transferências aos estados e aos municípios; aumentou as alíquotas dos tributos não sujeitos à partilha intergovernamental (IOF, contribuições sociais); ampliou as dificuldades para a rolagem das dívidas dos estados; exigiu dos governos estaduais o pagamento da dívida externa contraída com o aval federal*”. AFFONSO, op. cit., p. 332-333.

baseado, portanto, em três âncoras fundamentais: cambial, salarial e monetária e sua aplicação se deu em três fases.

Na primeira fase do Plano de Estabilização, anunciada em dezembro de 1993, buscou-se garantir o equilíbrio operacional das contas da União. É nessa fase que se dá a aprovação do Fundo Social de Emergência – FSE - para o biênio 1994-95. O Fundo Social de Emergência foi criado pela União com a finalidade de financiar programas sociais, assegurando relativo equilíbrio das contas públicas. Os recursos desse Fundo viriam, em parte, dos acréscimos esperados na receita dos tributos federais, devido à elevação de alíquotas e na retenção na fonte do Imposto de Renda do funcionalismo público federal. O Fundo Social de Emergência, aprovado por meio de Emenda Constitucional em março de 1994, é representativo por procurar re-centralizar recursos na esfera federal sinalizando para uma possível mudança da estrutura federativa. O texto do Programa de Estabilização, lançado pelo governo em dezembro de 1993, continha algumas metas em relação à Federação, como uma reforma tributária e um reordenamento das atribuições entre os níveis de governo. Mas esses aspectos não avançaram muito até 1994, período que nos interessa analisar aqui.

A aprovação do FSE gerou descontentamento entre prefeitos e governadores, que se consideraram prejudicados com a centralização na União de recursos que anteriormente eram conduzidos às diversas unidades federativas. Na verdade a pressão dos estados e municípios era para não alterar a distribuição de recursos na Federação estabelecida pela Constituição de 1988. A interpretação dos técnicos da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul confirma, como consequência do FSE, a diminuição dos recursos destinados aos Estados:

“A recomposição das finanças federais, através do FSE, acarretará prejuízos para as finanças dos Estados, pois passaram a ser excluídos do montante distribuído pelo Governo Federal aos Estados e Municípios, via respectivos Fundos de Participação, os recursos decorrentes da retenção na fonte o IR do funcionalismo federal”⁹⁴.

Assim, deslocando para a União recursos que anteriormente eram encaminhados aos Estados, era de se esperar que o FSE não fosse aprovado pelo Congresso Nacional, como bem colocou o então Senador paulista Mario Covas, pertencente ao mesmo partido de Fernando Henrique Cardoso, o PSDB, em manifestação aos técnicos do governo:

“Vocês estão brincando[...]. Querem tirar dinheiro dos governadores e dos prefeitos. Não estão dando nada em troca, nenhum benefício imediato [...] e ainda estão achando que isso vai passar pelo Congresso em pleno ano eleitoral. Nem em sonho”⁹⁵.

Fernando Henrique pressionou lideranças partidárias⁹⁶ no Congresso Nacional e o FSE foi aprovado, o que representou *“a primeira vitória, em termos tributários da União sobre os estados desde que fora aprovada a Constituição de 1988”⁹⁷*. Uma vitória que deve ser encarada muito mais como de Fernando Henrique do que do governo de Itamar Franco. Nesse momento, Fernando Henrique já era apontado como o candidato escolhido pelas elites brasileiras para presidente da República, como o nome com condições de disputar a presidência com Lula, que

⁹⁴ Análise das Finanças do Estado, vol. XLIII, 1994, p. 16.

⁹⁵ Dimenstein & Souza, apud ABRUCCIO, op. cit., p. 214.

⁹⁶ Fernando Henrique, protestando diante da falta de quorum que impedia a votação do FSE no Congresso Nacional, no início de fevereiro de 1994 dirigiu as seguintes palavras a parlamentares, principalmente do PFL: *“Se esse plano não passar até terça-feira, na quarta eu não sou mais ministro”*. Ele fazia esse tipo de ameaça porque sabia que os políticos do bloco de centro-direita temiam uma possível vitória de Lula e de que ele, Fernando Henrique estava sendo apontado como o candidato capaz de fazer frente a candidatura da Frente Popular, mas isso dependeria da aprovação do FSE e do Plano Real como um todo. Jornal *O Estado de São Paulo*, 04/02/94, apud ABRUCCIO, op. cit, p. 214.

⁹⁷ ABRUCCIO, op. cit., 217.

tinha chances de sair vitorioso⁹⁸. Mas o sucesso de sua candidatura dependia do sucesso do Plano de Estabilização, era em torno do Plano Real que se estruturaria toda a sua campanha, por isso medidas como o FSE tinham de receber no Congresso Nacional o apoio daqueles que se viam ameaçados frente uma possível vitória de Lula para presidente da República.

“Ninguém dúvida que o Real é um divisor de águas em todos os sentidos. Há que se notar, porém, que ele não é fruto, mas condição para a existência deste governo. Não que tenha sido feito com propósitos exclusivamente eleitorais (embora seu calendário de gestação e parto sim), mas tratava-se do único nó (entre tantos outros já manuseados por Collor) que, uma vez desatado, poderia garantir o prolongamento no poder do bloco que o ocupava desde a abertura política, em face da ameaça de um verdadeiro revezamento, representado pela ascensão da candidatura das esquerdas.”⁹⁹

A segunda fase do Plano de Estabilização iniciou em primeiro de março de 1994, com a vigência do novo indexador, a Unidade Real de Valor – URV -, que serviu como unidade de conta vinculada ao dólar e a índice de preços internos (INPC-E da Fundação IBGE, IGP-M da Fundação Getúlio Vargas e ao IPC da FIPE). A URV foi o expediente para preparar as condições de eliminação da componente inercial da inflação e reduzir o ritmo dos reajustes dos contratos e valores em geral.

O impacto imediato do Plano Real não foi antiinflacionário, sendo que a queda na taxa da inflação só passará a ser sentida após a introdução da nova moeda, o Real,

⁹⁸ Um dos elementos que teria levado as forças políticas de centro - direita, no caso PTB e o PFL que juntamente com o partido de Fernando Henrique, o PSDB, sustentaram sua candidatura à presidência da república, foi o temor que esses setores tinha da vitória de Lula. Luis Miguel coloca que “o favoritismo de Lula agitava aqueles que julgavam que um eventual governo petista iria mexer com seus privilégios. Pesquisas mediam a “taxa de medo a Lula” entre as elites, observando um salto de 54% em setembro de 1993 para 80% em fevereiro de 1994. Era preciso encontrar o “anti-Lula”, capaz de bater o candidato do PT”. Paulo Maluf teria tentado desempenhar esse papel, mas Fernando Henrique foi o escolhido, devido a visibilidade que seu cargo como ministro lhe concedia, reforçando sua imagem de político capaz e honesto. Dessa forma a bipolarização entre Lula e Fernando Henrique Cardoso ocorrida na campanha eleitoral, era antecipada pela bipolarização entre Lula e o anti-Lula. Ver MIGUEL, op. cit., p. 109.

⁹⁹ COMIN, Álvaro. *De continuidades e rupturas*. In: Novos Estudos CEPRAB, nov. 1998, p. 13.

em primeiro de julho de 1994, marcando então a última fase do Plano de Estabilização. O novo padrão monetário obedecia a paridade cambial de um dólar valendo um real (US\$ 1,00 = R\$ 1,00).

Quanto à definição da âncora salarial, foram eliminados os reajustes mensais de salário, que teriam agora possibilidade de correção apenas nas datas-bases pelo IPC (Índices de Preços ao Consumidor do IBGE). A equipe econômica converteu os salários pelas médias a partir de março de 1994.

Pode-se verificar o reflexo positivo do Plano Real no desempenho econômico nacional, verificando o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1994, que obteve maior crescimento no segundo semestre (7,6%) do que no primeiro (3,7%). Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que em relação a 1993, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 5,67% no ano de 1994, a maior taxa desde 1986¹⁰⁰. Também segundo o IBGE, o emprego em 1994 aumentou 4,2% nas principais regiões metropolitanas, tendo havido expansão de 4,5% na indústria, comércio e serviços e de 0,1% na construção. Com respeito ao poder de compra dos trabalhadores, a opinião aceita pelos técnicos é que o seu nível esteve associado às distintas fases de implantação do plano. De abril a julho os salários foram desgastados pela inflação. Entretanto, o aumento do emprego e a queda da inflação a partir de agosto, produziram a recuperação dos mesmos. Conforme os dados finais de 1994 houve um crescimento de 6% na massa de rendimento dos ocupados nas regiões metropolitanas.

Assim, conforme demonstram os resultados econômicos, o Plano Real parecia capaz de resolver o problema da inflação alta e recuperar o crescimento econômico

¹⁰⁰ Análise das Finanças do Estado, 1995, vol. XLIV, p. 15.

do país. Isso seria o grande impulsionador da candidatura de Fernando Henrique à presidência da república em 1994. Mesmo Fernando Henrique tendo se descompatibilizado do Ministério da Fazenda em abril de 1994, quando o custo de vida ainda era bastante alto, oscilando em torno de 40% ao mês, ou seja, momento em que a população ainda não experimentara a queda da inflação, que só aconteceria após julho de 1994, mesmo assim, ele foi identificado como o “pai do Real”, o responsável pelos resultados positivos que o Plano de Estabilização viria apresentar após julho. A estratégia da campanha eleitoral foi, além de identificar Fernando Henrique como o criador do Plano Real, vincular a garantia da continuidade da estabilização monetária e do controle da inflação à vitória desse candidato à presidência da República.

O discurso da oposição num primeiro momento guiava-se no sentido de identificar o Plano Real com o Plano Cruzado de 1986, no sentido de ser um plano *eleitoreiro*, feito sob encomenda para eleger Fernando Henrique, e que tão logo terminasse as eleições o seu encanto mágico acabaria e a inflação voltaria a subir, tal qual ocorrera com o Cruzado de Sarney.

Certamente que o governo adequou a execução do Plano de Estabilização ao calendário eleitoral, assim como sustentou uma forte campanha publicitária em torno do Real como forma de alavancar a candidatura de Fernando Henrique, mas o amplo apoio popular às medidas econômicas, que realmente, após o início da circulação da nova moeda, promoveram uma queda significativa da inflação, fez com que a oposição ficasse numa posição contraditória, denunciando o plano como *eleitoreiro*,

mas ao mesmo tempo, diante dos resultados concretos que ele apresentava, tendo que garantir que iria *salvá-lo*.¹⁰¹

Fernando Henrique e seu plano passaram a representar um novo momento para o Brasil, a esperança de que dessa vez realmente seria abolido o grande problema que acompanhava o Brasil há muito tempo: a hiperinflação.

Em relação às reformas do Estado, o governo Itamar Franco, além da alteração provocada pelo Fundo Social de Emergência nas distribuições dos fundos para os Estados e municípios, não avançaria muito. Assim, uma reconstrução ou redefinição do papel do Estado, englobando reformas fiscal, administrativa e política ficariam como tarefa para o próximo governo¹⁰².

¹⁰¹ Argumento apresentado por MIGUEL, op.cit, p. 115. Também no capítulo 6, quando o autor analisa a questão do mito da unidade no discurso de Fernando Henrique na campanha de 1994, ele demonstra como esse candidato consegue estabelecer a equivalência entre ser contra o Real e ser contra o Brasil. No início da campanha eletrônica, no primeiro programa Fernando Henrique teria se preocupado em refutar as acusações da oposição de que o plano era eleitoreiro: “*Eu não era candidato a presidente da República coisíssima nenhuma*”, (programa do dia 3/8), mas depois, devido ao prestígio popular das medidas econômicas, o candidato saiu da defensiva afirmando que se os seus adversários torciam contra o plano, na verdade torciam contra o Brasil. Os adversários de Fernando Henrique eram identificados, ao serem contra o Plano, como “*amigos da inflação*” ou “*amigos da carência*” (programa 7/9). Conseguiu assim, neutralizar a polêmica e críticas oposicionistas geradas em agosto, quando obteve-se um índice inflacionário maior do que o esperado, a chamada “primeira inflação do Real”. Afirmava que eleitoreiro não era o pacote econômico baixado às vésperas do pleito, mas as tentativas de tirar proveito político dos percalços do plano, de “*torcer contra o Brasil*”, assim, conforme essa lógica “*se os adversários de Fernando Henrique Cardoso faziam críticas ao pacote econômico, argumentando que não seria eficiente (...) ou que teria efeitos perversos, eram derrotistas. E, apenas por se oporem à onda de otimismo dominante, estavam contra a nação.*” p. 200.

¹⁰² Bresser Pereira afirma que “*a grande tarefa política dos anos 90 é a reforma ou a reconstrução do Estado*”, sendo assim, no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciado em janeiro de 1995, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, elaborou na gestão do Ministro Luís Carlos Bresser Pereira (PSDB-SP), um projeto de reforma do Estado, *O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. O Projeto previa a realização de reformas fiscal e administrativa para recuperar a capacidade financeira do Estado e para tornar a administração pública mais moderna e eficiente substituindo o modelo burocrático de administração pública com serviços de alto custo e de baixa qualidade, pelo modelo de administração pública gerencial. As reformas, conforme Bresser Pereira, eram para superar a crise de governança do estado. Também deveriam ser desenvolvidos sistemas de responsabilização dos políticos e da alta burocracia pública, através de uma reforma política. Considera o autor que essas propostas de reformulação do Estado não estão ligadas ao pressuposto do neoliberalismo de Estado Mínimo, mas atrelados à social-democracia, onde o Estado tem um importante papel no desenvolvimento da nação, mas diferente do desempenhado pelo Estado Burocrático Interventor, como Bresser esclarece: “*Ao invés do Estado mínimo, a centro-esquerda social liberal propôs a reconstrução do estado, para que este possa – em um novo ciclo – voltar a completar e corrigir efetivamente as falhas do mercado, ainda que mantendo um perfil de intervenção mais modesto do que aquele prevalecente no ciclo anterior (...)*” (PEREIRA, p. 58). A avaliação de

Concluindo, podemos afirmar que o período compreendido entre 1990 até metade de 1994, grosso modo, foi marcado por uma forte recessão, com baixos índices de desenvolvimento econômico nacional, inflação alta e crise fiscal do governo federal. Também observa-se no período um aumento na taxa de desemprego e do emprego informal. A partir da segunda metade de 1994, devido ao Plano Real, a inflação iria baixar e a economia apresentar até o final desse ano uma melhora em seu desempenho.

Vimos que a partir, principalmente de 1982, ainda no regime político autoritário, a crise econômica, configurada na hiperinflação, passou a fazer parte do cotidiano econômico nacional e que as tentativas em debelá-la foram efêmeras.

A Nova República, a partir de 1985, representou, sobretudo com a Constituição Federal de 1988, a fixação de importantes direitos individuais e sociais, inexistentes no período autoritário anterior. Mas, se por um lado esse novo momento da história política nacional, significava em termos de cidadania, uma ruptura com o período anterior, o mesmo não acontecia na questão econômica, já que as políticas econômicas dos governos Sarney e Collor acabaram por consolidar as tendências herdadas do período militar de ampliação das desigualdades sociais e de aprofundamento da crise econômica com a diminuição das taxas de crescimento e aumento da inflação. Isso demonstra que a simples instalação no poder de um

COMIN sobre o primeiro governo de Fernando Henrique, é de que as reformas previstas no *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* não avançaram. Para esse autor a ênfase do primeiro governo de Fernando Henrique foram- dando continuidade à política de Collor - a desregulamentação e abertura da economia, as privatizações. A inovação não foi, como se esperava, as reformas previstas, mas a aprovação da possibilidade de reeleição para o cargo de presidente da república e governador de estado: “*as reformas da previdência e da administração pública não passaram de uma meia-sola nos sistemas existentes (o próprio presidente admite isso). A tal reforma tributária, condição sine qua non para a sustentação do Real e credencial imperiosa para o ingresso na modernidade, segundo as próprias lideranças do governo, nem a meia-sola teve direito. A reforma do sistema político, “indispensável para a consolidação da democracia e dos partidos”, tampouco. Com exceção de alguns penduricalhos, como a permissão para a contratação temporária, a legislação trabalhista*

governo democrático não garante por si só a resolução de problemas históricos do país, sejam eles econômicos, sociais, ou mesmo institucionais, sem que sejam implementados projetos com esse objetivos.

O governo Sarney, descontado o rápido momento de euforia do Plano Cruzado I, em que a população teve realmente seu poder de compra aumentado, resultou na continuidade da crise, deixando para o próximo governo a tarefa de resolver o problema da hiperinflação e da crise do Estado brasileiro.

As tentativas do governo Collor em acabar com a inflação alta e promover uma reforma fiscal e administrativa do Estado, seguindo a ideologia neoliberal, levaram a privatizações de empresas e à demissão de funcionários públicos. Implantou-se um plano de estabilização econômica que feria os direitos dos cidadãos, através do confisco da poupança. O resultado foi desastroso, fazendo com que em 1990, o Brasil tivesse um de seus piores anos em termos de desenvolvimento, uma brutal recessão com aumento do desemprego. Em termos políticos, o governo Collor não atuou no sentido de consolidação das instituições democráticas. A cúpula burocrática administrativa atuava isolada do debate parlamentar, sendo o expediente da medida provisória bastante utilizado, reforçando o comportamento administrativo burocrático do regime militar. O impeachment de Collor fez vir à tona na sociedade brasileira o debate sobre a corrupção na política nacional. Nesse contexto assume o vice-presidente Itamar Franco, que através da implantação do Plano de Estabilização, o Plano Real, guiado pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso, consegue mudar o rumo da política econômica, fazendo com que na metade de julho de 1994 a inflação diminuísse. A dúvida se o resultado positivo iria permanecer e fazer desenvolver a

(maior baluarte do "varguismo", do qual o presidente diz ter-nos libertado enfim) permanece intocada". COMIN, op. cit., p.13.

economia nacional a longo prazo, não impediu que o real fosse o acontecimento dominante da campanha eleitoral de Fernando Henrique para presidente da república em 1994.

1.5- A crise nos Estados (o caso do Rio Grande do Sul)

O ambiente econômico adverso entre 1990 e metade de 1994 e a necessidade de implantar reformas pelo Governo Federal, produziu efeitos no contexto federativo tornando a postura dos estados mais defensiva diante de qualquer participação em ajuste fiscal que a União tentasse realizar. Além desse caráter defensivo dos estados na relação com a União, a crise também gerou uma guerra fiscal entre as unidades estaduais, o que significou perda da capacidade arrecadatória do ICMS, o principal tributo dos estados:

“Premidos pela dificuldade de manter a arrecadação tributária como consequência da recessão, da inflação e da sonegação, os governos estaduais lançaram-se em uma guerra de incentivos e benefícios fiscais, através do ICMS, para atrair indústrias para suas regiões e fomentar a atividade econômica. A consequência imediata dessa guerra tem sido a sangria do ICMS, principal tributo nacional e base de sustentação da arrecadação estadual.”¹⁰³

O quadro abaixo mostra o desempenho da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul.

TABELA 2
Desempenho do ICMS – 1989 a 1994 – Rio Grande do Sul

ANO	Varição % real em relação ano anterior
1989	+ 26,5%
1990	+7,0%
1991	-7,2%
1992	-5,8%
1993	-1,2%
1994	+11,96%

Fonte: Análise das Finanças do Estado, vol. XLIII, 1994, p. 26

A menor arrecadação do ICMS acabaria refletindo negativamente no equilíbrio das contas públicas dos estados. No caso do Rio Grande do Sul, que nos interessa mais, esse problema de desequilíbrio financeiro já existia na década de 80, continuando nos anos 90.¹⁰⁴

Entende-se, assim, a reação dos Estados frente a aprovação do Fundo Social de Emergência, mencionada anteriormente, já que a descentralização de recursos afetaria ainda mais as combalidas finanças estaduais. Affonso aponta que “*a descentralização tem se tornado um dos pontos centrais na agenda do debate sobre a reforma do Estado*”¹⁰⁵. Nessa discussão polêmica é comum o argumento de que a Constituição de 1988 ampliou demais as receitas dos Estados e Municípios¹⁰⁶ sem o correspondente aumento de encargos, o que teria agravado a crise fiscal do Governo Federal. No entanto, os dados empíricos demonstram que houve uma real ampliação dos encargos estaduais, principalmente nos investimentos:

“Os dados das contas nacionais indicam uma expressiva expansão do gasto da Administração Direta das esferas subnacionais de governo ao longo dos anos 80, paralelamente ao decréscimo da participação da União. De fato, se considerarmos o consumo agregado, veremos que, enquanto os estados e os municípios ampliaram sua participação de 56% para 65% entre 1980 e 1990-91, o Governo Federal teve a sua reduzida de 44% para 35%. No que se refere ao investimento público, as alterações nas posições relativas foram ainda mais dramáticas: a União reduziu sua participação de 30% em 1980 para tão somente 20% em 1990-91, e os estados e municípios ampliaram os

¹⁰³ AFFONSO, op. cit., p. 324.

¹⁰⁴ A execução financeira dos primeiros anos da década de 1990 apresenta um resultado orçamentário deficitário. Em relação à Receita Própria Líquida (receita total menos transferências constitucionais a municípios e operações de crédito), o déficit orçamentário foi de -5,24% em 1990; -4,91% em 1991; -7,33% em 1992 e -3,55% em 1993. Análise das Finanças do Estado, 1994, vol. XLIII, p. 23-24

¹⁰⁵ AFFONSO, op. cit., p. 330.

¹⁰⁶ Em 1987 a União detinha 60,7% dos recursos fiscais disponíveis (impostos mais contribuições), em 1991 essa participação reduziu-se a apenas 53,8%, enquanto os Estados ampliaram sua participação na receita fiscal disponível de 27,8% em 1987 para 30,4% em 1991, e os municípios, de 11,5% em 1987 para 15,9%. Ou seja, realmente a Constituição Federal de 1988 descentralizou recursos, ampliando a participação das esferas estaduais e municipais de governo no total do bolo tributário. Ver AFFONSO, op. cit, p.328.

*seus gastos com investimentos na mesma proporção, de 70% em 1980 para 81% em 1990-91*¹⁰⁷

O contexto econômico recessivo, combinado com a aceleração das taxas inflacionárias,¹⁰⁸ acarretaram perdas reais de arrecadação dos impostos, principalmente a partir de 1991. Essa realidade aliada ao aumento dos encargos estaduais, fazia com que os Estados vivessem dificuldades financeiras.

É importante ressaltar aqui que, embora com variações, devido a grande diversidade regional, a crise fiscal e econômica nacional teve reflexo nos vários estados da federação, não manifestando-se de forma isolada no Rio Grande do Sul. Os grandes estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, também viviam dificuldades financeiras nesse período, também estavam altamente endividados com a União.

Ao tratarmos do desempenho econômico do Rio Grande do Sul entre 1990 e 1994 até o período da campanha eleitoral, devemos fazê-lo levando em consideração a conjuntura nacional. Em outras palavras, podemos dizer que na conjuntura econômica nacional do período de 1990-94 inseri-se o Rio Grande do Sul, algumas vezes num grau menor de dificuldade (1990, 1992 e 1993) quando o PIB estadual superou o nacional, em outras com um desempenho econômico inferior (1991 e 1994), como pode observar-se no quadro abaixo.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ A inflação gera um efeito negativo na arrecadação devido ao que os economistas chamam de “efeito *Tanzi*”, que é a defasagem temporal entre o fato gerador do tributo e o respectivo recolhimento aos cofres públicos, assim, quanto mais alta a inflação e maior o prazo para a arrecadação, maior será também a desvalorização do valor que chegará ao tesouro.

TABELA 3

Taxas de Variação (%) - Produto Interno Bruto – PIB (1990-94)

Brasil – Rio Grande do Sul

	1990	1991	1992	1993	1994
BRASIL	-4,3	1	-0,5	4,9	5,9
RS	-3,5	-3,3	6,5	7,3	2,71

Fonte: quadro elaborado com base nos dados do IBGE publicados na Análise das Finanças do Estado, volumes XL a XLIV.

A economia do Rio Grande do Sul no período 1980-1991 cresceu à taxa média de 1,4% e entre 1991-1993 evoluiu à taxa média de 3,38%. Esses resultados cumprem “*uma trajetória similar aos movimentos da economia nacional*”¹⁰⁹, já que nos 80, a *década de recessão*, os resultados econômicos nacionais são, em média, menores do que nos primeiros anos de 90, onde ocorre uma leve melhora, embora o país continuasse a viver de 1991 a 94 uma crise econômica e fiscal, com sérias conseqüências sociais.

Em 1990 observamos que o desempenho econômico é péssimo tanto nacional quanto regionalmente. A taxa negativa é mantida pelo Rio Grande do Sul em 1991, enquanto a taxa nacional consegue apresentar uma melhora, mas sem deixar de ser muito baixo o nível de crescimento econômico. Em 1992 a economia gaúcha apresenta um resultado bem melhor do que a nacional, devido principalmente ao desempenho do setor agropecuário que apresentou um crescimento de 35,9%¹¹⁰. Em 1993, a economia rio-grandense registrou seu maior índice desde 1986 e pelo segundo ano consecutivo obteve um desempenho melhor do que o nacional, embora o indicador nacional também tenha crescido em relação a 1992.

¹⁰⁹ Análise das Finanças do Estado, vol. XLII, 1993, p. 12.

¹¹⁰ Ibidem.

Todos os setores da economia rio-grandense em 1993 apresentaram crescimento, como pode-se constatar no quadro abaixo.

TABELA 4

Taxas Percentuais de Crescimento Global e Setorial do PIB do Rio Grande do Sul – 1991-1993

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
Total Agropecuária		-18,8	36,1	5,2	
Lavoura	-4,5	-30,1	57,2	4,8	-4,17
Produção Animal		10,0	1,9	6,4	
Setores	1990	1991	1992	1993	1994
Total Indústria	-9,2	-3,4	0,0	11,2	7,10
Indústria de Transformação	-10,1	-4,4	0,7	12,6	7,32
Construção Civil	-2,4	4,2	-9,3	1,0	6,71
Serviços Industriais de Utilidade Pública		4,9	3,0	1,6	3,25
Extrativa Mineral		-8,6	3,3	-5,3	7,16
Total de Serviços		1,4	3,3	5,7	
Comércio	0,2	2,3	1,5	8,9	
Transportes	-8,0	-3,4	10,4	3,8	2,15
Comunicações		8,3	11,3	12,5	
Administração Pública	13,0	-1,0	2,3	2,7	
Aluguéis		2,9	3,0	4,3	
TOTAL DO PIB	-3,5	-3,3	6,5	7,3	2,71

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados contidos na publicação Análise das Finanças do Estado, volumes XL a XLIV.

Como pode observar-se, a indústria foi o setor da economia gaúcha que mais cresceu em 1993, apresentando uma taxa superior a da indústria nacional, que foi de 9%. O item de maior crescimento foi a Indústria de Transformação que cresceu 12,6%.

Relativo aos resultados do setor agropecuário em 1993, destaca-se na agricultura os índices positivos das lavouras de arroz (8,7%), soja (7,8%), trigo (12,2%) e fumo (12,6%). Na produção animal houve aumento da produção física de bovinos (14,3%) e ovinos (31,8%).¹¹¹

¹¹¹ Análise Financeira do Estado, vol. XLIII, 1994, p. 19.

As análises imputam esse resultado positivo da economia gaúcha em 1993 devido à proximidade geográfica do Rio Grande do Sul com os países integrantes do Mercosul. Isso teria favorecido e intensificado as trocas comerciais entre o Rio Grande do Sul e os países do Prata. Também deve ser considerado a política cambial argentina no período, que propiciou a entrada de grande volume de mercadorias brasileiras, principalmente do Rio Grande do Sul – carne de aves e bebidas - naquele país. As vendas do Rio Grande do Sul ao exterior em 1993 representaram cerca de 11% a 12% do total do PIB estadual. Nas exportações destacam-se os produtos tradicionais da nossa economia, como a soja, os calçados e o fumo.

Entretanto, o crescimento significativo da economia gaúcha em 1993, não representou uma recuperação das finanças estaduais, já que a arrecadação do ICMS, por exemplo, não acompanhou a evolução do índice do desempenho econômico, mantendo-se baixa, -1,2% na comparação com o ano anterior. Assim, considera-se que um fator importante na queda da arrecadação do ICMS no período foi a inflação. Em 1992 a média mensal da inflação foi de 25%, ficando próxima de 35% em 1993, afetando a arrecadação do tributo, cujo prazo médio de recolhimento girou em torno de 27 dias. A queda da arrecadação do ICMS não foi mais acentuada em 1993 devido ao aumento de alíquota da gasolina e do álcool (25% contra 17% em 1992) e do aumento de alíquota de 17% para 18% para alguns produtos.¹¹²

No ano da implantação da nova moeda, o crescimento da economia gaúcha foi inferior ao índice nacional, crescendo 2,71% em relação a 1993. Além disso, comparada às taxas dos anos anteriores, constata-se uma significativa desaceleração do ritmo de crescimento que a economia gaúcha vinha apresentando nos últimos anos. Entretanto, conforme esclarecem os pareceres técnicos contidos na Análise das

Finanças do Estado, essa desaceleração não diminuiu de forma considerável a participação percentual do PIB gaúcho no PIB nacional, que manteve-se praticamente estável: a relação era de 8,37% em 1993 e passou para 8,14% em 1994.

Todos os setores da economia gaúcha em 1994 apresentaram um menor grau de desempenho do que em 1993, mas conforme análise dos técnicos do Estado¹¹³, o responsável pela taxa de crescimento do produto gaúcho ter sido inferior ao da economia nacional foi o setor agropecuário. Mesmo ocorrendo crescimento no subsetor da pecuária, esse não foi suficiente para compensar a redução da agricultura, que apresentou queda, principalmente nas safras do arroz (14,8%), na de soja (10,3%) e na de fumo (28%).

A produção industrial em seu conjunto se manteve positiva em 1994, mas as indústrias ligadas a itens importantes da pauta de exportação gaúcha apresentaram queda em seu rendimento, como a indústria do fumo (-10,21%), do vestuário/calçados (-3,39%) e de couro e peles (-25,31%), devido à política cambial imposta pelo Plano Real¹¹⁴.

Mas, embora a produção econômica em 1994 tenha sido inferior a de 1993, a receita total do estado em 1994 cresceu 10,95% em relação ao ano anterior. Este crescimento pode ser explicado, entre outros, pelo resultado positivo obtido pela economia brasileira em geral decorrente do Plano Real. A estabilização dos preços afetaram os agregados da receita pública, no sentido de que a queda da inflação diminuiu o efeito Tanzi, proporcionando aumento da receita tributária¹¹⁵.

¹¹² Análise das Finanças do Estado, 1994, vol. XLIII, p.20.

¹¹³ Ver Análise das Finanças do Estado, 1995, vol. XLIV, p. 16.

¹¹⁴ A valorização do Real provocou já em 1994, redução nas exportações no Rio Grande do Sul, que de R\$ 5,197 bilhões em 1993 ficou em R\$ 5,008 bilhões em 1994, representando uma redução de 3,63% em 1994.

¹¹⁵ A Receita Própria Líquida – RPL (receita total menos as transferências constitucionais a municípios e operações de crédito) obteve em 1994 um crescimento real de 4,96%, que passou de R\$

Nesse aumento da receita, está inserido o aumento do valor arrecadado do ICMS em 1994¹¹⁶, que foi considerável em relação aos anos anteriores.

Essas questões da economia do Estado, principalmente do déficit orçamentário e dificuldades na agropecuária, estão presentes no discurso dos candidatos ao governo do Rio Grande do Sul em 1994, assim como a expectativa em torno do Plano Real, que é positiva por parte de Antônio Britto e cautelosa por parte de Olívio Dutra. Presente também na campanha, além da questão das dificuldades econômicas do Rio Grande do Sul, mas de forma interligada, está a questão da corrupção na política brasileira, tema de grande visibilidade naquele momento devido, principalmente ao impeachment do presidente Collor em 1992, à CPI do Orçamento no Congresso Nacional - que desde outubro de 1993 apurava denúncias de irregularidades cometidas por parlamentares na montagem do orçamento da União – e, a nível regional, à CPI da “*propina*” do governo Collares.

3,593 bilhões em 1993 para R\$ 3,761 bilhões em 1994. A RPL teve uma arrecadação média mensal de 18,08% superior, de agosto a dezembro, após o lançamento do Plano Real em relação ao período janeiro-julho. Análise das Finanças do Estado, 1995, vol. XLIV, p. 17.

¹¹⁶ O percentual médio de arrecadação do ICMS depois do Real, de agosto a dezembro de 1994 no RS, foi de 29,34%, que é superior à média de janeiro a julho deste mesmo ano. A partir de agosto todos os meses registraram resultados superiores aos mesmos meses do ano anterior. Ver Análise das Finanças do Estado, vol. XLIV, 1995, p.17. Podemos, portanto, relacionar o aumento do ICMS diretamente aos efeitos do Plano Real, a partir da sua última fase em julho de 1994.

CAPÍTULO II

O DISCURSO DE ANTÔNIO BRITTO NAS ELEIÇÕES DE 1994

2.1- 1º Turno: a crise do Rio Grande do Sul e o discurso da competência

Na propaganda eleitoral gratuita no primeiro turno, Britto procurou mostrar os problemas atuais do Rio Grande do Sul, configurando uma situação de crise. A partir da identificação dos problemas do estado ele coloca-se como apto a mudar esta realidade, construindo discursivamente uma imagem de administrador competente e de político prestigiado nacionalmente.

Britto transmite em sua campanha a imagem do Rio Grande do Sul como um estado que acumula perdas, que diferentemente do passado, é um estado que parou de crescer:

(...) Hoje posso lembrar com emoção mais de mil reuniões com trabalhadores, empresários, prefeitos de todos os partidos, gaúchos enfim que se recusam a entender que um Estado com gente tão boa, geografia tão favorável, história tão bonita tenha que enfrentar hoje tantos problemas. (...). Sinto que a nossa gente não aceita mais ver outros estados crescendo enquanto nós perdemos terreno. Sinto que a nossa gente não quer mais se conformar com a perda de prestígio político, com as dificuldades da nossa economia, os imensos vazios na Região Sul e na Região Norte e com milhares de gaúchos perdendo o que sempre foi o nosso principal tesouro: pessoas que viviam bem, melhor que em qualquer outro estado brasileiro [grifo nosso].” (Britto, 25/09/94)

O candidato afirma que perdemos prestígio, empobrecemos, perdemos o que nos causava orgulho que era uma qualidade de vida melhor do que em outros estados brasileiros, mas isso acontece não por falta de trabalho e esforço da população, pois o gaúcho é apresentado como um povo trabalhador, que busca o progresso, nem pela posição geográfica do Rio Grande do Sul, tida como favorável. Não são estes os motivos apresentados para o nosso empobrecimento, mas a falta de uma infraestrutura mais moderna capaz de alavancar o desenvolvimento econômico do estado e, conseqüentemente, proporcionar mais educação, saúde e emprego – itens que garantem o bom nível da qualidade de vida. Podemos dizer que os temas freqüentes nos discursos eleitorais, são relacionados no discurso de Britto à infra-estrutura deficitária: não há saúde, educação, emprego no Rio Grande do Sul, porque não há um investimento maior por parte do governo em estradas, energia, telefonia. Assim, *“Recuperar a infra-estrutura do Rio Grande é questão fundamental para que os gaúchos recuperem o emprego, a saúde e a educação.”* (Britto, 07/08/94)

Quando perguntado no programa eleitoral do dia 14/08/94 sobre qual era o maior problema do Rio Grande do Sul, Britto respondeu que:

“No Rio Grande do Sul o governo não funciona à altura das necessidades do estado, a estrutura do governo tem enormes dificuldades de corresponder ao estado. O estado quer asfalto para poder produzir mais e o governo constrói pouco, o estado precisa de energia e telefones e há pouca energia e há pouquíssimos telefones, ou seja, o Rio Grande de alguma forma é um estado que está se desperdiçando: tem posição geográfica, tem gente que quer trabalhar, sabe e gosta de trabalhar, mas não consegue transformar tudo isto em mais riquezas, em mais empregos, porque o motor, o motor que deveria levar o carro do Rio Grande, é hoje um motor enferrujado.”

No fragmento acima, Britto atribui a responsabilidade da falta de uma infraestrutura moderna, capaz de transformar a produção do estado em riqueza, ao

governo. No início dos anos 90 o discurso da ineficiência dos governos, da ineficiência de tudo que é público, bem como da necessidade de reforma do Estado, buscando uma administração pública mais eficiente, encontrava grande espaço de recepção na sociedade brasileira. Isso porque os governos mostravam-se incapazes de resolver os problemas econômicos, como a inflação, por exemplo, que continuou alta mesmo após os Planos Collor I e II e também devido aos casos de corrupção tanto em nível federal (Impeachment do Collor em 1992, CPI do Orçamento em 1993) como em nível estadual (instalação no Legislativo gaúcho de uma CPI incumbida de investigar suspeitas de atos de corrupção no governo de Alceu Collares – a “CPI da Propina”) que faziam a população desacreditar no real interesse dos governos em promover o desenvolvimento, reforçando a noção de que todos políticos são corruptos.

Atribuindo à administração pública a responsabilidade pelas dificuldades do estado, definindo o governo do Rio Grande do Sul como ineficiente, Britto coloca-se como o candidato capaz de modificar essa situação através da sua competência administrativa. As condições para a enunciação do discurso da competência são buscadas em sua passagem pelo Ministério da Previdência Social¹. Em outras palavras, é a partir da constante referência a sua administração na Previdência Social que Britto constrói sua imagem como o candidato capaz de governar o estado de forma eficiente, moderna, “desenferrujando” a máquina que impede o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul:

“Todos os dias alguém me pergunta qual a minha prioridade no governo do estado. E todos os dias respondo com convicção: fazer o governo funcionar melhor. Porque o

¹ Antônio Britto foi Ministro da Previdência Social entre o período de 04/10/1992 e 15/12/1993, no governo do Presidente Itamar Franco.

problema do Brasil é esse, governantes cheios de boas intenções, mas só com boas intenções e governos que não funcionam. Funcionar o governo é a única forma de permitir educação com qualidade, saúde com atendimento, a economia gerando empregos. Foi assim que administrei o Ministério da Previdência Social, eram as mesmas leis, os mesmos funcionários, os mesmos prédios, mas as coisas funcionaram. Cortamos despesas, combatemos corruptos, cobramos de quem devia, não estabelecemos nenhum tipo de atividade política ou partidária e trabalhamos em parceria com os servidores. Hoje, com orgulho, posso dizer: não há prédios com placas com o meu nome, mas há 15 milhões de pessoas neste país que vivem melhor graças à administração da Previdência Social. Quero ser governador do Rio Grande para fazer o que fiz na Previdência, fazer o governo funcionar, [grifo nosso] e com isso permitir que o Rio Grande cresça e que cada gaúcho possa viver com mais dignidade.” (Britto, 05/08/94)

O candidato Britto identifica-se como um administrador público eficiente, capaz de resolver os problemas do Rio Grande do Sul porque conseguiu resolver os problemas da Previdência Social, um órgão apresentado como problemático. Durante a propaganda eleitoral podemos perceber claramente que todos os temas apresentados, da saúde, educação, desemprego no Rio Grande do Sul são seguidos de exemplos do que Britto realizou na Previdência, como forma de provar que ele está preparado, que tem experiência na resolução de problemas, que tem projetos, enfim, que é capaz de realizar o que está prometendo enquanto candidato ao governo do Estado.

No seu quarto programa eleitoral na televisão, no dia 08 de agosto, já evidenciamos a enunciação da competência de Britto ao falar na questão da saúde no Rio Grande do Sul. O candidato relaciona os problemas da saúde à falta de ordem e competência, elementos que ele levou para o Ministério da Previdência Social, salvando-o da falência :

“Não é só dinheiro que falta no sistema de saúde pública. Falta ordem, falta organização, falta competência. Por isso não adianta pensar que se vai resolver a questão com

tapinha nas costas, com reforminhas. O sistema está condenado, tem que mudar e mudar totalmente. Considero obrigação do próximo governador do estado do Rio Grande do Sul intervir no sistema de saúde, fazendo com os hospitais, com os ambulatórios, com o atendimento médico o que fizemos na Previdência Social mudar e mudar muito para que volte a funcionar.”[grifos nossos] (Britto, 08/08/94)

A saúde, como tudo que é público, é apresentada como algo que não funciona direito, porque além da falta de recursos, não tem organização, é “bagunçada”. Mudar significa levar para dentro dos serviços públicos algo que é, no senso comum, identificado como pertencente somente a instituições privadas, que é ordem, organização, competência, capacidade de gerenciamento. Outro pronunciamento do candidato neste programa segue a mesma linha, reforçando que a solução dos problemas do sistema de saúde do estado é uma questão de organização, de boa administração, frisando novamente que são os requisitos que ele possui e com os quais fez a Previdência Social voltar a funcionar:

“Eu me recuso como ser humano, como cidadão, como administrador a pensar que o sistema de saúde é sempre esta bagunça que é hoje. No governo do estado vamos assumir como obrigação intervir na questão da saúde e com a ajuda de todos os rio-grandenses, mostrar que é possível sim construir um sistema melhor do que este, um sistema onde se devolva, especialmente aos gaúchos mais pobres e mais sofridos, dignidade no atendimento médico. Na Previdência Social foi possível por ordem na casa, na saúde, é um dever por ordem na casa.” [grifo nosso] (Britto, 08/08/94)

Como já foi dito anteriormente, e procuramos reforçar, a administração no Ministério da Previdência Social é o alicerce da construção discursiva de Britto como homem público competente e honesto. Competência é associada à questão da organização, sendo Britto competente, portanto, porque botou ordem na Previdência, arrumou o que estava errado. Isso provaria que ele tem condições de agora ordenar a “bagunça” em que se encontra a saúde do estado e o governo do Rio Grande do Sul,

fazendo-o funcionar. Em outras palavras, administrar com sucesso um Ministério complicado, como era considerado o da Previdência, torna Britto preparado para administrar com igual sucesso o estado do Rio Grande do Sul, por maiores que sejam as dificuldades apresentadas, recuperando o que perdemos, que segundo ele é o desenvolvimento econômico e o prestígio frente às demais unidades da federação. O importante a ressaltar aqui é que Britto apresenta-se como não tendo apenas vontade de melhorar o Rio Grande do Sul – isso todos tem -, mas como tendo também as condições para fazer isso acontecer. Nesse ponto ele busca diferenciar-se dos demais políticos², que tem apenas “boas intenções”, mas que não sabem fazer, não sabem administrar como ele provou que sabe ao resolver os problemas da Previdência Social.

Além da competência administrativa, Britto diferencia-se dos políticos comuns – que só possuem boas intenções – porque ele é honesto, porque combateu a corrupção na Previdência Social, cobrando os sonegadores e não desperdiçando o dinheiro público em gastos supérfluos, em obras faraônicas que visassem somente sua promoção política, mas aplicando os recursos públicos em benefício dos aposentados. Como já foi dito anteriormente, a imagem da classe política, neste momento em especial, estava fortemente ligada à corrupção fazendo a questão da lisura, da honestidade uma qualidade rara de ser associada a um homem público.

“Quando aceitei o convite para ser ministro da Previdência Social, muitos amigos meus perguntaram se não era um erro, afinal a Previdência era o símbolo de tudo o que pode haver de ruim em matéria de administração pública:

²Colocando-se como administrador competente e com propostas concretas, Britto busca diferenciar-se principalmente de Olívio Dutra, seu mais forte adversário na disputa pelo Palácio Piratini. Ao mesmo tempo que constrói sua imagem de eficiente administrador, Britto desqualifica Olívio, identificando-o como político “enrolador”, sem propostas concretas, sem “idéias” para o desenvolvimento do Estado. Para Britto Olívio até tem boas intenções, mas lhe falta competência, experiência e aliados políticos. Esse aspecto será melhor analisado quando tratarmos do segundo turno das eleições de 1994.

*aposentados por todos os lados querendo receber e ministros fugindo da polícia dizendo que não tinham dinheiro para pagar. Eu aceitei primeiro porque se a vida inteira tinha defendido algumas idéias sobre previdência, não iria fugir na hora de colocá-las em prática, segundo, porque sempre acreditei que apesar das dificuldades, qualquer governo administrado com **honestidade e eficiência** pode funcionar melhor, funcionar em favor das pessoas.” (Britto, 10/08/94)*

“Para fazer a Previdência funcionar Britto cancelou 800 mil benefícios irregulares, enfrentou os sonegadores indiciando 610 empresários, demitiu 200 maus funcionários, cortou 200 milhões de dólares em despesas e privilégios. Britto faz e vai fazer ainda mais pelo Rio Grande”. (em off, 19/08/94)

Eficiência administrativa e honestidade são, portanto, qualidades que Britto reivindica para si a partir do que realizou na Previdência Social e é o que falta para o governo do Rio Grande do Sul “funcionar melhor”, superando assim seus problemas.

Cabe dizer ainda que a questão da moralização, da honestidade, da competência como requisitos fundamentais para uma administração pública eficiente e de Britto como portador dessas qualidades, perpassam toda a propaganda eleitoral, tanto no primeiro como no segundo turno, através de vinhetas anunciando que: “*Britto sabe fazer*” (frase que geralmente segue lista de realizações na Previdência Social e propostas para o Estado em diversas áreas) e também através de jingles, como “*Britto, Britto/ O Brasil sabe o que ele fez/ O Brasil sabe o que ele faz/ Britto é honesto e capaz*”.

Especificando o que seria a má administração do governo do Rio Grande do Sul, que estaria impedindo seu desenvolvimento, Britto aponta o gerenciamento da receita do Estado. Através da interpretação de índices (gráficos Despesa/Receita), Britto identifica tecnicamente o que seria um dos principais problemas a ser enfrentado, o déficit orçamentário do Estado. Simultaneamente à identificação desse problema, Britto apresenta soluções pontuais e ditas viáveis, onde o governo

desempenharia um papel quase empresarial na cobrança de dívidas, aplicação de recursos com eficiência e busca de parceria com o setor privado:

“Não seria candidato a governador do estado se não me sentisse em condições de junto com a sociedade do Rio Grande do Sul enfrentar o desafio. Desafio de fazer com que o governo funcione melhor e funcionando melhor, permita que os gaúchos vivam melhor. Para isto temos que enfrentar a realidade do estado, enfrentar e mudar. A realidade é esta³: o Rio Grande, onde se trabalha muito e se produz muito, deixa poucos recursos para o governo do Estado, quase 3 bilhões e este dinheiro é gasto principalmente com pessoal, apesar do pessoal ganhar mal, no pagamento das dívidas, nas despesas comuns de administração, sobrando muito pouco para o que mais interessa à população: estradas, escolas, hospitais, desenvolvimento. Mas como alterar este quadro? Há quatro caminhos a percorrer na minha opinião: o primeiro é gastar menos, economizar cada centavo e combater qualquer desperdício. O segundo é gastar melhor, aplicar com cuidado, com inteligência cada centavo naquilo que realmente interessa ao Rio Grande. O terceiro caminho, arrecadar mais, com os mesmos impostos, mas com mais eficiência e com um combate duro à sonegação é possível sim ampliar os recursos. E o quarto caminho, a busca de novos parceiros, o Rio Grande com projetos inteligentes e com um governo que se afirme na defesa dos interesses pode recuperar prestígio junto ao governo federal e pode, acima de tudo, buscar parceiros na iniciativa privada nacional e internacional. Estes caminhos são possíveis e o Rio Grande merece que o governo parta para caminhar por aí construindo condições novas para o desenvolvimento do Rio Grande e uma vida melhor para os gaúchos.” (Britto, 10/08/94)

Destaca-se que Britto não relaciona o problema da falta de recursos disponíveis à pouca produção, mais uma vez, a exemplo do que já foi mostrado em fragmentos anteriormente transcritos nesse capítulo, deixa claro que o Rio Grande do Sul é um estado que produz muito, que trabalha muito, mas que apesar disto não está progredindo. A falta de desenvolvimento é apresentada como decorrente de um mau gerenciamento da receita orçamentária, onde o governo não aplicaria os recursos

³ Britto mostra Gráfico Receitas/Despesas do Estado onde a fonte indicada é a Secretaria da Fazenda do Estado. Receitas: Imposto (ICMS)54,5%; Fundos de Liquidez 16,3%; Outros 15%; Transferências

preferencialmente nas áreas que poderiam gerar desenvolvimento, ou seja, não gasta adequadamente os recursos que possui, que são poucos e devem ter sua arrecadação ampliada. A folha de pagamento, principal item da despesa no orçamento, é o exemplo apresentado de que as finanças não são bem geridas, de que o Estado não “sabe gastar com inteligência”, já que são destinados para o pagamento de pessoal um percentual muito maior do que é aplicado em estradas, energia, saúde, educação. Em outras palavras, fica implícito que o pagamento dos salários dos funcionários é um gasto que impede de sobrar dinheiro para investimentos naquilo que “mais interessa à população”. As discussões que começaram a se dar na sociedade brasileira, principalmente a partir do Governo Collor, sobre privatizações, reforma do estado, enxugamento da máquina pública, caça “aos marajás”, tornava atual o discurso de que o Estado – em todas as esferas governamentais- não tem dinheiro porque gasta demais com o funcionalismo⁴. Britto diz que é preciso inverter a situação, mas não menciona como solução o enxugamento da folha de pagamento, fazendo a ressalva de que reconhece que a maioria dos funcionários ganha mal. Dessa forma, mesmo colocando que a maior despesa do orçamento devesse ser em investimentos na infra-estrutura estadual e não com a folha de pagamento, como ocorre, Britto não se descompatibiliza com o funcionalismo, falando em privatização e demissão de funcionários.

A saída apontada por Britto para inverter a situação atual é administrar o caixa do Estado com austeridade, cortando gastos desnecessários, além de ampliar a arrecadação de recursos através do combate à corrupção, onde o governo deve fazer

da União 14,2%. Restam 2,9 bilhões de dólares para as despesas: Pessoal 65%; Pagamento da dívida 12%; Manutenção 12%; Investimentos 11%.

⁴ Embora o Rio Grande do Sul estivesse com a despesa do funcionalismo dentro do limite estabelecido no Artigo 38 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, ou seja, 65% da receita corrente.

aplicar a lei, punindo e cobrando os sonegadores. Dessa forma, entende-se que a receita não é suficiente não porque existam poucos impostos e tributos, já que a solução apontada não inclui a necessidade de aumento do número de impostos, mas porque há falha na administração, porque o governo é incompetente e/ou negligente na cobrança dos sonegadores. Dessa forma, Britto faz uma crítica ao governo atual do Rio Grande do Sul, acusando-o de incompetente no combate à sonegação, o que reflete na falta de investimentos na infra-estrutura do Estado, mas isso é feito sem um confronto direto com o governo Collares. Britto, apesar de mencionar a necessidade de moralização na administração pública, não ataca, não acusa de corrupto o atual governo, encaminhando a discussão para o nível técnico.

Ao longo da propaganda eleitoral, freqüentemente Britto ressalta que na Previdência também enfrentou problemas financeiros e que foi capaz de resolvê-los com medidas semelhantes as que propõem para equilibrar o orçamento do Rio Grande do Sul:

“Quando assumi o Ministério da Previdência Social encontrei uma conta para pagar praticamente do mesmo tamanho da dívida do governo do Estado do Rio Grande do Sul. E me perguntavam muito como ia fazer, disse que ia fazer do jeito mais simples e mais eficiente possível: cortando despesas inúteis e cobrando cada centavo que fosse devido à Previdência. Cobramos dos Clubes de Futebol, das Prefeituras, dos Governos Estaduais, das empresas privadas, todos tiveram que pagar. Eu gostava de dizer: “é preciso que todos paguem a Previdência para que a Previdência pague aquilo que deve a todos.” No governo do Estado o esforço é o mesmo. Há sim espaço para aumentar a arrecadação, com medidas simples, mas acima de tudo, com uma atitude simples, a atitude de buscar cada centavo que seja devido ao governo, porque na verdade são centavos devidos às escolas, aos hospitais, aos empregos e ao desenvolvimento do Rio Grande.” (Britto, 24/08/94)

Novamente sua atuação enquanto ministro é referida para construir a imagem de administrador capaz de resolver os problemas do Rio Grande do Sul, no caso, os

problemas financeiros, colocando como possível a retomada do nosso desenvolvimento. Isto é, Britto está preparado para assumir os problemas do governo do estado porque já enfrentou problemas semelhantes na Previdência Social, órgão que encontrou endividado e que deixou sanado após sua competente gestão. Tem experiência porque já geriu com eficiência um orçamento muito maior do que o do Rio Grande do Sul, tem propostas concretas para aumentar a sua arrecadação:

“(...)Administrou um orçamento oito vezes maior do que o do Estado do Rio Grande. Competente botou ordem na Previdência, demitiu corruptos, combateu a fraude e a sonegação e aumentou a arrecadação em 3 bilhões de dólares. Britto fez e está preparado para governar o Rio Grande.”(em Off)

Entretanto, para aumentar a arrecadação do tesouro do Estado, além de enfrentar sonegadores estabelecendo parceria entre a fiscalização do Estado e das Prefeituras, Britto também menciona a necessidade de estabelecer uma justiça tributária em relação aos impostos federais. No programa do dia 24/08/94 aparece a proposta de: *“Lutar pela reforma tributária, trazer de volta para o Rio Grande o dinheiro dos impostos federais que fica em Brasília.”(off)*. Assim, além do mau gerenciamento do governo, a falta de recursos, que leva ao empobrecimento gaúcho, também é responsabilidade do governo federal que retém em Brasília a riqueza produzida aqui no Rio Grande do Sul, não repassando as verbas geradas pelos impostos federais. Encontra-se presente aqui a noção que, de alguma forma, o Rio Grande do Sul é injustiçado pelo governo federal, mas essa idéia da discriminação⁵,

⁵ O sentimento de marginalização política e econômica que o Rio Grande do Sul sofreria pelo governo federal, não atendendo a seus interesses, é bem claramente expresso nos discursos dos candidatos a senadores. Frequentemente na campanha de 1994, o candidato ao Senado do PMDB, César Schirmer reclamou que o Rio Grande do Sul recebia menos recursos federais do que outros estados. *“Meus amigos, o Rio Grande é o maior produtor agrícola do país, é o segundo estado exportador, teve o maior crescimento industrial em 93, gera muitas riquezas e paga muitos impostos à União Federal. Há muito tempo o Rio Grande dá muito ao Brasil e recebe pouco. Nosso estado, de tanto pensar no Brasil esqueceu-se de pensar em si. Por isso, não quero ser senador do Brasil, quero ser senador do*

assim como a possibilidade de sua reversão, não é muito explorada por Britto durante o primeiro turno, sendo enunciada mais claramente no segundo turno das eleições estaduais. A discriminação do estado gaúcho não é significada como um antagonismo político, uma oposição, um afastamento entre o candidato Britto e o governo federal. Pelo contrário, o que percebemos ao longo da propaganda no primeiro turno, é o esforço de Britto em mostrar ao eleitor seu elo com Brasília, sua intimidade com o Presidente Itamar Franco, do qual foi ministro durante um ano e dois meses. Há uma manifestação de Pedro Simon sobre o apoio que Britto teria recebido para ser candidato à presidência da República que ressalta a admiração do presidente Itamar Franco por Britto:

“(...) Há alguns meses, festejado como Ministro da Previdência, do Brasil inteiro recebestes apelos para ser candidato à Presidência da República. Eu mesmo fui testemunha, lá no Palácio do Planalto, do desejo que expressou o próprio Presidente Itamar Franco ao dizer que

Rio Grande, para o Rio Grande. Tenha certeza que vou dedicar o melhor da minha energia, da minha experiência para que o seu interesse, o da sua cidade, da sua região e o interesse do nosso Estado não sejam esquecidos ou prejudicados.” Schirmer, programa eleitoral do dia 02/08/94. Neste mesmo dia, outro candidato ao Senado, Aldo Pinto do PDT, afirmava que: *“lá no Senado da República, com o vosso voto, terei oportunidade de dar uma contribuição decisiva para acabar com essa discriminação odiosa em relação aos interesses do nosso Estado”*. *“Meus amigos, o Rio Grande produz 8% da riqueza nacional, mas no orçamento fica com menos de 1%. Entre todos os estados brasileiros, é o que menos recebe recursos federais. As riquezas que aqui geramos com o nosso trabalho precisam render aos gaúchos mais investimentos federais e isto significa desenvolvimento, empregos e melhores condições de vida. Como senador quero usar toda a minha experiência para garantir ao povo gaúcho o que tem sido negado pelo governo federal.”* Schirmer, programa 08/08/94. A tônica da discriminação continua no programa do dia 10/08/94: *“Meus amigos, o governo federal está negociando com o Banco Mundial um empréstimo para melhoria das estradas federais em São Paulo, Minas, Paraná e Santa Catarina (aparece manchete de jornal: “Ministro não inclui estado nos pedidos de verbas ao BIRD (...) inúmeras obras, nenhuma delas contempla o Rio Grande do Sul). Para o Rio Grande nada. No Ministério da Integração Regional, 60% dos recursos são destinados para o Ceará e Minas Gerais. Para o Rio Grande nada. Esta discriminação tem que acabar e é por isso que não quero ser senador do Brasil, quero sim ser senador do Rio Grande, para o Rio Grande”*. *“O Rio Grande tem uma tradição federalista que vem desde a Revolução Farroupilha. Os farrapos lutaram durante dez anos contra as injustiças cometidas pelo império ao Rio Grande. Não podemos esquecer os valores que os farrapos defenderam com a própria vida. Hoje temos outras armas, com ações e argumentos lutamos pela verdadeira federação, por mais poderes aos estados e municípios para que a riqueza que aqui produzimos não se perca em Brasília, mas retorne em desenvolvimento e melhores condições de vida para todos os gaúchos.”* Schirmer, programa do dia 19/09/94. Em muitos outros pronunciamentos Schirmer e os demais candidatos ao senado em 1994, queixam-se que o Rio Grande do Sul é um estado discriminado pelo poder central, mas não foram aqui transcritos para não alongar demasiadamente essa observação.

serias um candidato capaz de reunir grande consenso nacional a tua volta.” (Pedro Simon, 21/08/94)

Essa identificação de Britto como um político que possui grande prestígio nacional, reconhecido por todo o Brasil não sendo apenas uma liderança regional é bastante destacada durante o primeiro turno:

“Para ser governador do Rio Grande o candidato precisa ter prestígio em Brasília. Britto tem. O governador do Rio Grande precisa ser conhecido em todo o Brasil. Britto é tão conhecido que brasileiros de todos os estados queriam votar nele para presidente. O governador do Rio Grande precisa ser competente. Britto tem 15 milhões de atestado de competência, os aposentados do Brasil.” (em off, 05/08/94)

A associação de Britto a prestígio nacional, liderança e competência, itens apresentados como fundamentais para governar o Rio Grande do Sul, também é feita equiparando-o a outros políticos nacionalmente conhecidos e que concorriam ao cargo de governador em outros estados brasileiros:

*“Em todos os estados os eleitores estão escolhendo candidatos que tem **prestígio nacional, competência e experiência** [grifo nosso] comprovada. Jaime Lerner no Paraná; Mário Covas em São Paulo; Tasso Jereissati no Ceará; Miguel Arraes em Pernambuco. O Rio Grande tem um nome à altura: Britto governador.”* (em off, 25/29/94)

Britto é identificado, portanto, como homem público importante, reconhecido no cenário político brasileiro. Essa visibilidade nacional lhe foi conferida através, principalmente, de dois fatos: por ter sido porta-voz do Presidente Tancredo Neves, num momento de grande comoção nacional e por ter sido Ministro da Previdência Social. Definindo-se como uma liderança conhecida e admirada por todo o Brasil, devido a sua atuação política e competência, Britto coloca-se como capaz de, enquanto governador, trazer de volta ao Rio Grande do Sul o prestígio político e força junto ao governo federal. Apresenta-se como o candidato mais preparado para reverter a marginalização do Rio Grande do Sul, significada como injustiça

tributária, já que não é oposição ao atual governo federal, podendo buscar benefícios para o estado gaúcho. Assim, podemos entender que o tratamento desigual que o Rio Grande do Sul recebe do governo federal, é atribuído no discurso de Britto, à falta de prestígio político do governo estadual em Brasília. Este livre trânsito em Brasília que Britto diz possuir é o que, segundo ele, tem garantido algumas vantagens para o Rio Grande do Sul. Isto é, o Rio Grande do Sul só tem tido acesso ao governo federal pela intermediação de políticos do PMDB e de Britto em especial, que através de seu prestígio consegue defender os interesses do Rio Grande do Sul, obtendo verbas que muitas vezes são aplicadas em obras promovidas por outros partidos políticos, como é o caso da reforma do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre. Britto diz que essa obra propagandeada como sendo uma obra da administração de Olívio Dutra, quando prefeito de Porto Alegre, na verdade só foi possível porque houve a intermediação do PMDB junto ao governo federal, sendo Britto, que na época era deputado federal, quem lutou em Brasília para conseguir a verba necessária que beneficiou a saúde dos porto-alegrenses. Assim, Britto mostra que é ele que possui força junto ao governo federal para obter verbas para o Rio Grande do Sul, acabando com a discriminação, pois já fez isso, e não Olívio Dutra, seu principal adversário na disputa pelo governo do estado. Deve-se lembrar que o mandato de prefeito da capital é a referência de Olívio Dutra nesta campanha eleitoral para construir sua imagem de bom administrador. Britto busca desconstruir essa imagem colocando-se como o responsável pela obtenção de recursos que possibilitaram a execução de algumas das principais obras do governo Olívio Dutra, como é o caso da citada recuperação do Hospital de Pronto Socorro.

“(...)Como deputado [Britto] lutou para trazer verbas federais para o Pronto Socorro Zona Norte e HPS de Porto

Alegre (foto de Olívio quando prefeito com Simon). Como Ministro cedeu terreno da Previdência para a criação do Centro e Atendimento Múltiplo na capital do Estado “(foto de Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre com Britto assinando a cessão do terreno do INSS). (em off, 21/09/94)

No programa do dia 19/08 fica bem claro que o diálogo entre o Rio Grande do Sul e o governo federal ocorre através de políticos do PMDB, atribuindo a eles o acesso ao Presidente da República e as vantagens que o estado possa receber, como a então recente negociação da dívida do Estado, considerada no discurso de campanha como uma vitória resultante do trabalho dos senadores Pedro Simon e José Fogaça:

“Boas notícias para um Rio Grande mais forte:

- 12 de agosto: Simon ajuda Porto Alegre. O Senador Pedro Simon marcou a audiência do prefeito Tarso Genro com o Presidente Itamar Franco para a Prefeitura de Porto Alegre conseguir verbas para melhorar o transporte coletivo municipal.

- 17/agosto: Fogaça e Simon trabalham pelo Rio Grande. Fogaça e Pedro Simon mobilizaram o Senado para aprovar a lei que rolou a dívida do Estado evitando a intervenção federal no Rio Grande do Sul.”

Há, dessa forma, a veiculação da idéia de que a voz do Rio Grande do Sul em Brasília, é a voz dos políticos do PMDB, e mesmo ocorrendo alguma forma de discriminação em relação ao nosso estado, somente um político com a força e o prestígio de Britto poderá conseguir reverter essa situação.

A ligação de Britto com o governo federal também manifesta-se na sua concordância com a política econômica através do pleno apoio ao Plano Real⁶. No programa do dia 14/08/94 ao ser perguntado se achava que o Plano Real daria certo, Britto respondeu:

⁶ O Plano Real foi a base da propaganda política do candidato à presidência da república Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, a quem o PMDB gaúcho apoiou. O discurso de Fernando Henrique de modernização e desenvolvimento brasileiro foi calcado no fim da inflação, atribuída ao Plano Real.

“Eu sempre torço contra a inflação e por isso esse plano econômico tem o meu apoio como qualquer iniciativa que queira derrubar a inflação e aumentar o emprego. Especificamente o Real, tem também uma outra característica, ele não é um plano qualquer, ele é um bom plano. Um plano que se a gente ajudar a vigiar, se o governo fizer a parte dele combatendo abusos e controlando as suas contas, eu não tenho dúvida, o Real pode abrir caminho para alguma coisa que nós todos sonhamos há tanto tempo: viver num país onde seja melhor produzir do que especular e onde quem queira trabalhar possa ter emprego.”

O Plano Real para Britto significava a inauguração de um novo momento brasileiro, sem inflação, momento que o Rio Grande do Sul deveria acompanhar e apoiar e não se isolar e combater.

Assim fica demonstrado que Britto, mesmo falando em injustiça tributária, não se coloca como oposição ao governo federal, afirmando seu apoio e necessidade de ligação a ele como forma de trazer os recursos necessários a recuperação do Rio Grande do Sul. É Britto quem tem as condições de tirar o Rio Grande do isolamento, devolvendo-lhe a força nacional que outrora já possuiu:

“O Rio Grande do Sul não pode ser um estado parado no tempo, isolado do mundo e do resto do país. Com Britto este estado ganha força nacional, fica mais forte e volta a ser o grande Rio Grande do Sul. Britto, por um Rio Grande unido e forte.” (em off, 19/08/94).

Pelo que foi apresentado até aqui, podemos concluir dizendo que no discurso eleitoral de Antônio Britto no primeiro turno de 1994, o Rio Grande do Sul é apresentado como um estado com dificuldades financeiras, isolado, parado no tempo, atrasado, que perde cada vez mais espaço econômico e político para outros estados da federação, como se estes não sofressem problemas como os do Rio Grande do Sul. A significação da crise do estado se dá, essencialmente, em torno da enunciação de duas perdas: uma é a perda da vitalidade econômica, do desenvolvimento do

estado e a outra é a perda do prestígio político rio-grandense no contexto nacional, tão destacado em períodos históricos anteriores.

As causas apontadas para essa situação de crise são a falta de investimento em infra-estrutura, decorrente da ineficiência administrativa do governo e também ao não repasse de verbas pelo governo federal. Diante disso, Britto, baseado em sua experiência ministerial, apresenta-se como o candidato com as condições de resolver os problemas do Rio Grande do Sul, constituindo-se como um administrador competente, que organiza, que gerencia, que faz o governo funcionar, e como um político honesto. Dessa forma, Britto coloca-se como um político diferente do “tradicional”, não identificado com inércia da coisa pública e à corrupção. Também apresenta-se como o melhor candidato por ser conhecido nacionalmente, por ter prestígio em Brasília, o que traria vantagens ao Rio Grande do Sul na busca de recursos.

2.2- 2º Turno: a recuperação e o discurso da unidade com o Governo Federal

No discurso da campanha eleitoral de Antônio Britto no segundo turno continua sendo enunciada a necessidade da recuperação do Rio Grande do Sul e de Britto como o candidato que possui as condições para fazê-la, seja pela exaltação de sua eficiência administrativa, honestidade e prestígio nacional, seja pela sua ligação com o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, que aparece de modo explícito agora no segundo turno.

Nesse novo momento da campanha, a significação do Rio Grande do Sul como um estado decadente não é construída somente, como vinha sendo feito no

primeiro turno, através de um discurso de cunho técnico, onde a má administração do governo, a falta de eficiência na gestão financeira e no combate à corrupção eram as responsáveis pela crise que levava Britto a falar da necessidade de recuperação do estado gaúcho. Agora no segundo turno, além desses elementos, também se recorre ao passado do Rio Grande do Sul para falar da atual necessidade de sua recuperação. Há um resgate do passado - nunca situado com exatidão em termos cronológicos, mas que é sempre um tempo passado - e dos valores nele forjados (liberdade, coragem, justiça), sendo o momento atual constantemente comparado com este tempo em que o Rio Grande do Sul era rico, importante, em que ocupava uma posição de destaque na cena nacional, enfim, em que era motivo de orgulho para todos os gaúchos. Assim, ao relembrar este passado de glórias onde o Rio Grande do Sul é identificado como um estado grande, define-se o que somos hoje, um estado em crise, em decadência e que precisa ser recuperado naquilo que lhe foi roubado: pujança econômica e prestígio político nacional.

“É impossível olhar para o passado do Rio Grande e não sentir orgulho da nossa história, dos nossos heróis. Heróis anônimos, como os nossos avós, que construíram um Estado onde havia oportunidade para todos, boas escolas, bons hospitais. Heróis, gente famosa que o Brasil passou a respeitar como Getúlio Vargas, Pasqualini, Érico Veríssimo e tantos outros que nós acabamos de homenagear. A minha pergunta a vocês, de gaúcho para gaúcho é se vamos ficar satisfeitos, se vamos ficar quietos sabendo que o nosso passado foi melhor que o nosso presente, se vamos aceitar quietos que a herança desses gaúchos do passado vá sendo destruída enquanto outros Estados passam a frente da gente. Eu não aceito que o Rio Grande se transforme num Estado que só se alegra quando olha para o passado. Esse é o nosso desafio, passar à história do Rio Grande como uma geração de gaúchos que desperdiçou o que recebeu e não soube preparar o futuro ou, passar à história do Rio Grande como uma geração de gaúchos que foi capaz de retomar o projeto de um grande Estado antes que seja tarde. Continuamos podendo ser grandes, merecemos ser grandes. A maior emoção que eu vivi nessa campanha, foi sentir no mais pobre dos municípios, no mais abandonado dos

gaúchos essa vontade tão nossa de lutar para voltar a crescer. Nós estamos prontos para isso (...)”(Britto, 05/11/94)

No fragmento acima está explícito que na construção da idéia da necessidade de recuperação do Rio Grande do Sul, o discurso recorre a um passado de glórias do estado gaúcho. Isto é, o discurso eleitoral de Britto constrói um passado glorioso para dar sentido ao discurso presente de recuperar o Rio Grande do Sul.

Além disso, a possibilidade de recuperação é apresentada como viável porque a população do Rio Grande do Sul tem vontade de lutar, tem coragem, porque se deseja, acima de tudo, recuperar o orgulho de ser gaúcho, de pertencer ao melhor estado do Brasil. O projeto de Britto é recuperar o que fomos no passado, recuperar esse passado glorioso por ele definido e que encontra-se ofuscado pelas dificuldades atuais. A luta é para recolocar o estado numa posição de liderança nacional, assim, repetidas vezes o discurso eleitoral enuncia que o nosso destino é ser grande, que o nosso destino é ser o melhor estado do país, porque nossa história, glorificada discursivamente, nos fez diferente dos demais estados, nos formou um povo lutador, que não se conforma com o fracasso e com a falta de justiça.

“Nenhum estado do Brasil tem uma história tão bonita quanto a do Rio Grande. Aqui se escreveram páginas de luta e de glória, aqui se defenderam as fronteiras do Brasil com garra e com sangue. O povo gaúcho é um povo libertário, guerreiro por natureza, não se curva a quem quer que seja. A história está chamando o Rio Grande mais uma vez, há um grito vibrando na garganta de todos nós, ele nos aponta o futuro. Temos tudo para ser o melhor estado do Brasil e estamos aí, marcando passo. Não vamos nos conformar com a discriminação do Rio Grande, não vamos nos conformar com a pobreza, queremos tratamento justo, queremos o que é nosso. Na história dos povos como na vida das pessoas, existem momentos em que o destino bate à nossa porta, aí a gente tem que decidir: se quer deixar entrar no tempo novo ou se preferimos continuar isolados, esquecidos e marcando passo.” (em off, 02/11/94)

A nossa história nos legou valores superiores, somos um povo guerreiro, lutador, libertário. Isso nos faz “merecer” ser o melhor estado do Brasil. Aqui aparece a idéia de que somos diferentes do resto do Brasil, diferentes porque melhores. Dessa forma, a recorrência a um passado bom, não evidencia somente a nossa decadência no presente, mas serve também para destacar os valores do povo gaúcho, identificando-o como diferente e melhor do que os demais brasileiros. Aquilo que nos diferencia é o que nos possibilita ser melhor, qual seja, a “garra”, a força de lutar, a vontade de trabalhar, são essas qualidades atribuídas ao povo gaúcho no discurso de Britto, que irão recolocar o Rio Grande do Sul numa posição de destaque nacional:

“Olhando pra cada uma e pra cada um de vocês, às vezes nos lugares mais pobres, às vezes com as pessoas de maior dificuldade, eu aprendi que este estado tem alguma coisa que eu não sei se existe em outro lugar do Brasil. Tem vontade, tem uma garra, tem uma gana, como se diz na fronteira, de crescer, de acontecer, de se fazer melhor e mais feliz.” (Britto, 12/11/94)

Mas além desta predestinação em sermos o melhor estado do país⁷ porque possuímos mais vontade de lutar, mais “garra”, mais orgulho do que os demais brasileiros, também podemos retomar o caminho do crescimento e do reconhecimento nacional porque possuímos um candidato que além de vontade, tem condições de fazer isso acontecer através da sua competência administrativa e do seu prestígio nacional – pontos já bastante trabalhados na construção da imagem de Britto no primeiro turno dessa campanha eleitoral – . O discurso ressalta a diferença entre ter intenções e ter condições, afirmando Britto como o candidato mais

⁷ O jingle cantado em quase todos os programas do segundo turno alude às características do gaúcho como um povo corajoso e que o Rio Grande do Sul deve ser o melhor estado do país: *“Um grande povo/ de grande coragem/ merece um grande caminho/ o velho sonho de um grande futuro*

preparado para governar o Rio Grande do Sul, pois não tem somente boa vontade, mas capacidade. Britto, coloca-se como aquele que sabe lutar: “*a história do Rio Grande nos ensina que sem luta não se constrói nada, mas a mesma história nos diz que não basta lutar, é preciso saber lutar*” (Britto, 05/11/94). Esse é seu principal argumento para pedir o voto do eleitor, como percebemos em sua fala no último programa eleitoral, no dia 12 de novembro:

“Dentro de três dias vocês decidirão qual o melhor caminho, qual o melhor candidato para construir este estado. Tenho a satisfação de dizer que ao longo da campanha eleitoral, procurei com a franqueza de gaúcho, mostrar o que penso, mostrar as condições, mostrar como desejo fazer o governo do estado. Todos sabem exatamente o que quero e o que não quero fazer. E o que digo aos eleitores é que desejo que haja a melhor decisão possível, uma decisão que não compare apenas as intenções, mas que compare, acima de tudo, as condições para que possamos realizar este projeto de recuperar o Rio Grande, de sacudir o Rio Grande, devolvendo-lhe prestígio político e traduzindo este prestígio em melhor qualidade de vida.”
(Britto, 12/11/94)

Mas quais são as “condições” que o futuro governador do Rio Grande do Sul deve possuir para recuperar o estado? Evidentemente são aquelas que desde o primeiro turno Britto reivindica para si: competência administrativa, honestidade, prestígio nacional. Qualidades construídas a partir, principalmente, da sua atuação como Ministro da Previdência Social, conforme já foi exposto no item anterior. Porém, agora no segundo turno, “ter condições” para realizar um bom governo e superar a crise do Rio Grande do Sul, também inclui possuir muitos aliados políticos dentro do estado e, principalmente, no governo federal.

Assim sendo, os programas no segundo turno com frequência mencionam os apoios que Britto recebe de lideranças políticas pertencentes a outros partidos que

(...)/levanta meu Rio Grande/ Pois grande teu nome já diz/ vamos fazer deste estado guerreiro/o maior deste país.”

não integravam a coligação *Movimento Rio Grande Unido e Forte* e que podiam pertencer, inclusive, a partidos que apoiavam a Frente Popular no segundo turno, como foi o caso de Jaime Lerner do PDT, que declarou seu apoio a Britto, enquanto Leonel Brizola, liderança nacional deste partido, apoiava Olívio Dutra:

“Sem dúvida, o melhor nome é o de Antônio Britto e sua eleição é fundamental não só para o Rio Grande do Sul, mas para todo o Brasil.” (Jaime Lerner).

“Fiquei muito satisfeito com a vinda a Porto Alegre de Jaime Lerner e com o apoio dele à minha candidatura, porque Lerner é o governador eleito do Paraná, porque Lerner é um dos principais líderes nacionais do PDT. Mas acima de tudo, porque Lerner é um dos políticos que o Brasil admira, um político que faz, um político competente, um exemplo do governo que queremos construir aqui no Rio Grande.” (Britto, 08/11/94)

O apoio de lideranças nacionais de partidos fora da coligação Movimento Rio Grande Unido e Forte, bem como o apoio de lideranças políticas gaúchas de diversos partidos criam a idéia de que a luta pelo desenvolvimento do Rio Grande do Sul deveria superar as divergências partidárias e que Britto está acima destas disputas, sendo o candidato da unidade, aquele capaz de congregar em torno de si, diferentes posições políticas em nome da recuperação do Rio Grande do Sul.

“O Rio Grande se une e apoia Britto. Ontem foi a vez do PPR recomendar o voto em Britto no dia 15 de novembro. As mais importantes lideranças do partido já disseram que votam em Britto (foto de Celso Bernardi e Guilherme Villela). Também o PFL e maioria absoluta das lideranças do PTB vão votar em Britto. Mais de 60 prefeitos do PDT já manifestaram o seu apoio ao melhor candidato.” (em off, 28/10/94)

“O Rio Grande precisa de um governo que seja capaz de unir o povo gaúcho e sempre que os gaúchos se unem conseguem as coisas. Britto governador, o Rio Grande só tem a ganhar.” (em off, 31/10/94)

A construção da idéia de que Britto é o candidato que promove a união do Rio Grande do Sul baseia-se, principalmente, nos apoios de prefeitos de vários

municípios gaúchos. Ao longo da campanha no segundo turno, os programas veiculam os apoios como sendo de gaúchos que “acima dos partidos” lutam pela união do Rio Grande. Isso atua na diminuição da importância da questão política/ideológica, centrando a campanha eleitoral mais na figura do candidato:

“Neste segundo turno Britto já visitou mais de 30 cidades e em todas elas viu a certeza de que no dia 15 de novembro os gaúchos vão dizer sim à proposta de fazer do Rio Grande o melhor Estado do Brasil. Britto recebeu o apoio de mais de 300 prefeitos de todo o Rio Grande, todos unidos para levar Britto à vitória. Com Britto o Rio Grande só tem a ganhar.”
(em off, 30/10/94)

“(...)Agora já são 333 prefeitos que apoiam Britto, além dos prefeitos do PMDB, PSDB e do PL, 68 prefeitos do PDT, 13 do PTB, 68 prefeitos do PPR e 11 prefeitos do PFL apoiam Britto.” (off, 06/11/94)

Dessa forma, citando as adesões a sua candidatura da maioria dos prefeitos dos municípios do estado, Britto coloca-se como o candidato mais preparado para governar o Rio Grande, porque possui mais aliados políticos do que seu adversário. Assim, o discurso que constrói Britto como o candidato que une, que agrega, concomitantemente identifica Olívio Dutra como o candidato que divide, que radicaliza, que tem projeto de governo apenas para uma parte do estado e não para todos os gaúchos:

“Existe uma candidatura que une parte do Rio Grande (a tela toda tomada pela cor vermelha). Existe uma candidatura que une todas as partes deste estado (vai abrindo e o vermelho que estava aparecendo é da bandeira do Rio Grande do Sul que ocupa toda a tela). Brito governador é o Rio Grande unido e forte.”(off, 12/11/94)

Identifica-se o candidato adversário como “radical”, inflexível em suas posições ideológicas, por isso isolado, sem apoio político mais amplo como Britto que representa, por sua vez, a unidade de todos dentro de um espectro político amplo,

a convergência de diferentes pensamentos político/ideológicos em nome do objetivo maior que é a recuperação do Rio Grande do Sul.

Portanto, o discurso que constrói Britto como o candidato que possui as condições enunciadas como necessárias para fazer um bom governo, ao mesmo tempo, desconstrói a imagem de Olívio Dutra como capaz disso:

“O dia 15 de novembro está chegando e o Rio Grande vai ter que decidir o seu futuro. Decidir se quer um candidato preparado, capaz de fazer o Rio Grande o polo de desenvolvimento do Mercosul e gerar milhares de novos empregos, ou se quer o candidato do PT, que pensa pequeno e não tem projeto estratégico para o futuro do Estado. Decidir se quer um candidato que une o Rio Grande, tem apoio de 300 prefeitos, da maioria da Assembléia Legislativa e tem força em Brasília, ou se quer o isolamento e o radicalismo do PT, sem apoio político no Rio Grande e no governo federal.” (01/11/94. Na tela da tv foto de Britto sorrindo simpaticamente e de Olívio “carrancudo”, enquanto se ouve o texto em off).

Olívio Dutra, portanto, é apresentado como aquele que não está qualificado para governar o Rio Grande do Sul, aquele que não possui “as condições” de fazer um bom governo e recuperar o estado, já que não tem projeto, não sabe administrar e, principalmente, porque não tem tantos aliados políticos quanto Britto. Olívio pode até ter vontade de fazer uma boa administração, mas não tem as condições para isso, pois não possui apoio político da maioria da Assembléia Legislativa e da maior parte dos prefeitos gaúchos. Além de não possuir esse apoio político interno, Olívio não possui aliados fora do Rio Grande do Sul, em Brasília, já que a Frente Popular faz oposição ao projeto apresentado pelo presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, ao qual Britto apoiou. Portanto, Olívio Dutra no discurso de Britto, representa, antes de tudo, o isolacionismo político, a falta de unidade interna e a falta de entrosamento do Rio Grande do Sul com o governo federal, o que resultaria na continuidade da crise gaúcha. A centralidade do discurso de Britto no segundo turno é exatamente

essa: a necessidade de entrosamento político do governo estadual com o federal. A afinidade política do futuro governador com o Presidente da República passa a ser considerada requisito fundamental para a recuperação do Rio Grande do Sul. Não possuir uma boa relação com Brasília significa o abandono do Rio Grande do Sul e a permanência de sua pobreza, de seu atraso em relação a outros estados da federação. Dessa forma, Britto projeta-se como o melhor candidato, o mais preparado para governar o Rio Grande, na medida em que foi ele quem apoiou Fernando Henrique e não Olívio Dutra, que lhe fez oposição apoiando o candidato de seu partido, Luís Inácio Lula da Silva. O apoio que Britto deu a Fernando Henrique lhe permite cobrar, exigir do governo federal, com mais autoridade os investimentos que o estado gaúcho necessita para sua recuperação. Num dos primeiros programas do segundo turno já aparece essa idéia da necessidade de ligação entre o candidato ao governo do Rio Grande do Sul e o Presidente da República e de Britto como mais qualificado ao cargo do que Olívio Dutra, pelo fato deste ser oposição a Fernando Henrique:

“Dentro de poucos dias o Rio Grande vai escolher o seu novo governador. Essa não é uma eleição como as outras, porque talvez nunca na nossa história os nossos problemas tenham sido tão grandes: municípios que não se desenvolvem por falta de estradas, de política agrícola, pessoas que sofrem por falta de emprego, de saúde, de segurança. Ao mesmo tempo, o Brasil está iniciando uma nova fase do seu desenvolvimento. Nós não temos, na minha opinião, o direito de deixar o Rio Grande fora desse momento brasileiro, temos que aproveitar a chance de crescer junto com os outros estados. Eu me recuso, como gaúcho, a ficar vendo Santa Catarina, Paraná, Ceará passando na frente da gente, ganhando os empregos e as empresas que estamos perdendo, oferecendo aos de lá a vida melhor que estamos tirando da nossa gente, enquanto isso o Rio Grande se desperdiçando. Vai chegando uma hora em que não sobram mais escolhas: ou nós conseguimos agora recuperar o prestígio político, cobrar os nossos direitos, trazer melhorias para o Rio Grande ou ficaremos para trás. Nesse momento eu digo para vocês com humildade, mas com firmeza, estou pronto e determinado a liderar este grande esforço para que o Rio Grande recupere

o seu papel no cenário nacional. Não se admite um governador do Rio Grande sem firmeza para lutar pelo que é nosso. Mas não basta só firmeza, é preciso ter, além da firmeza, experiência, competência, aliados. Fosse o Lula o presidente da República, e as coisas aqui talvez fossem diferentes. Não é, o presidente eleito chama-se Fernando Henrique a quem apoiei por convicção e até com alguns sacrifícios. Estou pronto para em nome dos gaúchos cobrar dele, cobrar de Brasília, cobrar do governo federal os direitos do Rio Grande e junto com vocês recuperar o prestígio, as obras e qualidades de vida que perdemos.”
(Britto,02/11/94)

Percebemos, portanto, que a solução da crise do Rio Grande do Sul será determinada pelo tipo de relacionamento estabelecido com o governo federal, que deverá ser de alinhamento político, de parceria para poder receber as “ferramentas” que irão alavancar o progresso do estado gaúcho. Assim, o discurso eleitoral passa a enfatizar o entrosamento entre Britto e Fernando Henrique, a intimidade que confere a Britto uma certa influência para poder cobrar, com sucesso, ações favoráveis do presidente em relação ao Rio Grande do Sul:

*“O quadro eleitoral começa a ficar mais claro, cada partido, cada liderança está definindo seu voto. Agora chega a sua hora, a hora do eleitor pensar no futuro do Rio Grande. Nós temos um projeto capaz de unir este estado e acertar o entrosamento com o governo federal. **Há muito tempo o Rio Grande do Sul está em descompasso com o governo federal e nós só temos perdido com isto e a hora é de colocar este Estado para funcionar.** A escolha do 15 de novembro não vai ser feita entre intenções. Eu acredito que o Olívio tenha boas intenções. Como eu, ele também deve querer resolver os problemas do povo do Rio Grande, como eu, ele também diz que vai priorizar as ações de governo para as pessoas ou os municípios mais pobres, para aqueles que mais precisam. Então em torno do que vai ser feita a escolha? O Rio Grande, no meu entendimento, vai decidir quem tem melhores condições neste momento para realizar aquelas intenções, projetos, o trabalho de liderar o Estado na recuperação do seu prestígio político e na retomada do seu desenvolvimento. É preciso, enfim, saber quem tem mais condições de exigir em nome do Rio Grande um tratamento justo por parte do governo federal. Isso não é pedir favor a amigo nenhum, é saber lutar, é ter competência em Brasília para lutar pelos nossos direitos, afinal, basta que tenhamos as ferramentas – estradas, pontes, política agrícola – que*

nós vamos fazer do Rio Grande o melhor Estado do Brasil.”
(Britto, 28/09/94)

A intimidade/livre acesso do governador do Rio Grande do Sul junto ao presidente da república é apresentada como algo muito importante para que o estado obtenha de Brasília os investimentos necessários a sua infra-estrutura. A ligação de Britto com o governo federal já transparecia na campanha eleitoral no primeiro turno, quando Britto mencionava a satisfação do então presidente Itamar Franco com sua administração no Ministério da Previdência e Assistência Social e do apoio que obteria de Itamar caso ele, Britto, se candidatasse à presidência da república. No segundo turno Britto continuou falando desse bom relacionamento com Itamar Franco, demonstrando possuir prestígio e influência junto ao presidente, mencionando, por exemplo, a obtenção com o Itamar do dinheiro para pagar um salário mínimo completo a todos os aposentados que recebiam apenas meio salário. Britto fala disso como uma conquista sua, um pedido seu que o presidente atendeu, personalizando a relação política:

“(...)Depois quando eu fui Ministro da Previdência, né, que tinha aquela guerra toda de 7 milhões de pessoas pra passar de meio pra um salário mínimo e que fui eu que consegui junto lá ao presidente Itamar as condições pra poder pagar aquele pessoal todo (...)” (Britto, 10/11/94)

Mas, certamente, é a partir da eleição de Fernando Henrique como presidente da república que Britto é identificado mais veementemente como aquele que pode estabelecer o entrosamento necessário ao progresso do Rio Grande do Sul, entre as esferas de poder estadual e federal, isso porque o apoio que Britto deu a Fernando Henrique no primeiro turno, é agora retribuído através do apoio do presidente à candidatura de Britto no 2º turno. Dessa forma, veicula-se a idéia da afinidade de interesses e projetos entre os dois políticos:

“O coordenador do governo de transição de Fernando Henrique, o gaúcho Paulo Renato Souza esteve ontem em Porto Alegre e destacou a afinidade entre as idéias de Britto e do presidente eleito: (em off)

“Há uma coincidência sobre o que é necessário realizar no Estado para que a economia gaúcha garanta sua maturidade.” (Paulo Renato, 28/10/94)

Um dos temas bastante explorados no sentido de mostrar que Britto e Fernando Henrique tem idéias semelhantes e que podem trabalhar juntos pelo desenvolvimento do Rio Grande do Sul é o Mercosul. Britto identifica o Mercosul como a grande oportunidade de aumentar o número de empregos no estado gaúcho, de valorizar a nossa produção e coloca-se como o candidato em condições de cobrar, de exigir do governo federal aquilo que falta ao nosso estado, apoio, investimentos na infra-estrutura para que o Rio Grande do Sul torne-se o pólo do Mercosul.

“O Rio Grande não pode, de jeito nenhum, perder o trem do Mercosul. Eu vejo, aliás, o Mercosul como o principal caminho que o Rio Grande tem para a curto prazo gerar milhares de novos empregos, especialmente no interior. Por isso, como governador quero cuidar pessoalmente do comando da política de integração gaúcha ao Mercosul (...). Vou exigir que o governo federal faça a sua parte, eu tenho dito que os produtos do Mercosul eles não podem atravessar a nado o Rio Uruguai e, aliás, se conseguissem, atolariam em alguma das nossas estradas. Se o governo federal acredita no Mercosul como tem dito o Presidente Fernando Henrique, será indispensável que nos ajude, que ajude o Rio Grande a conseguir novas pontes e mais estradas (...). O Mercosul já deu certo no discurso e na lei e começa agora a dar certo na prática. O que falta são obras de infra-estrutura e apoio do governo federal. O futuro do nosso estado depende do Mercosul. Nós faremos um governo que acredita e que lutará com competência e determinação pelos interesses do Rio Grande no Mercosul.” (Britto, 30/10/94)

As exigências, as cobranças que Britto promete fazer junto ao poder federal encontrarão respostas positivas, devido ao seu entrosamento com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que também considera importante o Mercosul e anuncia a necessidade de investimentos na infra-estrutura do Rio Grande do Sul, estado fronteiro com os demais países que compõe o bloco econômico. Nesse sentido, os

programas eleitorais no segundo turno, mostram o interesse de Fernando Henrique Cardoso pelo Mercosul.

“Com o Mercosul começa um novo tempo de desenvolvimento. A partir de janeiro caem as fronteiras alfandegárias entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Isso vai gerar mais empregos, novas indústrias e melhores salários. Pela importância de sua economia o Brasil vai ser o líder natural deste mercado. Fernando Henrique Cardoso na sua campanha eleitoral para a presidência⁸, garantiu que o Mercosul é prioridade para o Brasil. E na carta que enviou a Britto o Presidente disse⁹: “O Rio Grande tem todas as condições para fazer uma utilização estratégica do Mercosul, transformando-se em um pólo de desenvolvimento, e não apenas em um corredor de passagem.” (off, 30/10/94)

Portanto, é demonstrado que a eleição de um governador alinhado ao presidente da República, é melhor para o Rio Grande do Sul, através do Mercosul - questão que seria considerada estratégica para o futuro do estado, tanto por Britto, como por Fernando Henrique. A propaganda destaca o apoio do presidente Fernando Henrique em favor do nosso estado, buscando contato com Britto, mesmo antes desse ser eleito, consultando-o sobre o que é melhor para o Rio Grande do Sul. Os programas mostram o presidente recém eleito tomando medidas em relação ao Mercosul influenciado por sugestões do candidato Britto, o que evidenciaria a afinidade entre os dois políticos.

“O presidente eleito Fernando Henrique começa amanhã uma viagem aos países do Mercosul. Hoje ele fez questão de convidar Antônio Britto pra debater os temas de interesse do Rio Grande no Mercosul.” (em off, 01/11/94)

“O presidente eleito anunciou já ter determinado reformas no orçamento da União para incluir projetos que permitam ligar o sul do país ao resto do continente a fim de melhorar a infra-estrutura do Mercosul¹⁰. Também pretende usar

⁸ Aparecem cenas do programa eleitoral de Fernando Henrique, com os dizeres ao lado do mapa da região sul: “ligar o sul com os países do Mercosul por rodovias, ferrovias e hidrovias.”

⁹ Aparece a imagem de Fernando Henrique escrevendo uma carta para Britto, onde o que é dito em off, vai sendo mostrado na tela da tv simultaneamente.

¹⁰ Imagem do jornal “O Globo”, com a notícia anunciando a reforma no Orçamento da União.

nesses projetos de estradas, como a BR-101, a receita da privatização. Estas propostas foram levadas ao presidente eleito por Britto (foto de Britto ao lado de FHC passando alguns papéis) na última 4ª feira em Brasília (foto de Britto de mãos dadas com FHC, os dois sorrindo). É assim que se trabalha pelo Rio Grande.”(em off, 05/11/94)

As medidas que Fernando Henrique toma em favor dos interesses do Rio Grande do Sul no Mercosul, atendendo sugestões de Britto, mesmo antes deste ser eleito governador, evidenciariam a ligação entre os dois e a influência que Britto pode exercer sobre o presidente da República. Isso reforça a idéia de que Britto é o mais preparado para fazer um bom governo, pois é “*quem tem preparo, força e coragem para defender os interesses do Rio Grande*” (em off, 30/10/94), e não seu opositor Olívio Dutra:

“Pensem bem: dia 1º de janeiro de 1995 começa a operar oficialmente o Mercosul. Quem você acha que tem melhores condições de transformar o Rio Grande em pólo do Mercosul, Britto ou Olívio? Pense bem nisso na hora de votar.”

Trazer mais investimentos federais para o Rio Grande do Sul também significa acabar com a discriminação, o abandono do governo central em relação ao estado gaúcho.

O tema da discriminação do Rio Grande do Sul pelo governo federal, a idéia de que o estado gaúcho vai mal por culpa do governo central, como já foi indicado no item anterior, é recorrente no discurso político gaúcho¹¹ e tem muita força de

¹¹ A idéia da insatisfação com o governo federal e do preconceito de que o sul se coloca como vítima esteve presente na sociedade gaúcha um ano antes da campanha eleitoral, em 1993, através da proposta de Irton Marx de separatismo do sul, com o lançamento da República do Pampa, que divulgava a idéia de que os gaúchos viveriam melhor se o Rio Grande do Sul ficasse independente do Brasil. Não encontramos no discurso de Britto nenhuma manifestação em relação a questão do separatismo do sul, apenas estamos colocando de que a idéia da marginalização do sul pelo centro é algo que tem espaço de receptividade dentro do Rio Grande do Sul, já que muitas pessoas, na época, foram a favor do separatismo como solução aos problemas do estado. Conforme pesquisa divulgada pelo jornal Folha de São Paulo em 23 de maio de 1993, 32% da população de Porto Alegre eram favoráveis à separação. Outra pesquisa divulgada pela revista IstoÉ mostrou que na época, no Rio

mobilização, é algo que encontra espaço de receptividade na sociedade gaúcha. Britto não deixou de enunciar a questão da discriminação, entendida como falta de aplicação de recursos federais no Rio Grande do Sul, como uma das causas do nosso atraso e pobreza:

“O Rio Grande precisa de um governador que conheça os problemas do povo e que saiba como resolver esses problemas. Britto tem as melhores condições para melhorar a vida das pessoas desse Estado, tem prestígio e liderança para trazer mais investimentos, mais indústrias, mais empregos e garantir que o Rio Grande não vai ser mais discriminado pelo governo federal. Britto governador, o Rio Grande só tem a ganhar.”(Off, 01/11/1994).

“Todo mundo concorda que o Rio Grande é um estado discriminado pelo governo federal. Então pense bem: qual dos candidatos tem mais prestígio para conseguir trazer as verbas para o Estado? Britto ou Olívio?” (em off, 27/10/94).

Britto aponta o problema da discriminação, reconhece que ela existe e coloca-se como aquele que tem condições de reverter esse quadro, porque a discriminação não será solucionada através de oposição ao governo central, mas ao contrário, através do estabelecimento de uma parceria entre o Rio Grande do Sul e o governo federal. É essa ligação com o centro que irá possibilitar acabar com a discriminação e iniciar a nossa recuperação.

Em outras palavras, o tema da discriminação do Rio Grande do Sul é utilizado para justificar a proposta de alinhamento com o governo federal, pois para Britto não é fazendo oposição ao centro, como faz parte de nossa cultura política, que iremos resolver este problema tão antigo. Assim, a proposta para inverter esse quadro é modificar a forma de relacionamento com o governo federal, não oposição, mas alinhamento. O bom relacionamento de Britto com Fernando Henrique vai romper

Grande do Sul, 43,7% eram separatista e 41,8% eram partidários da união. Ver ANDRADE, Maunel Correia. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 170-171.

com o descompasso histórico entre o Rio Grande do Sul e o centro. Como Olívio Dutra representa oposição a Fernando Henrique, conseqüentemente representa a continuidade de uma postura política que levará a permanência da marginalização do Rio Grande do Sul pelo governo federal, o que significa isolacionismo e atraso.

A cena de encerramento do último programa eleitoral do Movimento Rio Grande Unido e Forte no dia 12 de novembro deixa bem claro a proposta de reforço da ligação do Rio Grande do Sul ao governo central. É mostrado um gaúcho a cavalo correndo em campo livre trazendo ao vento a bandeira do Rio Grande do Sul, surgindo depois um outro cavaleiro, também pilchado, portando a bandeira do Brasil e os dois passam a cavalgar lado a lado enquanto toca o jingle de campanha que diz: *“Vem aí um novo tempo/ Um Rio Grande Unido e Forte.”* Um tempo em que o Rio Grande do Sul deverá estar alinhado politicamente ao governo federal, rompendo com a discriminação histórica e sendo, por isso, um estado forte, o maior do país.

CAPÍTULO III

DISCURSO DE OLÍVIO DUTRA NAS ELEIÇÕES DE 1994

3.1- 1º Turno: a crise do Rio Grande do Sul e o *jeito petista de governar*

A campanha eleitoral de Olívio Dutra no primeiro turno de 1994 apresenta o Rio Grande do Sul enfrentando dificuldades na área da educação, saúde, agricultura, emprego, o que configuraria um quadro de crise econômica e social. Essa crise também é expressa na vultosa dívida do Rio Grande do Sul para com o governo federal, onde o pagamento dos juros esvaziaria os cofres do estado, impedindo o investimento e apoio aos pequenos produtores rurais, bem como a implementação de políticas de geração de emprego. Olívio Dutra em muitos programas denuncia a crise gaúcha, trazendo dados que a confirmam, mas pela análise da totalidade dos programas eleitorais da Frente Popular no primeiro turno, constata-se que o interesse maior - por falar mais sobre isso - não está em desenhar a crise atual do estado, mas em apontar os seus responsáveis, bem como em apresentar as propostas da Frente Popular para mudar essa situação. A partir disso o discurso de Olívio Dutra no primeiro turno estabelece um antagonismo entre a maneira dos partidos “tradicionalistas” e o “jeito petista” de governar.

No primeiro programa da propaganda eleitoral na televisão Olívio já aborda as questões que norteiam sua campanha, responsabilizando todos os partidos que já governaram o Rio Grande do Sul - que ele classifica de tradicionalistas - pela crise do Estado e apresentando como solução um modo de governar que inclui a participação da população na definição de políticas públicas. Portanto, Olívio em sua primeira

manifestação já admite uma crise no Rio Grande do Sul, aponta suas vítimas e seus responsáveis e fala do ponto central de seu projeto de governo:

“Prezado povo gaúcho, nesta nossa primeira conversa aqui do espaço eleitoral, eu poderia estar falando na crise que envolve o nosso Rio Grande do Sul, não estaria dizendo nenhuma novidade. A crise é profunda e as vítimas dessa crise são os pequenos produtores rurais, os micro, pequenos empresários, os trabalhadores das mais diferentes categorias, os assalariados. Os responsáveis por esta crise são os diferentes partidos que tem se sucedido no governo do Estado. Nós da Frente Popular, no entanto, sublinhamos aqui a garra, o esforço e a vontade do povo gaúcho de transformar esse quadro. Temos andado pelo Rio Grande a fora, nas cidades e no campo, e temos percebido que o povo se organiza e quer uma mudança séria e acha que essa mudança séria vai acontecer com a Frente Popular no governo. O povo participando, definindo políticas públicas na saúde, na educação, no saneamento, na moradia e na segurança pública. E o povo junto com o governo estimulando a micro, a pequena empresa, o pequeno produtor para gerarmos mais empregos de forma mais distribuída no mapa econômico e social do nosso Rio Grande.” (Olívio Dutra, 02/08/94)

A responsabilidade da crise, como está explicitada no fragmento acima, é atribuída aos governos anteriores do Rio Grande do Sul, pertencentes a partidos definidos como tradicionais. Tradicional é significado no discurso de Olívio Dutra como corrupto, autoritário, como elitista, porque são governos que geraram a exclusão social da maioria da população ao adotar medidas que beneficiaram uma parcela pequena, detentora do poder econômico. Conforme afirma a Frente Popular, não somente o Rio Grande do Sul, mas o Brasil tem sido governado por partidos que praticam a corrupção e a exclusão, o que explicaria o empobrecimento da sociedade brasileira. Políticos pertencentes a esses partidos - figuras antigas na arena política nacional e regional – são identificados por Olívio Dutra como os responsáveis pela crise que atinge o país inteiro.

“Tem gente que aposta no pior, tem gente que acha que este país nunca vai mudar, tem gente que faz qualquer coisa para manter as coisas do jeito que estão¹. Você conhece esta gente, eles governam este país há 30 anos e desmandam no Rio Grande do Sul há muito tempo². Agora eles estão fazendo qualquer negócio para continuar no poder³, querem ganhar a eleição na marra, querem fazer de conta que não tem nada a ver com a corrupção no orçamento, com o roubo na Previdência, com um estilo de administração que junta incompetência, autoritarismo e, volta e meia, termina em roubalheira”⁴. (em off, 18/09/94)

Olívio vincula o seu principal adversário ao governo do estado, Antônio Britto, bem como o candidato à presidência da república que este apoia, Fernando Henrique Cardoso, aos problemas nacionais e regionais, lembrando que estes não são oposição, mas que fizeram parte do governo do Presidente Itamar Franco. Assim define quem pertence ao campo da oposição na atual disputa ao governo do Rio Grande do Sul e à Presidência da República, que são as candidaturas da Frente Popular, enquanto que Fernando Henrique e Antônio Britto representam o continuísmo:

“Quem é que tem governado o Rio Grande e o Brasil nos últimos 12 anos? Quem hoje tá falando em priorizar a saúde, a educação, a infra-estrutura. Os candidatos oficiais: a nível federal o ex-ministro da Fazenda, a nível estadual o ex-ministro da Previdência. Quando falam em educação e saúde é como se eles não tivessem responsabilidade nenhuma com o sucateamento da saúde, da educação, da infra-estrutura do Rio Grande, do país. É como se estivessem na oposição, como se não estivessem no governo. Estas coisas o eleitor tem condições de comparar.” (Olívio, 18/09/94)

Entre todos os governos que o Rio Grande do Sul já teve o que a campanha de Olívio Dutra mais ataca, mais aponta erros, mais responsabiliza pela crise atual, é

¹ Fotos de Antônio Carlos Magalhães, Pedro Simon e Itamar Franco.

² Foto de Pedro Simon.

³ Aparece uma charge sobre o Plano Real e uma charge onde Britto está apagando um “grafiti” escrito: “*Quêrcia lá, Britto aqui!*”

⁴Fotos de Ibsen Pinheiro, João de Deus e Marcos Maciel

o de Pedro Simon⁵, do PMDB. Com frequência, durante o primeiro turno, a propaganda da Frente Popular veicula a idéia que o governador Pedro Simon, tendo oportunidade, nada fez para melhorar o Rio Grande do Sul, lembra principalmente que durante seu governo houve uma longa greve dos professores estaduais e que a reação a este movimento foi violenta⁶, tentado criar assim, uma imagem do PMDB como um partido que governa de forma autoritária, que não dialoga com o funcionalismo público. Uma outra questão também bastante criticada é a das estradas estaduais licitadas no governo Simon, que a propaganda da Frente Popular denomina de “*estradas de papel*”, por não terem sido construídas, denunciando que um governo que age dessa forma é corrupto, irresponsável, que não cumpre promessas. O governo Simon também é responsabilizado pela Frente Popular de ter aumentado a dívida do Rio Grande do Sul e de mentir para a população ao afirmar que as finanças do estado estavam sanadas.

“1990, ano de eleições. O governo do PMDB disse ao povo gaúcho que havia saneado as finanças do Estado e começou a prometer tudo que não havia feito em quatro anos⁷. Começaram aparecer anúncios de página inteira nos jornais mostrando as futuras estradas do Rio Grande, 28 licitações por mês. Nas eleições de 5 de outubro o governador Pedro Simon foi eleito senador por conta das obras prometidas. Dez dias depois o Secretário das Finanças confessou: o Estado estava em crise. O Tribunal de Contas constatou super faturamento, licitações irregulares, preços distorcidos e irresponsabilidade nas licitações das estradas⁸. Estradas necessárias, estradas prometidas, estradas eleitoreiras que

⁵ Pedro Simon foi eleito governador do Rio Grande do Sul em 1986, exercendo seu mandato entre 1987 e 1990.

⁶ A alusão à questão da greve do magistério durante o governo de Pedro Simon geralmente é feita com texto em off acompanhado de imagens de jornais da época onde aparecem professores na Praça da Matriz em Porto Alegre, na frente do Palácio Piratini com sinetas na mão e soldados da Brigada Militar reprimindo a manifestação.

⁷ Aparecem as manchetes de jornal “Guazzelli: Rio Grande do Sul não está falido nem vai falir”; “Finanças em dia, o ponto de partida”; “O Rio Grande do Sul é um Estado com suas finanças saneadas e dinheiro disponível para investimentos públicos prioritários”.

⁸ Manchetes de jornal: “O dinheiro sumiu. E agora?”; “Obras do estado a perigo”; “Recessão: RS pode reprogramar obras e parcelar 13°”; “Guazzelli define amanhã cortes nos investimentos”.

nunca foram construídas, estradas de papel". (em off, 30/08/94)

Com a alusão freqüente à greve do magistério e às estradas licitadas e não concluídas, a Frente Popular busca demonstrar que o governo do PMDB de Simon foi autoritário e corrupto como todos os demais governos pertencentes a partidos tradicionais. Assim, criticando principalmente o governo Simon, entre todos que já comandaram o estado, diz-se ao eleitor que Antônio Britto não representa mudança para o Rio Grande do Sul. Em outras palavras, o eleitor é lembrado de que Britto não é um candidato sem partido, de que ele pertence ao PMDB que já governou o Rio Grande do Sul e que tem ocupado cargos nos últimos governos federais, desconfigurando, dessa forma, a imagem do PMDB como um partido de oposição, mas, ao contrário, identificando-o como responsável pelas políticas sociais e econômicas dos últimos tempos que acabaram agravando a situação de miséria da maioria da população brasileira. Portanto, Britto faz parte de um partido que, tanto em nível estadual como federal, atua conforme a velha e tradicional maneira de fazer política, envolvendo corrupção, práticas autoritárias e descaso com os problemas da população e por isso suas promessas nessa campanha não são confiáveis:

"(...)lembre que os poderosos farão qualquer coisa para manter seus privilégios. Lembre, Britto e o PMDB apoiaram Sarney e governaram com Itamar. Lembre, o PMDB foi governo no Rio Grande do Sul e fez o contrário do que promete." (em off, 07/08/94)

A transcrição acima mostra que o discurso da Frente Popular procura vincular o nome de Antônio Britto às administrações passadas de seu partido, o PMDB, o que significa que esse candidato não é portador de uma proposta inovadora de governo capaz de resolver os problemas do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, passa-se a identificar como verdadeiramente inovadora a proposta da Frente Popular, que nunca

governou o Rio Grande do Sul, mas que nas administrações municipais que assumiu, principalmente na capital gaúcha, colocou em prática uma nova forma de gestão pública. Em outras palavras, Olívio Dutra nesta campanha coloca-se como o verdadeiro candidato da oposição, aquele que representa uma nova forma de fazer política, diferente dos partidos tradicionais, diferente do PMDB de Antônio Britto.

A forma de ação política proposta por Olívio Dutra, caracterizada pela honestidade e pela ação conjunta entre governo e sociedade através da participação dos cidadãos na definição e controle da aplicação dos recursos públicos, é enunciada como *“jeito petista de governar”*. Como já foi anteriormente dito, este é o contraponto estabelecido em relação ao jeito dos partidos tradicionais governarem, que a Frente Popular diz envolver roubo, corrupção, promessas vazias, poder concentrado nas mãos dos governantes. A própria denominação *“jeito petista”* já enuncia o antagonismo: há o jeito do PT governar e jeito dos outros partidos.

A administração de Olívio Dutra na Prefeitura de Porto Alegre⁹ é a base por onde ergue-se o discurso sobre o *“jeito petista de governar”* e que legitima Olívio a apresentar-se ao eleitor gaúcho como o melhor candidato ao governo do Rio Grande do Sul. Referindo-se a seu mandato como prefeito, Olívio responde às críticas de Britto que o acusa de não ter propostas concretas para governar o estado e de não possuir experiência administrativa. O seu mandato como prefeito provaria o contrário, ou seja, de que ele – Olívio – é um político experiente, que sabe governar e bem, já que a população elegeu seu vice para sucedê-lo no executivo municipal, dando continuidade à administração petista em Porto Alegre. Assim, a experiência

⁹ Olívio Dutra foi eleito prefeito de Porto Alegre em 1988. Em 1992 a Frente Popular elegeu Tarso Genro, vice de Olívio para sucedê-lo no executivo municipal.

como prefeito é referida como prova de que Olívio é um bom governante e está habilitado a comandar o Rio Grande do Sul:

“(...)Olívio assumiu uma Prefeitura falida, mas teve coragem de mudar: cobrou os sonegadores e implantou a justiça fiscal na cobrança de impostos. Invés de governar em gabinetes fechados, Olívio propôs que as obras passassem a ser decididas com a participação de todos os cidadãos, nasceu o Orçamento Participativo e hoje é exemplo para todo Brasil. Nunca nenhum outro prefeito fez tanto pelo povo de Porto Alegre, (...). Quando o governo é bom a população pede bis. Em 92, Tarso Genro da Frente Popular, foi eleito sucessor de Olívio com mais de 60% dos votos. E Porto Alegre está cada vez melhor. Agora é a vez do Rio Grande do Sul mostrar que tem coragem de mudar.”(em off, 22/08/94)

“Em 1988 Porto Alegre decidiu entre Britto e Olívio . Escolheu Olívio e não se arrependeu. Nunca um governo investiu tanto em saneamento básico, educação, saúde, cultura, nunca o cidadão portoalegrense se sentiu tão valorizado, tão respeitado, tão participante. Foram quatro anos de democracia, de honestidade, de competência e de coragem para enfrentar os problemas da cidade.”(em off, 23/09/94)

A referência constante à administração petista em Porto Alegre, além de provar que Olívio Dutra possui experiência e competência administrativa, como foi colocado antes, também se faz no sentido de provar que é possível um agir político diferente da forma tradicional, da forma do PMDB de Britto. Dentre os elementos que distinguem essas duas práticas de governar – a tradicional e a petista - o discurso de Olívio Dutra destaca principalmente as questões da participação popular e da moralização na administração pública.

Tratando da importância da participação popular, Olívio declara:

“Prá mim, prá nós da Frente Popular o mais bonito da política é o povo, o cidadão, a pessoa participar, se sentir sujeito do processo de mudança, fazer valer a sua proposta, ser respeitado, ser ouvido. E esta é a nossa proposta e ação política, aliás essa é a nosso prática política, é assim que nós estamos trabalhando em Porto Alegre e nos demais

municípios que a Frente Popular governa.”
(Olívio, 19/09/94)

No caso da inclusão da participação popular no governo, Olívio destaca o Orçamento Participativo que criou em Porto Alegre, onde a população participa de reuniões e decide¹⁰ quais são as obras a serem feitas. Nesse contexto, a finalidade do governo não deve ser a execução de obras grandiosas, “faraônicas”, mas sim aquelas que atendam as demandas prioritárias eleitas pelos cidadãos. Isso inauguraria, conforme Olívio, uma nova relação entre sociedade e governo, rompendo com o paternalismo, com a relação de dependência, de troca de favores entre governantes e governados característica da maneira tradicional de governar. Diferentemente do que o Orçamento Participativo possibilita, que é a ampliação da cidadania para além do ato de votar, na maneira tradicional o exercício da cidadania ficaria muito restrito ao voto, pois o povo é chamado à participação somente nas eleições para escolher seus representantes que após eleitos determinam sozinhos onde devem ser aplicados os recursos públicos:

“Geralmente para conseguir alguma obra o cidadão ou a comunidade ficam devendo favor à autoridade, é o toma lá-dá cá. Em Porto Alegre Olívio implantou o Orçamento Participativo, a população passou a decidir as prioridades e as obras mais necessárias da Prefeitura. Isso é coragem de mudar.”(em off, 19/09/94)

Nessa nova forma de relação entre o governo e a sociedade, nessa forma participativa, todos os cidadãos são ouvidos, inclusive aqueles que sempre estiveram excluídos de qualquer processo decisório. Assim, a proposta de governo apresentada por Olívio Dutra, valoriza a participação popular, direcionando suas ações,

¹⁰ Olívio enfatiza que no Orçamento Participativo a população além de decidir as obras prioritárias também controla o governo na sua execução. Talvez ressalte esse aspecto para contrapor-se ao “Projeto Parceria” do programa de Britto, que promete buscar sugestões do que fazer junto à população, mas sem mencionar o controle desta junto aos atos do governo. Verificando-se realmente as sugestões estão sendo ouvidas e colocadas em prática.

prioritariamente, no atendimento das necessidades daqueles cidadãos que ele coloca como sempre esquecidos pelo poder público: os pequenos produtores rurais, os trabalhadores assalariados, os desempregados, os marginalizados.

“Os partidos tradicionais e os seus esquemas antigos de dominação estão de volta, o discurso tá florido, mas o conteúdo é o mesmo. E é por isso que a gente tem que tirar do nosso coração e da nossa consciência a vontade de mudar sério e pra valer o nosso Rio Grande. Ganhar as eleições é construir relações novas entre o cidadão, a comunidade e o governo, fazer o governo funcionar no interesse de todos nós, a maioria. Nós vamos governar com todo o Rio Grande, mas com uma proposta dos pequenos, com uma proposta dos até agora excluídos. É com essa proposta que nós te queremos ver junto construindo a vitória.” (Olívio, 19/09/94)

“Em Porto Alegre a Frente Popular demonstrou que é possível governar para os pequenos e ao mesmo tempo relacionar-se com toda a sociedade”

“Esta é a unidade concreta, a unidade na prática que não beneficia apenas os grandes, mas que qualifica a vida de milhares de pessoas, de todos os cidadãos, mas principalmente aqueles que foram explorados e esquecidos.” (Olívio, 23/09/94)

O “jeito petista de governar”, portanto, prioriza a inclusão social e não a exclusão praticada pela forma tradicional de governar. Com isso, a Frente Popular estabelece uma diferenciação importante entre Olívio Dutra e seu principal adversário Antônio Britto, identificando este como o candidato dos “poderosos” e Olívio como o candidato do “povo”, dos pequenos, dos excluídos. No fragmento abaixo transcrito, evidencia-se esse antagonismo, onde Olívio, ao comentar o resultado das pesquisas eleitorais publicadas no jornal Zero Hora indicando a possibilidade da vitória de Britto ainda no primeiro turno, vincula esta candidatura com a defesa dos interesses dos grandes grupos empresariais, como a Rede Brasil Sul (RBS).

“Gosto da sinceridade e da franqueza, sou filho da Bossoroca, sou missioneiro. Como presidente do Sindicato dos Bancários aqui em Porto Alegre lutamos contra as injustiças, fui eleito prefeito de Porto Alegre e contrariamos os interesses dos poderosos. Fizemos uma administração voltada pro interesse do povo organizado e participante. Pois é por gostar de franqueza e de sinceridade que eu quero dizer aqui com todas as letras: o grupo RBS e o jornal Zero Hora estão publicando pesquisas, publicaram agora domingo uma pesquisa que você certamente já viu, já leu, dizendo que o cavalo do comissário, quer dizer, o candidato que melhor interpreta os interesses deles, dos grandes, já é vitorioso. Isso não é novidade prá nós. Vocês se lembram de 88? O cavalo do comissário, que era o mesmo, também ganhou todas as pesquisas, eles tentaram forjar uma vitória antes do teu voto na urna, estão querendo fazer de novo a mesma coisa. Pró eles o melhor é repetir o governo do PMDB, é repetir o governo Sarney, é repetir o governo Collor, é repetir o governo Itamar. Nós da Frente Popular contrariamos os interesses desses grandes grupos, por isso as pesquisas de parte deles nunca nos vão ser favoráveis. Mas nós vamos ganhar estas eleições com a tua consciência. Vote Frente Popular.”(Olívio, 07/08/94)

O discurso eleitoral de Olívio neste primeiro turno, além de identificar Britto como o candidato dos poderosos, também procura minar a imagem que Britto constrói de si mesmo como um político honesto e competente trazendo à tona, repetidas vezes, denúncias de envolvimento de Britto em irregularidades, como o desvio de verbas do Ministério da Saúde para a Previdência Social investigadas pela CPI da Previdência no Congresso Nacional. Assim, Britto não teria impedido a falência da Previdência através de sua competência, como ele afirma em seu programa, mas através de desvio ilícito de recursos. Em outras palavras, Britto deixa de ser o administrador competente e honesto que salvou a Previdência Social do caos para ser identificado como mais um político tradicional, ou seja corrupto. Seu comportamento é associado, pela Frente Popular, a políticos reconhecidos pela falta de ética e seriedade em seus mandatos:

“Há uma semana a Frente Popular alertou para um rombo de 3 bilhões de dólares na Previdência descoberto por uma

CPI do Congresso. Britto, ministro na época em que boa parte do dinheiro foi roubado, primeiro se fez de vítima como Humberto Lucena, depois tentou ignorar as denúncias como Ibsen e, finalmente, pressionado pela opinião pública partiu para a agressão, como Collor. Mas durante toda a semana evitou responder as nossas perguntas. Agora mudou de tática outra vez. Britto ontem, fez como Ricupero, mostrou o que acha que é bom e escondeu o que agora todos sabem: sua administração foi incapaz de deter a sangria nos cofres da Previdência. Britto desconversou, Britto fez de conta, Britto quer confundir o eleitor ao invés de esclarecer exatamente o que aconteceu. (...) Britto diz que trouxe 3 bilhões de dólares para a Previdência pagar aos aposentados. Atenção eleitor! Britto quer transformar as cifras da sua incompetência, a fortuna que foi tirada dos cofres públicos, a fortuna que fechou hospitais e aumentou a mortalidade infantil em promoção pessoal.” (em off, 17/09/94)

As denúncias de desvio de verbas para a Previdência Social na administração Britto são utilizadas no sentido de demonstrar que ele não é honesto nem bom administrador como apresenta-se nessa disputa ao governo do estado. Assim, a Frente Popular procura desconstruir a imagem de Britto atingindo o cerne da sua campanha, que é a sua passagem pela Previdência Social. Simultaneamente, contrapondo-se ao comportamento de seu adversário, Olívio apresenta-se como um político probo, que administra com transparência, que respeita o dinheiro do povo:

“Todo o dinheiro público volta, centavo por centavo, para qualificar a vida de todos e não para beneficiar meia dúzia. O Estado não precisa criar um novo imposto, mas não pode abdicar de nenhum centavo da sua receita e tem que dar respostas ágeis, competentes, transparentes pras demandas comunitárias. É assim que nós vamos governar o Rio Grande e o Brasil.” (Olívio, 22/08/94)

Temos aqui, portanto, o segundo elemento fundamental característico do “jeito petista de governar” que o diferencia da forma tradicional, qual seja, o rigor, a seriedade, a honestidade que o governante deve ter no trato da coisa pública. Nas palavras de Olívio, “*quem assume cargo público tem o dever de ser transparente*” (17/09/94). Tratando dessa questão Olívio aborda o grave problema da dívida do Rio

Grande do Sul - que ele atribuí às administrações anteriores do estado - para demarcar a diferença entre a forma petista de lidar com o dinheiro público e a forma dos partidos tradicionais, sendo a primeira séria e a segunda irresponsável:

[com a imagem de uma bomba relógio e o som de tic-tac].
“O Rio Grande do Sul deve 6,2 bilhões de dólares. Uma dívida contraída e não paga pelos últimos governos. Por trás de todo obâ-obâ da rolagem da dívida existe uma realidade perversa: a dívida virou uma bomba relógio. Ao invés de enfrentar com seriedade a questão da dívida, os últimos governos escolheram o caminho mais fácil: contraíram novos empréstimos de forma irresponsável, deixando a conta para o governo seguinte, quer dizer, para a população pagar¹¹. (em off, 29/08/94)

Olívio acusa os partidos tradicionais de irresponsáveis ao apresentarem a rolagem da dívida por si só como uma solução. Isso, para ele, é pura ilusão, já que o refinanciamento só faz aumentar os juros a serem pagos, esvaziando cada vez mais os cofres do tesouro estadual. Quando fala do “obâ-obâ” da rolagem da dívida, Olívio está se referindo à propaganda eleitoral de Britto que veicula como uma grande vitória dos senadores José Fogaça e Pedro Simon a aprovação da lei no Senado que rolou a dívida do Rio Grande do Sul. O programa de Britto do dia 19 de agosto diz que o trabalho dos senadores gaúchos do PMDB foi que impediu a intervenção federal no estado¹². Dessa forma, Olívio quer mostrar que a festa realizada na propaganda de Britto por causa do refinanciamento da dívida, engana o eleitor, pois a verdadeira solução do problema está sendo adiada, em suas palavras, está sendo “empurrada com a barriga”. Contrapondo-se a esta atitude irresponsável,

¹¹ Aparecem na tela manchetes de jornais que dizem: “Estado tenta adiar pagamento da dívida.”; “Estado recorre à moratória para pagar R\$ 250 milhões”; “Estado tem mais prazo para pagar a dívida”; “Aprovado o acerto da dívida gaúcha”; “O Rio Grande deve US\$ 688 por habitante: o próximo governo herdará uma dívida de US\$ 6,2 bilhões. Estatais são responsáveis por US\$ 2,8 bilhões do rombo. De janeiro a maio os juros consumiram quatro vezes a verba utilizada em investimentos”.

Olívio propõe medidas que, segundo ele, verdadeiramente podem estabelecer o equilíbrio orçamentário estadual, que seria uma reforma tributária aliada à contenção dos gastos do governo e o combate à sonegação. O exemplo citado é sua ação na Prefeitura de Porto Alegre:

“Rolar a dívida do Estado sem o saneamento financeiro é retardar a explosão de uma bomba relógio. Nas mãos de quem? Nas mãos do povo gaúcho. Quando chegamos na Prefeitura de Porto Alegre em 89, o poder público municipal estava devendo os fios de cabelo pra meio mundo, pra Previdência, pros bancos. O que fizemos? Endividamos mais a Prefeitura como fazem os partidos tradicionais? Não. Nós fizemos uma reforma tributária, um saneamento financeiro, acabamos com a sonegação, com o desperdício do dinheiro público, com gastos em supérfluos e em mordomia. Nós aumentamos o poder de investimento público na saúde, na infra-estrutura da cidade. Enquanto hoje o Estado gasta 33% da sua receita apenas para pagar os juros da dívida em Porto Alegre nós gastamos menos de 1%. Está é a diferença, está é a coragem de mudar.”
(Olívio, 29/08/94)

Novamente, como percebe-se, a administração petista em Porto Alegre é mencionada para mostrar que é possível um agir político diferente do que a Frente Popular classifica de “tradicional”. Essa experiência, portanto, é utilizada de forma a legitimar Olívio Dutra como um homem público diferente, porque honesto, confiável, capaz de resolver um dos maiores problemas do estado gaúcho, a sua dívida:

“Assumir o Estado com uma dívida de mais de 6 bilhões de dólares não nos assusta. Nós temos a experiência de arrumar a casa e de avançar, acabar com a sonegação, com o desperdício do dinheiro público. Nós temos a coragem de mudar.”(Olívio, 29/08/94)

¹² Conforme foi analisado no item anterior, Britto procura mostrar que a voz que defende os interesses do Rio Grande do Sul em Brasília, e que é ouvida é a dos políticos do PMDB. Por isso ele como governador poderá trazer benefícios ao estado, já que é uma liderança nacional.

Mudança é, portanto, o sentido fundamental atribuído ao jeito petista de governar pelo discurso da Frente Popular. Assim, as ações propostas por Olívio Dutra para a administração do Rio Grande do Sul significam, antes de tudo, mudar. É preciso agir diferente das administrações anteriores para solucionar a crise nacional e regional, já que estas foram criadas exatamente pela forma “tradicional” de condução dos governos. O discurso também diz que essa mudança exige coragem para ser feita, já que trata-se de uma proposta de governo que impõe a inversão de prioridades, dando voz e poder de decisão aos excluídos. Assim, o governante deve, além de competente administrador, ser um homem de coragem para contrariar os interesses dos poderosos, dos corruptos, em favor dos menos favorecidos, em favor da maioria da população. Nesse sentido, a imagem que se busca construir de Olívio Dutra na campanha eleitoral é de um homem possuidor das características necessárias para promover mudanças no Rio Grande do Sul, ou seja Olívio é mostrado como um homem corajoso, honesto, que cumpre a palavra empenhada: *“Gosto da sinceridade e da franqueza, sou filho da Bossoroca, sou missioneiro.”*(Olívio, 07/08/94)

Observamos que a propaganda eleitoral, já no primeiro turno, embora de maneira bem mais acentuada no segundo turno, ressalta características que afirmariam Olívio como um verdadeiro gaúcho: seu sotaque, sua infância e juventude no interior do Rio Grande do Sul, sua origem missioneira, sua intimidade com as tradições da cultura gaúcha - diversas vezes Olívio aparece tomando chimarrão, pilchado, e uma vez declamando poesia tradicionalista¹³. Essa construção

¹³ Olívio com uma cuia de chimarrão na mão, declama no programa do dia 28/08/94: *“Amargo doce que sorvo/ a beijos nos lábios de prata/ tens o perfume da mata/ banhada pelo sereno./ E a cuia, seio moreno/ que passa de mão em mão/ traduz na sua simplicidade/ a velha hospitalidade/ da gente do meu rincão.”*

transformaria Olívio Dutra no mais gaúcho dos candidatos ao governo estadual, aquele que preza as tradições, que valoriza a verdade, que não tem medo de enfrentar os poderosos. Olívio mostra-se ao eleitor como um gaúcho de verdade, aquele que é corajoso e sincero. Virtudes essas atribuídas ao povo gaúcho através de um discurso que identifica o Rio Grande do Sul como um estado guerreiro, de lutas e resistência ao longo de sua história. A rebeldia e coragem do povo gaúcho, forjadas no passado de lutas, estariam, portanto, representadas na candidatura Olívio Dutra:

“Esta terra pertence aos gaúchos, um povo que mistura sangue índio, negro e europeu. Um povo que sempre lutou para se manter livre¹⁴ que nunca aceitou ser dominado. Este povo no dia 3 de outubro vai escolher seu governador e não vai votar em quem posa de bom moço¹⁵, mas na verdade serve aos poderosos. Vai votar num gaúcho¹⁶ missioneiro que conhece o campo e a cidade, que foi prefeito de Porto Alegre e agora quer comandar todo o Estado. Olívio Dutra é o gaúcho para comandar os gaúchos. Olívio Dutra é o gaúcho para dar à política desta terra a mesma beleza de seus campos e de sua gente. Vote em Olívio para honrar nossas tradições, para manter nossa rebeldia, para construir um futuro mais digno para todos os gaúchos.” (em off, 28/08/94).

O discurso também identifica o Rio Grande do Sul como um estado especial frente aos demais estados brasileiros evocando para isso as características geográficas do estado e sua história, que seria de rebeldia em relação ao centro político do país.

Referente a geografia, o Rio Grande do Sul é mostrado como um dos estados brasileiros com as mais belas e diversificadas paisagens:

[com imagens de paisagens do RS]

“Esta província, por qualquer lado que se olhe, é uma das mais belas do Brasil (Visconde de São Leopoldo).”

¹⁴ Imagem de gaúcho a cavalo laçando.

¹⁵ Imagem do rosto de Britto numa tela de tv.

¹⁶ Imagem de Olívio.

“Quem olha para este pampa sem fim, para a amplidão do litoral, para a serra, para as missões, para as vilas e as cidades sabe que esta terra é muito especial, esta terra tem tanta história, tanta tradição, tanta cultura que poderia ser um país, mas é brasileira de corpo e de alma.” (em off, 28/08/94)

Além das belezas físicas, como foi dito, o Rio Grande do Sul também se diferenciaria pela não submissão ao governo central. A Frente Popular reforça o discurso que afirma a cultura política do Rio Grande do Sul como sendo de oposição ao centro e do gaúcho como o povo de maior consciência política comparado aos demais brasileiros.

“Se fosse por ti eleitor gaúcho, Collor nunca seria presidente (1989: Lula 73% X Collor 27%) da república. Bem que tu desconfiastes. O Rio Grande do Sul derrotou Collor porque o gaúcho exige mais dos homens públicos que promessas vazias. Gaúcho preza a franqueza, ama a sinceridade e valoriza o compromisso assumido no fio do bigode. Neste 3 de outubro os gaúchos vão votar outra vez em Lula e vão escolher um governador com a cara do Rio Grande, com a alma do seu povo. Um trabalhador que conhece as dificuldades da vida, mas já mostrou competência e coragem para enfrentar desafios. Um governador do teu jeito que vai governar contigo.”(em off, dia 26/09/94)

O fato do ex-presidente Fernando Collor de Mello não ter ganho no Rio Grande do Sul, e mais tarde ter sido afastado do governo da república por corrupção, prova que o gaúcho, que elegeu Lula, foi consciente, pois soube fazer a escolha correta. Assim, conforme a Frente Popular, o povo gaúcho é o mais politizado do país, justamente por ser oposição. Já foi dito anteriormente que Olívio representa a verdadeira candidatura de oposição nessas eleições, por isso votar nele é honrar a tradição gaúcha.

Essa marca distintiva da oposição política do Rio Grande do Sul, bem como a questão da construção da imagem de Olívio Dutra como o candidato que melhor simboliza os valores atribuídos historicamente ao povo gaúcho, como coragem e

rebeldia, é bem mais explorada nos programas do segundo turno. Isso, principalmente, em função da vitória de Fernando Henrique Cardoso já no primeiro turno e deste apoiar Antônio Britto. Vimos que este candidato, a partir do segundo turno, passa a reforçar a necessidade alinhamento político com o governo federal como forma do Rio Grande do Sul superar a sua crise. Na outra ponta da polarização eleitoral, Olívio reforçar a autonomia federativa, a rebeldia do gaúcho como elementos norteadores do tipo de ligação que o Rio Grande do Sul deve manter com o governo de Fernando Henrique Cardoso, conforme demonstraremos no item seguinte que analisa o discurso de Olívio Dutra no segundo turno das eleições de 1994.

3.2- 2º Turno: o discurso do Rio Grande do Sul oposicionista

No segundo turno continua sendo enfatizada a diferença entre o jeito petista de governar e o jeito dos partidos tradicionais, destacando-se principalmente a participação popular e a transparência dos negócios públicos. A referência mais importante desse modelo segue sendo a administração da Prefeitura de Porto Alegre a partir de 1988.

“Em 1988 havia diversas propostas e candidaturas disputando conosco o governo da cidade. O povo nos elegeu. Governamos a cidade com transparência e com participação. Em 1992 de novo, havia várias propostas, diversos candidatos. A nossa proposta se diferenciou sempre, fundamentalmente das demais. Os nossos adversários, nas duas ocasiões que disputaram conosco o governo da cidade, fizeram muitas promessas, prometiam mundos e fundos. Nós não fazíamos promessas, nós fazíamos um desafio, um desafio à cidadania. É esse desafio que nós estamos fazendo pro Rio Grande. A nossa forma de governar é a forma participativa, integradora do cidadão e das suas comunidades nas decisões políticas de governo, na fiscalização, no acompanhamento da ação do governo.”

Queremos inverter prioridades, queremos e vamos combater privilégios e enfrentar os poderosos. É com a sociedade mobilizada, com a cidadania respeitada que nós vamos transformar para melhor o nosso Rio Grande.” (Olívio, 06/11/94)

A continuidade da referência à administração petista em Porto Alegre, além de servir para definir os elementos do jeito petista de governar, também ocorre no sentido de demonstrar que Olívio Dutra já possui experiência administrativa, que suas realizações como prefeito provariam que não é despreparado para governar o estado como enuncia o discurso de Britto. Procurando provar que o argumento de Britto é falso, a Frente Popular não só segue mencionando a atuação de Olívio como prefeito, como a faz de forma comparativa à administração do PMDB no Rio Grande do Sul, quando Pedro Simon foi governador, estabelecendo um contraste entre as formas de governar representadas pelas duas candidaturas agora polarizadas no segundo turno.

“Olívio no governo é garantia de competência e respeito aos recursos públicos. Na prefeitura de Porto Alegre, ao invés de rolar as dívidas e adiar os problemas, Olívio realizou saneamento financeiro, cobrando sonegadores. Implantando a justiça tributária foi possível pagar salários dignos e realizar as obras que a população decidiu, obras que transformaram Porto Alegre na capital com a melhor qualidade de vida do Brasil. Olívio governou com competência, honestidade e coragem de mudar, é por isso que Porto Alegre aprovou Olívio. Agora compare você mesmo com a atuação do PMDB [foto de Pedro Simon] no governo. O PMDB deixou a marca de sua incompetência no estado [foto de estradas sendo queimadas], o PMDB declarou guerra ao magistério, congelando salários e botando a polícia sobre os grevistas, a evasão escolar e as repetências aumentaram, o PMDB deixou o governo do Estado falido. (...)” (em off, 31/10/94)

As acusações feitas ao governo do PMDB no programa do dia 31 de outubro, de não conclusão de obras licitadas, de enganar a população sobre a real situação financeira do estado, de reagir com violência às reivindicações do funcionalismo

estadual, repetem-se em outros programas da Frente Popular durante o segundo turno:

“Em todas as regiões do estado, perto da casa de cada gaúcho podemos encontrar as provas da farsa do PMDB no estado [fotos de estradas esburacadas, sem asfalto]. 1990, ano eleitoral, o governo do PMDB publicou anúncios caríssimos nos jornais para anunciar as futuras estradas do Rio Grande. A média de licitação de estradas subiu de 1 para 28 por mês. Ao mesmo tempo o PMDB mentia que as finanças do estado estavam saneadas. Encerrada a eleição com Pedro Simon eleito senador, misteriosamente acabou o dinheiro. Mil quilômetros de estradas foram contratados antes das eleições sem que o Estado tivesse dinheiro para pagar as obras. Estradas de papel. Houve mais, a CPI do desperdício do dinheiro público constatou irregularidades nas licitações: super faturamento, falta de projetos e distorções no orçamento das obras. O prejuízo desta farsa eleitoral chegou a 43 milhões de dólares. O governo do PMDB frustrou as esperanças de milhares de gaúchos que lutam há anos por melhores estradas. Agora o candidato do PMDB promete aos prefeitos e às comunidades as mesmas estradas que o seu partido anunciou na véspera das eleições e não fez. Até quando o PMDB vai enganar o povo gaúcho?”¹⁷ (em off, 09/11/94)

“28 de outubro, Dia do Funcionário Público. Um bom momento para lembrar como os partidos tratam o funcionalismo. Quando estive no governo [foto de Simon] o PMDB não honrou os compromissos assumidos com os servidores [foto dos professores com sinetas nas mãos]. As perdas salariais chegaram a quase 3000%. Quando os servidores protestaram o governo do PMDB mandou funcionário bater em funcionário [foto da Brigada em confronto com servidores]. Na prefeitura Olívio honrou os compromissos, valorizou o funcionalismo e qualificou o serviço público, pagou salários dignos e investiu na melhoria de vida em Porto alegre. Dia 15 vote em quem trata o funcionário como cidadão.”(em off, 28/10/94)

¹⁷ Durante essa fala em off, fica rolando na tela as estradas licitadas não concluídas: “Dois Lajeados/Santa Bárbara. Festa de inauguração em 18/07/90, início das obras, nunca. Montauri/Serafina Corrêa. Festa de inauguração em 22/08/90, início das obras, nunca. General Câmara/Venâncio Aires. Festa de inauguração em 07/08/90, início das obras, nunca. Cacequi/Rosário do Sul, festa de inauguração em 07/08/90, início das obras, nunca. Passo dos Guedes/BR-158, festa de inauguração em 01/08/90, início das obras, nunca. RS-324/Ronda Alta, festa de inauguração em 29/09/90, início das obras só em 1994. Santo Ângelo/Catuípe, festa de inauguração em 03/09/90, início das obras, nunca. Porto Alegre/Porto Seco, festa de inauguração em 29/09/90, início das obras só em 1994. Santo Ângelo/Catuípe, festa de inauguração em 03/09/90, início das obras, nunca. Camaquã/Dom Feliciano, festa de inauguração em 14/08/90, início das obras, nunca. São Jerônimo/BR-290, festa de inauguração em 29/08/90, início das obras, nunca. Taquari/Santo Antônio, festa de inauguração em 12/07/90, início das obras só em 1993. Max de Almeida/Machadinho, festa de inauguração em 14/03/90, início das obras, nunca”.

Essas críticas ao governo de Pedro Simon no Rio Grande do Sul, que já haviam sido feitas durante o primeiro turno da campanha, relacionam os problemas do estado à forma de administrar do PMDB, comparando-a com a gestão de Olívio Dutra na Prefeitura de Porto Alegre, onde não aparecem a corrupção, a exclusão da participação direta do cidadão como procura-se demonstrar que tenha ocorrido na administração de Simon. Além das críticas ao governo Simon, a Frente Popular também critica as ações de Britto na Previdência Social, colocando o PMDB como um exemplo negativo de governo, de gestão dos recursos públicos, definindo-o, por isso, como um partido tradicional.

As denúncias de possíveis irregularidades cometidas por Britto na Previdência Social, que também já estavam sendo feitas no primeiro turno, continuam presentes nos programas da Frente Popular, de forma bastante enfática, agora na nova etapa da campanha. As denúncias de desvio irregular de verbas apuradas pela CPI da Previdência no Congresso Nacional, colocariam dúvidas sobre a competência e honestidade daquele que dizia ter salvado a Previdência Social da falência.

“Este é o relatório final da CPI que investigou fraudes e irregularidades na Previdência Social. O capítulo IV na página 51 diz que Britto nomeou Renato Menegat, braço direito de César Arrieta¹⁸, para Secretário Nacional de Previdência Complementar. O capítulo VI na página 166, acusa Britto de ter feito uma legislação de negociação de dívidas com os Clubes de Futebol perigosamente lesiva, tanto à Previdência como aos próprios clubes e comprova a negociação irregular de débito do Botafogo comprometendo Britto e o dono do IBOPE, Carlos Montenegro. O relatório foi aprovado com votos do PMDB, confira você mesmo.”
(em off, 30/10/94).

¹⁸Arrieta era acusado de comandar o esquema de corrupção que roubou 3 milhões de dólares da Previdência Social.

O “*caso Montenegro*” como é denominada a negociação da dívida do clube de futebol carioca Botafogo com a Previdência Social, é bastante explorado pela Frente Popular para associar Britto à corrupção. Nesse sentido, além de divulgar o teor do relatório da CPI sobre o caso da negociação entre o presidente do Botafogo e o ministro Britto, também menciona-se que Carlos Montenegro era ligado ao ex-presidente Collor de Mello. Essa lembrança indiretamente minaria a imagem de Britto, pois ele estaria sendo associado ao nome de Collor na medida em que beneficiou alguém que apoiou esse político publicamente reconhecido como corrupto. Com o caso Montenegro a Frente Popular também critica as pesquisas eleitorais de sofrerem manipulação em favor da candidatura de Britto. Isso porque Montenegro era presidente do instituto de pesquisa IBOPE que na véspera da eleição divulgou uma pesquisa apontando a vitória certa de Britto ainda no primeiro turno:

“O Caso Montenegro. Este é o relatório final da CPI da Previdência. No relatório há um capítulo inteiro destinado aos clubes de futebol. Veja o que diz o relatório, página 165: “Durante a gestão de Antônio Britto o Botafogo obteve junto à previdência o parcelamento de seus débitos de forma irregular. Tudo se deu por interferência direta de Carlos Montenegro.” Atenção eleitor! Montenegro que escrevia discursos para Collor e é presidente do Botafogo também é dono do IBOPE, é isso mesmo eleitor, Britto parcelou irregularmente as dívidas para o Botafogo de Montenegro. Este é o mesmo Montenegro que esteve aqui em Porto Alegre nas vésperas das eleições dizendo em entrevistas que o IBOPE garantia a vitória de Britto no primeiro turno¹⁹. Mais uma vez apresentamos os fatos, deixamos a você eleitor o direito de tirar as suas próprias conclusões.” (em off)

A Frente Popular, portanto, com a divulgação das irregularidades que a CPI da Previdência apurava mostra Britto como um político envolvido com pessoas ligadas a esquemas de corrupção, poluindo, assim, sua imagem de homem público

¹⁹ Aparece manchete de jornal dizendo: “Britto cai mas ainda vence no primeiro turno: vantagem sobre Olívio é de 24 pontos”

honesto. O ataque ao seu trabalho como Ministro também se dá no sentido de mostrar que ele não é o grande defensor dos aposentados como se mostrava, aquele que teria melhorado a vida de milhões de velinhos com a concessão do reajuste de 147%. A campanha da Frente Popular coloca que Britto só agiu em favor dos aposentados, concedendo o reajuste salarial, porque foi pressionado pela justiça e não por iniciativa própria.

“Como Ministro, Britto recorreu à Justiça para não pagar os aposentados. No início do ano o Supremo Tribunal Federal mandou a Previdência pagar os valores atrasados. Um mês antes do 1º turno, os aposentados receberam benefícios maiores do que o normal, mas a alegria durou pouco, passado o 1º turno o Ministério disse que havia cometido um erro e que os descontos iriam começar. Quem ganha um salário mínimo recebeu só 49 reais em setembro.”(em off, 30/10/94)

Britto não seria, dessa maneira, o grande defensor dos aposentados, “o melhor ministro da previdência que o Brasil já teve, que colocou ordem na Previdência” como a sua campanha anunciava, mas sim o contrário disso, ao propor, por exemplo, o fim da aposentadoria por tempo de serviço, conforme denuncia Olívio Dutra:

“O ex-ministro da Previdência chegou até propor o fim da aposentadoria por tempo de serviço com aquele plano 95, que somando o tempo de serviço com a tua idade tem que dar 95 anos pra aí tu adquirir o direito de se aposentar. Estranho que ele não tenha falado isso nesta campanha agora coisa que ele defendia quando era ministro, era deputado federal. E é bom a gente se cuidar porque aqui no Rio Grande nós temos o IPE, o Instituto de Previdência Estadual, que nós não vamos privatizar, que nós temos é que sanear, ter um gerenciamento adequado pra ele poder pagar as pensionistas (...).”(Olívio, 30/10/94)

A campanha da Frente Popular coloca que tanto a defesa dos direitos dos trabalhadores aposentados, bem como o reajuste concedido de 147% não foram obras do ministro Britto, mas resultado da mobilização dos trabalhadores apoiados por políticos pertencentes a Frente Popular:

“(...)Nós na Constituinte batalhamos pra ter o pagamento integral da aposentadoria segundo o que se recebia no último mês ao se aposentar. Essa batalha foi vitoriosa pela pressão dos idosos sobre a Constituinte, mas de lá pra cá os governos têm feito tudo que é artimanha pra não cumprir o preceito constitucional.”(Olívio, 30/10/1994)

“Votei no Olívio e vou votar no Olívio, porque eu sou contra esse regime de enrolação. Os 147%, que é a bandeira do Britto, isso quem concedeu foi a Justiça, graças ao Paulo Paim. Eles pensam que a gente não acompanha rádio e jornal.”(depoimento do aposentado Ivan de Oliveira, 71 anos, 30/10/94)

Portanto ao lembrar a atuação de Olívio Dutra na Assembléia Constituinte e o trabalho do deputado Paulo Paim do PT no Congresso Nacional em favor dos aposentados, a Frente Popular quer inverter a lógica enunciada por Britto, desmentindo que ele, como Ministro da Previdência, seja o responsável por qualquer avanço em relação às aposentadorias. Em outras palavras, o discurso da campanha de Olívio Dutra ao reivindicar para os políticos da Frente Popular a defesa dos direitos dos aposentados, define o conjunto de forças políticas que verdadeiramente luta pelos interesses dos trabalhadores, desmistificando a idéia desenvolvida por Britto em sua propaganda de que foi um excelente ministro da Previdência Social, que atuou em função da melhoria das condições de vida dos aposentados.

Tanto Olívio como Britto foram deputados federais e através da comparação da atuação dos dois na Assembléia Nacional Constituinte, reforça-se a imagem que a Frente Popular vem construindo desde o primeiro turno a respeito de cada um deles. Assim, mencionando o trabalho de Olívio enquanto deputado federal constituinte, reafirma-se sua imagem de político sério, responsável, comprometido com os trabalhadores estabelecida nesta campanha a partir de seu mandato como prefeito. Por outro lado, o comportamento do deputado Antônio Britto, marcado pela ausência à votação de temas importantes na Assembléia Constituinte, reforçaria o que ele

mostrou enquanto Ministro da Previdência, irresponsabilidade e falta de compromisso com os trabalhadores:

“(...). Britto faltou a decisões importantes na Constituinte: quando Britto foi constituinte ausentou-se na aprovação do voto aos 16 anos, na votações do gatilho salarial e do imposto sobre o latifúndio improdutivo. Britto faltou a 44% das sessões, se Britto fosse um estudante, seria reprovado por falta, se fosse um trabalhador seria demitido por justa causa.”

“(...) Olívio sempre está presente na defesa dos trabalhadores: quando Olívio foi constituinte lutou em todas as votações em defesa do interesse dos trabalhadores e ganhou nota 10 do DIAP, com menos de 9 de faltas. Olívio sempre esteve presente quando o assunto é emprego, salário e desenvolvimento. Olívio no governo é garantia de um governo que respeita os trabalhadores.” (em off, 27/10/94)

Essa relação estabelecida entre Olívio e a defesa dos interesses dos trabalhadores aposentados e mesmo dos trabalhadores em geral na Assembléia Constituinte e de Britto como um político tradicional, ligado à corrupção reforça uma dicotomia já estabelecida durante o primeiro turno: a de Olívio como o candidato do povo e de Britto como o candidato dos poderosos, da elite econômica. Chamadas repetidas em muitos programas, reforçam essa identificação candidato do povo, candidato da elite. Uma delas trazia a imagem de Olívio e Britto se projetando sobre o mapa do Rio Grande do Sul, enquanto em off era dito: *“Dia 15 de novembro você vai escolher entre dois candidatos, um tem compromisso popular o outro está comprometido com os poderosos. Vote no primeiro”*. Em seguida a imagem de Olívio congelava na tela (09/11/94). Um outro momento em que esse antagonismo é colocado explicitamente, é no programa que comenta o debate entre os dois candidatos ocorrido no dia 06 de novembro na RBS TV:

“(...) Nesse debate o assunto era o futuro do Rio Grande. De um lado o candidato da elite, que desde o primeiro turno apresenta como sua maior qualidade, 15 anos vividos em Brasília. Do outro, o candidato do povo gaúcho, que desde o

início desta campanha mostra o orgulho, a coragem e a luta deste Estado por justiça e desenvolvimento.” (em off, com cenas do debate na RBS dia 06/11, Domingo à noite, 07/11/94).

Na reafirmação do antagonismo acima, Olívio volta a referir-se ao seu mandato como prefeito de Porto Alegre, mencionando principalmente a criação do Orçamento Participativo, o que teria permitido, segundo ele, a inclusão social, a ampliação do atendimento das demandas da população de baixa renda da cidade, sempre esquecida pelos governos dos partidos tradicionais. Olívio seria o candidato do povo na medida em que propõe uma forma de governar que inclui a participação popular e ações de apoio aos que ele denomina de “pequenos”:

“Colocaremos toda a infra-estrutura, toda a máquina de governo do estado, secretarias, órgãos, empresas públicas e o sistema financeiro a desenvolver ações de apoio, de incentivo a investimentos produtivos e principalmente apoio aos micro, pequenos e médios empresários e agricultores. É desta forma que vamos recuperar o Rio Grande, com a tua participação.”(Olívio, 31/10/94)

Baseado no que foi dissertado até aqui, pode-se afirmar que dando continuidade ao discurso inaugurado no primeiro turno, a propaganda eleitoral da Frente Popular procura responder ao que a campanha do Movimento Rio Grande Unido e Forte afirmava de maneira mais enfática no segundo turno, de que Olívio Dutra, apesar da boa vontade, não apresentava as condições necessárias para governar o Rio Grande do Sul. Em outras palavras, pode-se dizer que a Frente Popular procura anular o sentido da dicotomia “intenção e condição” para governar estabelecida por Britto, através da continuidade, no segundo turno, de um discurso que além de identificar Olívio como o candidato do povo e Britto como o dos poderosos, também demarca diferenças entre o “jeito petista de governar” e o dos partidos tradicionais, representados agora no segundo turno pelo PMDB de Britto. A

base para a construção desse discurso são as administrações da Frente Popular, principalmente na cidade de Porto Alegre durante o mandato de Olívio Dutra. Assim, falar das realizações da Frente Popular na administração municipal comprovaria que Olívio possui experiência administrativa, contrariando o discurso de Britto de que o candidato da Frente Popular só teria boas intenções, mas lhe faltaria a condição de ser um administrador experimentado. O destaque dado à participação popular e à moralização dos negócios públicos, além de definir o jeito petista de governar são comparados aos governos de Pedro Simon no Rio Grande do Sul e às atitudes de Britto no Ministério da Previdência Social, como forma de mostrar que o PMDB é um partido de práticas tradicionais e de que Britto não possui as condições para governar o estado que diz ter, quais sejam, a competência e a honestidade.

Em que pese elementos do primeiro turno continuarem bastante presentes, o discurso da Frente Popular apresenta algo novo no segundo turno, que é a relação entre o governo estadual e federal. Essa questão é condicionada pela eleição de Fernando Henrique Cardoso como presidente da república já no primeiro turno. Britto conta com o apoio de Fernando Henrique Cardoso, a quem havia se aliado desde o primeiro turno, para o que romperia com a fidelidade partidária. Dessa forma, a novidade no discurso da Frente Popular no segundo turno, fica por conta de responder a mais um requisito que Britto estabelece como necessário ao futuro governador do Rio Grande do Sul, qual seja, possuir uma aliança política, e até mesmo pessoal, com o presidente da república. Essa ligação, conforme Britto, seria garantia de mais verbas federais para o estado gaúcho.

O discurso da Frente Popular vai na direção de mostrar ao eleitor que não faz sentido a argumentação de Britto de que ele estaria melhor preparado para governar o

estado por ser amigo do presidente da república, de que por esse motivo o Rio Grande do Sul passaria a receber mais atenção do governo federal, sendo atendido em todas as suas reivindicações. Nesse sentido – mostrar que a aliança política e pessoal de Britto com Fernando Henrique não é garantia de um futuro melhor para o Rio Grande do Sul - o eleitor é lembrado que em outros momentos o PMDB governou o Rio Grande do Sul com aliados em Brasília ou de que mesmo sem governar o estado, participou dos últimos governos federais, sem que isso tenha significado mais recursos para o Rio Grande do Sul ou alguma vantagem na resolução de problemas antigos do estado, como por exemplo, a conclusão ou melhoria de estradas.

“Esta questão de que a amizade que importa entre o governador e o presidente é falsa, não tem suporte na realidade que vive o Rio Grande do Sul há anos. O Simon, por exemplo, foi governador do estado do PMDB, o Presidente era o Sarney, o Simon era amigo do Sarney, mas e daí, que trouxe para o Rio Grande do Sul? Nada. E agora o Itamar, o Britto é amigo dele, o Simon é amigo, líder do Senado, o Guazzelli é o Ministro da Agricultura. Que trouxeram para o Rio Grande do Sul? Vejam, chegou ao cúmulo da Estrada da Produção estar interrompida entre Lajeado e Estrela porque não suporta o peso de um caminhão. Como é que os amigos do rei permitiram o sucateamento das nossas estradas federais como se encontram?” (Éden Pedroso, candidato a vice de Olívio, 31/10/94)

Ainda nesse mesmo programa, sobre o abandono das estradas federais no Rio Grande do Sul, apesar da presença do PMDB no governo federal, é dito que:

“(...)No governo federal a incompetência do PMDB continua prejudicando o Rio Grande. Esta é a ponte que liga Barracão no Rio Grande do Sul a Campos Novos em Santa Catarina, foram gastos 47 milhões de dólares na obra, faltam apenas 3 milhões para a sua conclusão, mas a ponte está parada há 10 anos. O PMDB esteve no governo estadual e federal e não conseguiu um tostão para concluir a ponte de Barracão, este é um exemplo de incompetência, desperdício de dinheiro público e falta de vontade política do PMDB.” (em off, 31/10/94)

Assim ressaltando problemas que o Rio Grande do Sul possuía e lembrando que eles permanecem sem solução mesmo com a presença de políticos do PMDB em Brasília, a Frente Popular procura esvaziar o discurso de Britto do necessário alinhamento com o governo federal, ou seja, quer mostrar que não faz sentido afirmar que a afinidade política e amizade pessoal entre Britto e Fernando Henrique seja garantia de recursos para o estado. No intuito de mostrar que os problemas do estado continuam mesmo com o PMDB ocupando cargos no governo federal após a redemocratização²⁰ política brasileira, além de abordar as condições precárias das estradas federais no Rio Grande do Sul, Olívio também trata da agricultura gaúcha. A questão agrícola é trazida para o embate eleitoral para desmontar o argumento de Britto, porque além desta atividade ocupar um espaço importante no conjunto da economia gaúcha²¹, o Ministério da Agricultura em Brasília tem sido comandado por políticos do PMDB gaúcho.

²⁰ No governo de José Sarney (03/1985 a 03/1990) o PMDB do RS esteve presente nos Ministérios da Agricultura, com Pedro Simon (de 15/03/85 a 14/02/86) e Justiça, com Paulo Brossard de Souza Pinto. No governo de Itamar Franco (10/1992 a 12/1994) o PMDB continuou no ministério da agricultura com Sinval Guazelli e esteve no ministério da Previdência Social com Antônio Britto. Assim, o PMDB gaúcho, esteve presente nos dois governos após a democratização política, não tendo participado porém do governo do presidente Collor de Mello, entre março de 1992 e setembro de 1992. Ver MENEGUELLO, op. cit., p.188-196.

²¹ Conforme informação da Secretaria Estadual da Fazenda, em 1985 a agropecuária representava 16,8% do PIB gaúcho, passando para 21,8% em 1986 e decaindo para 11,6% em 1993. Em termos de crescimento real, o setor agropecuário gaúcho apresentou a taxa de 10,2% ao ano entre 1991 e 1994. As análises demonstram que mesmo com o aumento do desempenho agrícola (produção real maior), como nos anos de 1992 e 1993, o setor agropecuário perdeu participação no produto global gaúcho pelo fato de terem os preços agrícolas aumentado bem menos que os da indústria e serviços. Conforme análise das finanças do estado, o desempenho agropecuário no ano de 1985 foi bom tanto nacionalmente como no Rio Grande do Sul, destacando que devido às condições climáticas a produção do setor primário nacionalmente apresentou o maior crescimento dos últimos nove anos, apresentando um acréscimo superior somente nos anos de 1971, 1974 e 1977. O mesmo não ocorreu em 1986, quando houve queda na produção agropecuária brasileira e gaúcha. No Rio Grande do Sul houve decréscimo de 23% em relação a 1985, sendo as maiores perdas verificadas na produção da soja e do milho. Em 1987 o desempenho agropecuário voltou a ser positivo no Brasil e no Rio Grande do Sul devido a condições climáticas favoráveis. Essa recuperação da agricultura se deu em meio a um contexto de economia em declínio. No Rio Grande do Sul o crescimento foi de 33% em relação a 1986. Em 1987 enquanto a safra nacional de grãos foi satisfatória, o Rio Grande do Sul apresentou um resultado ruim, com uma taxa de -9,5% do produto real em relação a 1987, ocorrendo uma queda acentuada no Valor Bruto de Produção (VBP) dos principais produtos: milho, soja e trigo, pequeno

“Você se lembra agricultor gaúcho, o PMDB esteve no Governo Estadual com Pedro Simon e ocupa cargos no Governo Federal há 10 anos. Simon foi ministro da Agricultura de Sarney e líder de Itamar no Senado. Britto foi ministro da Previdência e Guazzelli é ministro da Agricultura de Itamar. Agricultor gaúcho, a sua vida melhorou por causa disso? No governo do Estado, Simon e Guazzelli vetaram duas vezes o projeto de seguro agrícola feito pela bancada do PT.” (em off, 05/11/94)

Denuncia-se principalmente a falta de apoio por parte do governo ao produtor rural, especialmente ao pequeno produtor:

“Quer dizer, o banqueiro tem o seguro para seus investimentos, o agricultor não tem seguro nenhum. Então nós propusemos o seguro agrícola, até porque o Estado tem a Companhia União de Seguros Gerais, uma empresa pública que tem que ter uma finalidade social, pois por duas vezes que apresentamos esta proposta na Assembléia Legislativa o governo do PMDB a negou, a vetou.” (Olívio, 05/11/94)

acréscimo no VBP do arroz. Em 1989 o setor agropecuário gaúcho se recupera, mas nacionalmente o crescimento é baixo, 2,24% do produto real comparado com 1988. No Rio Grande do Sul foi recuperada a produção física da soja e milho, após a safra frustrante de 1988, devido a problemas climáticos. Assim, o crescimento do setor agrícola gaúcho foi de 16,3% em relação a 1988. 1990 foi um dos piores anos em termos de desempenho econômico, o que refletiu-se também no setor primário, que apresentou queda nacional e no estado gaúcho. A produção brasileira decaiu 10,2% sobre 1989, devido à falta de crédito à produção, escassez de recursos dos produtores e preços agrícolas não compensadores. No Rio Grande do Sul a redução na produção foi de 4,5% comparativamente com 1989. 1991 a agropecuária cresce 2,5% no Brasil e no Rio Grande do Sul tem uma diminuição de 21,2%, devido ao fracasso da safra de verão. O estado recupera-se em 1992, quando o setor primário apresenta um desempenho excelente de 35,9%. Nacionalmente também não há queda, com um índice de produção real de 6,5% em relação ao ano anterior. 1993 foi um ano em que a economia nacional cresceu 4,96% em comparação a 1992, mas a agropecuária teve queda de 1,94%. A economia gaúcha também cresceu, apresentando uma taxa de 7,3%, maior índice de crescimento desde 1986. Nesse contexto a agricultura manteve o desempenho favorável de 1992, crescendo 5,2%. O ano das eleições, 1994, verificou-se um crescimento do setor agropecuário nacional com 7,47% em relação a 1993 e redução no setor primário gaúcho de 4,17%. Ver *Análise das Finanças do Estado, série Finanças do Estado*, estado do Rio Grande do Sul – Secretaria de Estado da Fazenda, Gabinete de Orçamento e Finanças, volumes XXXV ao volume XLIV, de 1985 a 1995, respectivamente.

Deve ser levado em conta que muitas vezes o bom desempenho da produção agropecuária apresentado em alguns anos, como vimos, não significam necessariamente grandes ganhos ao produtor, pois a par dos ganhos em produtividade, é importante observar que o produtor de modo geral foi desfavorecido pelo resultado da relação de troca, onde o preço dos produtos agrícolas são menores e também pelos índices de inflação alta até 1993, refletindo nos empréstimos agrícolas a serem saldados pelos produtores. Olívio ao levantar a questão da agricultura gaúcha deve levar em conta essa disparidade entre produção e ganho do produtor, de preços agrícolas não compensadores, criticando a falta de uma política que incentivasse o crédito à produção principalmente aos pequenos produtores onde a escassez de recursos é maior.

Novamente o discurso define os políticos da Frente Popular como os verdadeiros defensores dos interesses dos trabalhadores, no caso, dos trabalhadores rurais ao propor o seguro agrícola. Ao contrário, o PMDB é colocado como um partido que defende os interesses dos grandes, já que impede a aprovação de medidas que favoreçam a vida do trabalhador, do produtor rural. Portanto está sendo dito que o desenvolvimento econômico do estado, através da melhoria da agricultura e consequentemente das condições de vida do trabalhador gaúcho independem da presença do PMDB no governo federal, ou da aliança política entre o governador do Rio Grande do Sul com o Presidente da República, pois trata-se de uma questão de projeto político. O discurso eleitoral atua no sentido de demonstrar que quem tem um projeto de desenvolvimento para o estado é a Frente Popular e não o PMDB, que faz parte do governo federal há anos e nada faz pela melhoria da agricultura e das condições de vida do produtor rural, como demonstraria o caso da não aprovação do seguro agrícola mencionado por Olívio Dutra.

Reforçando o que já foi comentado em parágrafos anteriores, Olívio Dutra quer demonstrar que tem condições de fazer um bom governo, mesmo que não possua o requisito estipulado como fundamental por seu adversário - ser aliado político do presidente eleito. Evidências para provar simultaneamente a falsidade dessa prerrogativa e a competência para governar de Olívio, são mais uma vez buscadas na administração petista de Porto Alegre. A situação da capital gaúcha, após a passagem de Olívio na Prefeitura, é comparada com a situação do estado. O resultado desse contraste é desvantajoso para o Rio Grande do Sul, pois enquanto é mostrada uma Porto Alegre melhor após o comando de Olívio, o estado gaúcho é visto com a permanência de antigos e graves problemas e com menos recursos

federais, mesmo após a aliança política de Britto com o governo federal, consolidada em seu cargo de ministro no governo Itamar Franco:

“Com Britto no governo federal o Rio Grande do Sul ficou em 24º lugar na distribuição de verbas. Com Olívio na Prefeitura, Porto Alegre está em 1º lugar em qualidade de vida.” (em off, 30/10/94)

Portando, mostrando as carências do estado, mesmo com a presença de políticos do PMDB gaúcho no governo federal há alguns anos, a Frente Popular tenta provar que a ligação política entre Britto e o governo central não significa garantia de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

A Frente Popular inverte o sentido positivo que o discurso de Britto dá a sua relação com o presidente eleito. Assim, o que é enunciado por Britto como uma qualidade indispensável para bem governar o Rio Grande do Sul, é significado pela Frente Popular como algo negativo onde a relação política é concebida como uma relação pessoal de troca de favores entre “compadres”. Contrapondo-se ao apadrinhamento político e à submissão do Rio Grande do Sul, que seria a consequência da proposta de Britto, a Frente Popular apresenta um discurso de exaltação da altivez e do orgulho que caracterizariam o povo gaúcho:

“Na TV o candidato do PMDB reclamou que o Rio Grande do Sul ficou em vigésimo quarto lugar na distribuição de verbas federais neste ano. O orçamento foi elaborado ano passado quando Britto era Ministro da Previdência, quer dizer, Britto ajudou a fazer o orçamento que discriminou o Rio Grande do Sul e está criticando uma coisa que ele mesmo fez, e o que é pior, se omitiu, isso se chama política da esperteza. Agora diz que por ser amigo de Fernando Henrique vai trazer recursos para o estado. Britto está ofendendo o futuro presidente dizendo que ele vai distribuir os recursos públicos somente para os seus amigos [fotos de Fernando Henrique com Antônio Carlos Magalhães e Marcos Maciel] e está dizendo que o Rio Grande não tem orgulho e deve ficar eternamente dependendo dos favores de Brasília. O Rio Grande precisa de dignidade, de um governo com força política que mobilize a sociedade e que se

comporte com firmeza e altivez, que tenha projetos e exija justiça na distribuição de verbas federais, um governo com coragem de mudar, agora é Olívio.” (em off, 27/10/94)

Reafirma-se, dessa maneira, o que a Frente Popular vinha definindo desde o primeiro turno, ou seja, de que Britto é um político tradicional, que governa na base do compadrio, em benefício dos amigos e não em favor de todos, sem discriminação partidária. A proposta de Britto acabaria por evidenciar a cultura política do PMDB, atribuída pela Frente Popular, de legitimação do tratamento privilegiado a alguns. Com isso, demarca-se mais uma vez a diferença entre o jeito petista e o jeito tradicional de governar, esse baseado em relações pessoais na obtenção de verbas e favores e o primeiro em projetos políticos:

“Este raciocínio do nosso adversário de que ele é amigo do presidente e que o povo gaúcho por isso deve votar nele é equivocado. Veja bem, nesse argumento ele está deixando claro para você eleitor que a cultura dele, a cultura do seu partido é de governar para os amigos e para os compadres. A Frente Popular quer fazer um governo para os gaúchos, sem discriminar ninguém e nenhum prefeito, seja de que partido for, será discriminado pelo governo do companheiro Olívio Dutra.” (Éden Pedroso, vice-de Olívio, 27/10/94)

A Frente Popular não defende o isolamento do Estado em relação ao poder central ao criticar a postura de seu adversário, que afirma que esta relação só é possível e benéfica ao Rio Grande do Sul caso o governo estadual tenha a mesma linha política que o governo federal. Em outras palavras, dizemos que o discurso eleitoral de Olívio ao colocar-se contra a postura de Britto, não está apregoando o separatismo do Rio Grande do Sul em relação ao centro, não está negando a necessidade de relacionamento entre o governo estadual e federal, mas sim negando o tipo de relacionamento proposto por Britto baseado na intimidade pessoal entre governador e presidente. Olívio defende a autonomia federativa, o que definiria uma

relação de respeito entre o estado e o governo federal, mas não de submissão. Dessa forma, Olívio lembra que no contexto federativo a coloração política diversa entre ele e o presidente eleito não implica necessariamente isolamento ou ingovernabilidade do Rio Grande do Sul, como Britto quer fazer crer ao eleitor.

“Nós temos orgulho de termos tido o candidato a presidente da república que era o nosso companheiro Lula, vitorioso inclusive aqui no Rio Grande. Mas nós respeitamos a decisão das eleições, o professor Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República, nós vamos construir aqui no Rio Grande, a Frente Popular vitoriosa, um governo de integração, integrador do Estado, integrando-o bem no contexto federativo com o respeito e a altivez que ele merece. Nós achamos que o Rio Grande se afirma na medida em que tiver política e na medida em que tiver um governo transparente, transformador e participativo.” (07/11/94)

Olívio lembra que, apesar do resultado final²² que elegeu Fernando Henrique Cardoso presidente do Brasil, no Rio Grande do Sul²³ o candidato com maior votação foi Lula. Isso, associado ao que já havia sido mencionado no primeiro turno, de que Lula também venceu Collor nas eleições de 1989 aqui no Rio Grande do Sul, reforçaria a imagem do estado gaúcho como um estado de voto oposicionista.

Essa postura da Frente Popular de valorização da autonomia federativa, que não aceita seguir de forma submissa as diretrizes da política do governo central, ou seja, uma postura que valoriza a independência, a altivez, e até mesmo a oposição política em relação ao centro tem raízes históricas profundas no Rio Grande do Sul. É através do resgate desse passado, que vem à tona como sendo um passado de lutas e de coragem, que a Frente Popular, no segundo turno, reforça a identidade do Rio

²² Em 1994, Fernando Henrique obteve 54, 27% dos votos válidos, seguido de Lula com 27,04%. Dos 27 estados brasileiros, Fernando Henrique foi vitorioso em 25, sendo que nos dois restantes, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, o primeiro lugar na votação foi de Lula (dados do Tribunal Superior Eleitoral).

²³ Em 1994, no Rio Grande do Sul, Lula obteve 33,48% dos votos válidos e Fernando Henrique, 29,57% (Tribunal Superior Eleitoral)

Grande do Sul como um estado de oposição ao centro, de rebeldia e de disposição para enfrentar as injustiças. O passado vivificado através de textos e imagens repletas de elementos da cultura tradicionalista gaúcha, nos programas da Frente Popular, é o da Revolução Farroupilha, da Revolução de 1930, do Movimento da Legalidade em 1961. Juntamente a esses episódios mais remotos, aparecem aqueles cronologicamente mais recentes, lembranças ainda vivas na memória de muitos eleitores que testemunharam o Movimento das Diretas Já, em 1984 e as eleições de 1989, onde Lula derrotou Collor no Rio Grande do Sul. A lembrança desse passado daria sentido ao discurso do presente, ou seja da Frente Popular no segundo turno dessas eleições, que é de um Rio Grande do Sul oposicionista, altivo diante do governo central.

“A história deste estado não foi construída com submissão e obediência, a história do Rio Grande foi construída pela coragem dos gaúchos, é uma história de muitas lutas. A luta de Sepé Tiaraju dando sua vida pelo sonho de uma sociedade mais justa, a luta dos Farrapos na defesa de seus direitos contra o poder do Império, dos imigrantes forjando um mundo novo com seu trabalho, luta de revolucionários contra a discriminação do poder central [foto da Revolução de 30], luta pela defesa da legalidade, luta dos estudantes, dos trabalhadores, de homens e mulheres que exigem liberdade. O gaúcho não se entrega, mesmo quando a luta se apresenta desigual. Anos de resistência [foto do ex-presidente Médice], luta pela anistia, luta pelas Diretas, pela democracia (...).”(em off, 06/11/94)

O discurso do passado de lutas do Rio Grande do Sul criaria assim, as marca que identificariam o gaúcho: a coragem e a rebeldia. O gaúcho seria acima de tudo um guerreiro, aquele que mesmo diante das maiores dificuldades não teme enfrentar os mais poderosos e fortes na defesa de seus ideais de liberdade e justiça. É aquele que não se subjuga, não se submete e luta até o fim, um povo de fibra, como fala Olívio em seu último programa:

“E depois do 15 de novembro queremos a tua participação, vamos arregaçar as mangas e mostrar que a fibra histórica do nosso povo está viva em cada um de nós. E o futuro do Rio Grande será do tamanho da nossa vontade, generoso como a nossa alma, justo como a nossa consciência.”
(Olívio Dutra, 12/11/94)

*“O Rio Grande já foi cenário de muitos atos de coragem. Os poderosos nunca meteram medo no povo gaúcho. Nesta terra não tem batalha decidida antes do último soldado entregar sua arma. Este foi o erro do candidato dos poderosos, ele esqueceu que gaúcho não se curva, que gaúcho não se vende, que gaúcho não admite que seu voto seja levado a cabresto por pesquisas ou manchetes. Ele esqueceu os nossos bens mais preciosos: o orgulho e a rebeldia.(...)”*²⁴ (em off, 12/11/94)

Percebemos que a Frente Popular reforça o discurso que define as marcas identitárias do gaúcho como a coragem e a rebeldia, e conseqüentemente o oposicionismo do Rio Grande do Sul. Isto é, as características atribuídas ao povo gaúcho, por si só, determinariam o tipo de integração que o Rio Grande do Sul deveria estabelecer com o governo federal, marcando a diferença com o seu adversário político, que como foi transcrito, *“esqueceu os nossos bens mais preciosos: o orgulho e a rebeldia”* ao propor uma adesão total ao projeto político federal como única forma de salvar o Rio Grande do Sul da crise. A postura de Britto, interpretada como uma dependência dos favores de Brasília, iria, portanto, contra a índole rebelde do gaúcho, negaria seu passado de lutas, feriria seu orgulho através da submissão.

Nesse contexto, em oposição a Britto, Olívio Dutra constituiu-se como o candidato capaz de manter a nossa independência:

“Olhe bem os dois candidatos, veja qual dos dois acha que o Rio Grande deve ficar eternamente dependente de Brasília [foto de Britto ao lado de FHC] e qual deles sabe [foto de Olívio tomando chimarrão] que o Rio Grande tem dignidade

²⁴ Esse texto é acompanhado da imagem de um gaúcho se “pilchando”, colocando esporas nas botas, guaica na cintura e o chapéu com barbicacho na cabeça. Depois esse gaúcho monta um cavalo e surge a imagem de várias pessoas, de todas as idades, com bandeiras do PT.

para exigir o que é justo sem depender dos favores de ninguém.” (em off, 06/11/94)

O tipo de relacionamento que o Rio Grande do Sul deveria manter com o governo central, proposto pela Frente Popular, associa a imagem do candidato Olívio Dutra a de um verdadeiro gaúcho. Isto é, Olívio apresenta-se como o candidato que tem fibra, que é corajoso, e por isso com condições de manter a dignidade, o orgulho e altivez do Rio Grande do Sul frente ao governo federal. Durante o primeiro turno já apareceu essa idéia de que Olívio é o candidato que encarna os valores da sinceridade e da coragem do verdadeiro gaúcho, porém, essa construção é melhor elaborada agora no segundo turno. Na identificação de Olívio como um gaúcho de verdade, diria que como o mais gaúcho dos candidatos, a Frente Popular em seus programas utiliza-se fartamente da indumentária e símbolos da cultura gaúcha, como o chimarrão²⁵, o churrasco, as paisagens de campo aberto com cavalos soltos, a música e poesia tradicionalista. Ressalta-se a origem humilde do candidato, a sua procedência do interior, como observa-se no programa do dia 29 de outubro, quando o próprio Olívio, de forma muito carismática e emotiva, fala de sua infância, de sua família, de sua origem missioneira: *“E nasci em Bossoroca, que naquele tempo era distrito de São Luiz Gonzaga, eu sou portanto, missioneiro”*²⁶. Em função da sua procedência, Olívio passa a ser adjetivado como o *“galo missioneiro”*, aquele que é

²⁵ Em alguns programas no segundo turno aparecia uma pessoa com uma chaleira enchendo uma cuia de chimarrão, ao final da tomada, ela sorvia o mate e mostrava a cuia onde estava anexado um adesivo de Olívio Dutra. Essa imagem era acompanhada de um solo musical de acordeão e do seguinte texto em off: *“Na roda de mate não esqueça de lembrar que Olívio tem o sotaque, a cara do Rio Grande.”*

²⁶ A fala de Olívio nesse programa é intercalada com a declamação de uma poesia tradicionalista por Jaime Caetano Braum exaltando a procedência missionaria e humilde Olívio: *“É filho dum casal nobre, da procedência mais pura/ Olívio bebeu ternura num rancho de um índio pobre/ Ali, onde o sol se descobre/ E aparece o Uruguai/ Aprendeu da mãe e do pai/ Desde os tempos de menino/ Que pra encontrar um destino/ Tem que saber pra onde vai./ Nosso pago precisa de um homem de competência/ Que tenha amor e paciência/ Frente à miséria e à fome./ Nós precisamos de um homem para qualquer circunstância/ Seja do povo ou da estância./ E Olívio Dutra é esse nome.”*

“*valente e lutador*”, conforme decantava o jingle²⁷ da campanha no segundo turno, na voz do cantor tradicionalista Antônio Gringo.

Olívio, enfim, é o candidato que veste bombacha, toma chimarrão, que tem a alma sincera, que “*assume compromissos olhando você nos olhos*”(10/11/94), que traz na fala o sotaque característico do Rio Grande do Sul, configurando-se, portanto, no protótipo do gaúcho, no “*gaúcho de verdade*”. Essa imagem também agiria no sentido de estabelecer um elo entre o candidato Olívio e o eleitor do interior do estado²⁸, que seria capaz de reconhecer-se, enquanto gaúcho, na candidatura Olívio Dutra.²⁹ :“*Para quem é gaúcho de verdade e tem coragem de mudar, agora é Olívio.*” (31/10/94)

Resumindo o que apresentamos nesse item, podemos dizer que devido à polarização da disputa, no segundo turno ocorreu uma acentuação nas críticas entre os candidatos. Desta forma, Britto, que no primeiro turno procurou manter uma postura de não ataque direto aos seus concorrentes ao executivo estadual, defendendo uma campanha eleitoral baseada somente em debates de propostas e de projetos de governo, passa no segundo turno, a criticar sistematicamente a administração petista

²⁷ Letra do jingle : “*Vamos acabar com a tristeza/ Quero ver o pão na mesa do povo trabalhador/ Vamos afinar nossa garganta/ Pra cantar essa esperança em Porto Alegre e no interior/ Olívio que nasceu na Bossoroca/ Abra a alma e nos convoca, gauchada do rincão/Pra tomar o mate da amizade/ E ajudar o Rio Grande a resgatar o seu valor/ Traz teu apoio companheiro pra esse galo missioneiro/ Que é valente e lutador/ Vamos com coragem de mudar/ Todos com Olívio pra ganhar/ Vamos todos com coragem de mudar/ Agora é Olívio pra ganhar./ Olívio.*”

²⁸ A geografia partidária mostraria o PMDB com mais força no interior do Rio Grande do Sul e o PT como o partido com mais força na capital e região metropolitana.

²⁹ Esses elementos da cultura tradicionalista que Olívio carregava buscavam identificação com o eleitor, a partir do reconhecimento de si no outro, conforme coloca Maria Helena Weber sobre os programas eleitorais: “*a imagem positiva do candidato e do programa depende da formação de um elo entre candidato e eleitor capaz de provocar reconhecimento, adequação, beleza, surpresa, impacto, sentido, credibilidade, serenidade, força/energia, cumplicidade e vitalidade num programa diferenciado, com sincronia, ritmo, impacto, equilíbrio, seqüência, clareza, personalidade e identidade.*” WEBER, Op.cit, p.51.

de Porto Alegre³⁰. A Frente Popular, por sua vez, acentua o que já vinha fazendo no primeiro turno das eleições, ou seja, apresenta denúncias de irregularidades na administração de Britto no Ministério da Previdência Social, passando a CPI da Previdência a ocupar grande espaço nos programas de Olívio. Também continua responsabilizando o governo de Pedro Simon do PMDB no Rio Grande do Sul pelos problemas que o estado enfrenta associando o nome de Britto a esse partido. Essas críticas são acompanhadas de um discurso, que a exemplo do primeiro turno, valoriza uma forma de governo participativa e transparente que teria sido inaugurada em Porto Alegre a partir da administração de Olívio Dutra em 1988. Isso dá-se muito em função da dicotomia “intenção e condição”³¹ para governar o estado estabelecido pelo discurso de Antônio Britto nesta campanha eleitoral. Assim, responsabilizando o PMDB pelos problemas do Rio Grande do Sul, associando o nome de Britto a esse partido, expondo os erros de Britto na Previdência Social, ou seja, definindo a sua maneira de governar como uma forma tradicional movida pela corrupção e exclusão da maioria da população, a Frente Popular comprovaria que a dicotomia estabelecida pelo discurso de Britto é vazia de sentido, é incoerente, já que ele não seria o político honesto e competente administrador público como vinha se apresentando.

As condições do embate, no segundo turno, colocavam Britto na linha de apoio de Fernando Henrique Cardoso, recém-eleito presidente. A partir dessa situação Britto acrescenta o alinhamento político com o governo federal como uma condição fundamental ao futuro governador do Rio Grande do Sul. No sentido de

³⁰ Os programas de Britto no segundo turno passam a ter um quadro denominado “*Porto Alegre que você não vê na tv do PT*”, aludindo ao programa “Cidade Viva” da Administração Popular. Neste quadro sistematicamente são feitas críticas à administração petista na capital gaúcha, na área da saúde, educação, geração de empregos, orçamento participativo, etc. Cabe dizer que a campanha eleitoral num determinado ponto parecia ser muito mais municipal do que estadual, reeditando, de alguma forma, a disputa entre Britto e Olívio à Prefeitura de Porto Alegre em 1988.

mostrar que isso não é necessário, a Frente Popular passa a referir-se ao governo do PMDB no Rio Grande do Sul e à participação de políticos desse partido em nível federal, como prova de que a ligação com o governo central não significa automaticamente melhoria da situação sócio-econômica do Rio Grande do Sul. A idéia desenvolvida pela Frente Popular é de uma relação com o centro político nacional dentro do contexto federativo, que não prescreve um necessário alinhamento político-partidário entre os governos estadual e federal para que as unidades federativas recebam recursos da união. A Frente Popular configura a ligação com o poder central proposta por seu adversário como sendo de dependência ou submissão do Rio Grande do Sul, o que esmagaria o orgulho gaúcho. Em sentido contrário a esse, o discurso de Olívio Dutra exalta a altivez do gaúcho, a partir da glorificação de um passado que identifica o Rio Grande do Sul como um estado de lutas e oposição ao governo central.

³¹ Conforme foi colocado no momento da análise do discurso de Britto, este teria não só vontade, como Olívio, mas também as condições necessárias para bem administrar o Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do discurso dos candidatos Antônio Britto e Olívio Dutra nas eleições estaduais levaram à algumas respostas em relação às questões colocadas inicialmente.

Primeiramente, em relação à construção imagem dos candidatos como políticos “não tradicionais”, podemos concluir que ambos associaram a isso o conceito de honestidade, de respeito ao dinheiro público, sendo que Britto enfatizou mais a questão da competência administrativa, ou seja, seria diferente do “político tradicional”, na medida em que organiza, age, resolve os problemas. Olívio se afastaria da imagem nefasta do “político tradicional” ao valorizar as demandas da maioria da população, sempre deixadas de lado pelos governos tradicionais que favoreceriam uma elite econômica. A base para a formação dessa imagem em Antônio Britto foi a experiência como Ministro da Previdência Social e em Olívio Dutra o mandato de prefeito na cidade de Porto Alegre.

A construção da imagem dos candidatos foi feita de forma simultânea à abordagem das causas da crise do Rio Grande do Sul, relacionada por ambos à forma de governar o estado. Nesse sentido, Britto aponta a crise econômica e financeira do Rio Grande do Sul, como decorrente da falta de competência administrativa, de eficiência no gerenciamento do estado, enquanto Olívio Dutra responsabiliza a forma “tradicional” de fazer política dos governos anteriores, entendida como corrupta e excludente. A partir disso, apontam como solução novas formas de governar, que para Britto é a da competência administrativa aliada ao apoio do governo federal e

para Olívio o jeito petista de governar. Enunciando esses discursos, cada candidato coloca-se como o mais preparado para governar o Rio Grande do Sul e criam os cortes antagônicos para tornar nulo os sentidos estabelecidos pelo seu opositor. Britto estabelece o antagonismo entre intenção e condição para governar o Rio Grande do Sul, reconhecendo que seu adversário também quer o melhor para o estado, mas não possui as condições necessárias para isso: competência e aliados políticos dentro do Rio Grande do Sul e no governo federal. Britto assim, coloca Olívio como representando o isolamento do Rio Grande do Sul e sua conseqüente ingovernabilidade. Britto também constituiu-se como o candidato da unidade, capaz de unir pensamentos políticos opostos em nome do desenvolvimento do estado, definindo Olívio como radical e inflexível em sua postura política. Olívio Dutra, por sua vez, estabelece o antagonismo entre jeito petista de governar e o jeito tradicional, identificado como sendo o jeito do partido de Britto, o PMDB. O jeito petista seria uma nova forma de governar, diferente do que até hoje ocorreu no Rio Grande do Sul, porque baseada na seriedade com o dinheiro público e na valorização da participação popular no governo. O jeito petista antagoniza Olívio e Britto, entre, respectivamente, candidato do povo e candidato dos poderosos, candidato de oposição e candidato do continuísmo.

Motivado pelo que já ocorreu em outros momentos da história do Rio Grande do Sul, onde as dificuldades econômicas e sociais foram atribuídas a um tratamento discriminatório por parte do governo central, fazendo ressurgir um discurso regionalista - conforme vimos que ocorreu na conjuntura dos anos de 1950 e 1980 -, procuramos verificar se o discurso eleitoral em 1994 também responsabilizava o governo federal pela crise econômica e financeira do Rio Grande do Sul, naquele

momento. Concluimos que no discurso de Antônio Britto é atribuída parcela de culpa ao governo federal pela situação do Rio Grande do Sul, como nas conjunturas passadas. Em 1994, menciona-se a discriminação do centro político nacional como algo que faz parte de nossa história: *“todo mundo sabe que o Rio Grande do Sul é discriminado pelo governo federal (...)”*. Também foi indicado que queixas desse tipo estiveram presentes no discurso dos candidatos ao Senado Federal pelo Rio Grande do Sul. A discriminação foi entendida principalmente como recebimento de menos verbas pelo estado gaúcho do que por outras unidades da federação, como uma questão de injustiça tributária. Isso teria afetado a infra-estrutura do Rio Grande do Sul, principalmente as estradas. Entretanto, há uma diferença fundamental em relação ao discurso da discriminação enunciado em 1950 e 1980, já que em 1994, esse discurso regionalista não suscita o discurso de necessária oposição ao centro para resolver a situação. Pelo contrário, Britto apresenta como solução à discriminação do Rio Grande do Sul a aproximação com o governo central e não a oposição, justificando que *“Há muito tempo o Rio Grande está em descompasso com o governo federal e nós só temos perdido com isso, e a hora é de colocar esse estado para funcionar”* (28/09/94). Portanto, Britto admite que o Rio Grande do Sul sofre discriminação, mas inverte a lógica desse discurso, propondo a unidade com o centro e não a oposição histórica. Vimos que nas conjunturas anteriores, o discurso da marginalização era atrelado aos sentidos de luta, autonomia, de oposição ao governo central, conforme os sentidos trazidos pela lembrança do passado farrapo. O retorno ao passado do Rio Grande do Sul, construído como um passado de glórias, de desenvolvimento, que Britto faz, não é no sentido de reforçar a identidade de oposição frente ao centro, mas para criar as condições de enunciação do discurso da

necessidade de recuperação do estado, que para ele ocorrerá através do alinhamento do Rio Grande do Sul ao governo federal. Em sentido contrário, Olívio Dutra reivindica para si a herança das tradições do Rio Grande do Sul, exaltando a coragem e rebeldia do gaúcho, onde o passado de lutas estabelece as condições para enunciação do discurso oposicionista. Ou seja, o passado é evocado em acontecimentos que demarcaram uma relação de conflito entre os interesses do Rio Grande do Sul e o centro político nacional, que acabaram forjando uma imagem do estado associada à oposição. Os sentimentos de liberdade, bravura e rebeldia são utilizados no discurso eleitoral para expressar a singularidade do regional, configurando nossa identidade.

Concordando sobre a existência de uma crise econômica e social e na necessidade da retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, os candidatos divergem quanto ao entendimento do que seja desenvolvimento e, principalmente, quanto a forma que ele deverá acontecer. Britto define o desenvolvimento do Rio Grande do Sul associado à idéia de modernização da infra-estrutura, na busca de novas empresas para o Estado (que estariam sendo perdidas para outros estados com melhor infra-estrutura), num papel ativo do Rio Grande do Sul no Mercosul. Olívio Dutra, entende o desenvolvimento acontecendo a partir do apoio aos pequenos empreendedores, seja na agricultura ou na indústria. Mas o que buscamos nesse trabalho, está relacionado mais com a proposta de como alcançar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, superando a crise, que além da forma de governar indicada por cada um dos candidatos, passou pelo tipo de relação com governo federal.

A centralidade do discurso eleitoral no segundo turno, motivado pela eleição de Fernando Henrique , foi a relação do governo estadual com o governo federal.

Nesse sentido, observamos dois discursos distintos: o do alinhamento e da oposição ao projeto político nacional, que atuaram na significação da identidade regional.

Olívio Dutra significou o Rio Grande do Sul como um estado de oposição política ao centro, valorizando a autonomia federalista, a rebeldia dos rio-grandenses herdada da epopéia farroupilha. O orgulho de ser gaúcho consiste nesta não submissão ao centro nacional. Portanto, reforçou a marca que historicamente diferencia o Rio Grande do Sul junto ao nacional, a de ser um estado de oposição política, de dissidência.

O discurso do alinhamento com a política federal de Antônio Britto representaria uma nova significação do regional, contrário ao sentido da permanente oposição. Nossa identidade regional, ou seja, aquilo que nos confere distinção dentro do todo nacional não é mais a oposição, mas a grandiosidade, a pujança econômica que unidos ao governo federal teremos condições de retomar. O orgulho de ser gaúcho seria, portanto o de pertencer ao “melhor estado do Brasil”.

Essas conclusões procuram responder a questão inicial de quais representações do regional foram construídas pelo discurso da campanha eleitoral no Rio Grande do Sul em 1994.

A hipótese central desse trabalho confirma-se, já que a identidade construída do estado ocorreu conforme a posição política de cada candidato, de alinhamento ou de oposição em relação ao governo federal eleito no primeiro turno das eleições de 1994.

FONTES DOCUMENTAIS

Análise das Finanças do Estado. Série Finanças do Estado – Rio Grande do Sul, Secretaria da Fazenda – gabinete de Orçamento e Finanças. Acervo da Biblioteca da Fundação de Economia e Estatística, FEE.

- _____, Volume XXXI, 1982.
 _____, Volume XXXII, 1983.
 _____, Volume XXXIII, 1984.
 _____, Volume XXXIV, 1985.
 _____, Volume XXXV, 1986.
 _____, Volume XXXVI, 1987.
 _____, Volume XXXVII, 1988.
 _____, Volume XXXVIII, 1989.
 _____, Volume XXXIX, 1990.
 _____, Volume XL, 1991.
 _____, Volume XLI, 1992.
 _____, Volume XLII, 1993.
 _____, Volume XLIII, 1994
 _____, Volume XLIV, 1995.

Programas do Horário Eleitoral Gratuito na Televisão. 02 de agosto a 30 de setembro de 1994 e 24 de outubro a 12 de novembro de 1994. Acervo do Programa de pós-graduação em Ciência Política, UFRGS.

ZERO HORA, Porto Alegre: RBS, edição 07/10/94

_____, edição 11/10/94.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUCCIO**, Fernando Luiz. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- AFFONSO**, Ruy. *A crise da federação no Brasil*. In: Ensaio FEE, Porto Alegre, nº 5, 1994.
- AMADO**, Janáina. *História e região: reconhecendo e construindo espaços*. In: **SILVA**, Marcos (org.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990.
- ANDRADE**, Manuel Correia. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- ANDREWS**, Christina W. e **KOUSMIN**, Alexander. *O discurso da nova administração pública*. In: Lua Nova – Revista de Cultura e Política. Nº 45, 1998.
- AYDOS**, Eduardo. *As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Texto para discussão, PPG em Ciência Política, UFRGS, nº 03, outubro de 1988.
- BACELAR**, Tânia. *A “questão regional” e a “questão nordestina”*. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BAQUERO**, Marcelo e **PRÁ**, Jussara. *Matriz histórico-estrutural da cultura política no Rio Grande do Sul e padrões de participação política*. Porto Alegre: UFRGS, PPG em Ciência Política, Cadernos de Ciência Política, Série pré-edições, nº 3, 1995.
- BOURDIEU**, Pierre. *A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região*. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Difel, Bertrand Brasil, 1989.
- CANEPA**, Mercedes. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. IFCH- PPG em Ciência Política, UFRGS, Tese de doutorado, 1999.
- CANO**, Wilson. *Celso Furtado e a questão regional do Brasil*. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CARNEIRO**, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- CASTRO**, Iná Elias de. *Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil*. In: Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 32, nº 3, 1989.

CEZAR, Temístocles. *As eleições presidenciais de 1989 e o discurso do Estado em crise: condições históricas e enunciados gerais*. In: Cadernos de Ciência Política, série: teses e dissertações. Porto Alegre: UFRGS, PPG em Ciência Política, nº 1, 1995.

CHONCHOL, Jacques. *Perspectivas del desarrollo en America Latina*. In: SANTOS e GUGLIANO (Orgs.). **A Sociologia para o século XXI**. Pelotas: EDUCAT, 1999.

COMIN, Álvaro. *De continuidades e rupturas*. In: Novos estudos CEBRAP, nº 52, novembro de 1998.

DINIZ, Eli. *Crise, reforma do Estado e governabilidade – Brasil, 1985-95*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

FIGUEIREDO, Joana Bosak de. *O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o estado nacional (1851-1865)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre: UFRGS, 2000.

KINZO, Maria D'Alva G. *A eleição presidencial de 1994 no Brasil: Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real*. In: PINTO, C. & GUERRERO, H.(Orgs.). **América Latina: o desafio da democracia nos anos 90**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/ Associação de Universidades Grupo Montevidéo, 1996.

LACLAU, Ernesto. *Hegemony & Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975

MARTINS, Luciano. *A liberalização do regime autoritário no Brasil*. In: O'ODONNELL, G., SCHMITTER, F. e WHITEHEAD, L. (Orgs.). **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, 1988.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994*. Campinas, SP: Editora Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2000.

MÜLLER, Geraldo. *A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60*. In: DACANAL, (org.). **RS: Economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

NOLL, Maria Izabel e **PASSOS**, Manoel Caetano de Araújo. *Eleições municipais em Porto Alegre (1947-1992)*. Cadernos de Ciência Política, Série Relatos de Pesquisa, PPG em Ciência Política, UFRGS, nº 4, 1996.

OLIVEIRA, Franklin. *Rio Grande do Sul, um novo Nordeste*. Porto Alegre: Globo, 1962.

OLIVEN, Ruben George. *A atualidade da questão regional.* In: Revista de Ciências Sociais, vol. 2, nº 1. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

_____. *O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controversa.* In: Revista Brasileira de Ciências Sociais/ANPOCS, nº 9, vol. 3, fevereiro 1989.

PICCOLO, Helga. *O discurso político na Revolução Farroupilha.* In: Revista de História, Porto Alegre, nº 1, 1986/87.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado.* São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *O discurso da crise: uma presença constante na história gaúcha.* In: SCHÜLLER e GOEMTTEMS (orgs.). **Mito ontem e hoje.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1990.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Mídia e política no Brasil.* João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

_____. *Novas configurações das eleições no Brasil contemporâneo.* In: RUBIM, A. (Org.). **Mídia e eleições de 1998.** Salvador: Ed. Universitária/UFPB, Facom/UFBA, 2000.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas* In: Ensaios FEE. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, ano 11, nº 2, 1991.

_____. *Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional.* In: Ensaios FEE, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, ano 12, nº 1, 1991.

THIESSE, Anne-Marie. *La petite patrie enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940).* In: Estudos Históricos, vol. 8, nº 15. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculos da política.* Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.